



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**JUCIMAR CERQUEIRA DOS SANTOS**

**ESCOLAS NOTURNAS PARA TRABALHADORES NA  
BAHIA (1870-1889)**

Salvador  
2017

**JUCIMAR CERQUEIRA DOS SANTOS**

**ESCOLAS NOTURNAS PARA TRABALHADORES NA  
BAHIA (1870-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wlamyra Ribeiro de Albuquerque.

Salvador  
2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DA FFCH - UFBA

---

Santos, Jucimar Cerqueira dos.

Escolas noturnas para trabalhadores na Bahia (1870-1889)/ Jucimar Cerqueira dos Santos. – Salvador, 2017.

180 f. : il. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wlamyra Ribeiro de Albuquerque Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, Escolas noturnas - História. 2. Educação – História. 3. Bahia – História. I. Albuquerque, Wlamyra Ribeiro de. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**JUCIMAR CERQUEIRA DOS SANTOS**

**ESCOLAS NOTURNAS PARA TRABALHADORES NA  
BAHIA (1870-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Wlamyra Ribeiro de Albuquerque.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Doutora Wlamyra Ribeiro de Albuquerque – Orientadora  
Universidade Federal da Bahia

---

Professora Doutora Iacy Maia Mata  
Universidade Federal da Bahia

---

Professor Doutora Ione Celeste Jesus de Sousa  
Universidade Estadual de Feira de Santana

*Para minha irmã, Carla, e minha mãe,  
Juciara, por todas as lições de amor e  
luta.*

## AGRADECIMENTOS

Sem o sagrado não acredito em nada na vida, a ele meu agradecimento inicial, primeiro ao senhor da minha cabeça e todos os meus guias. Okê aro!

Agradeço à minha família que nunca titubeou em afirmar que estudar é um bom caminho. Meus sobrinhos, vocês me dão força pra seguir em tudo, afinal, tio *Mar* não pode falhar demais;

É preciso também agradecer aos meus tantos amigos que me empurraram pra frente e aqueles que compreenderam que se tratou somente de ocupações para uma melhor formação (Marta Mendes, Welber Santos, Tamires Itaparica, Isis, Ilma e Dona Rosa Nunes e Diego Bispo);

A todos os professores e pesquisadores da Linha de pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade do departamento de História da Universidade Federal da Bahia;

Aos alunos que passaram pela minha vida, fontes de inspiração;

Aos meus irmãos da igreja católica de Pernambués, aos meus irmãos de Santo do Centro de Umbanda Caboclo Taperoá, especialmente, a meu pai de Santo, Fábio, um grande amigo de outras vidas e de todas as risadas;

À minha orientadora do mestrado e para vida, Wlamyra Albuquerque, uma pessoa competente e muito querida!

Ao pessoal da pós do IFBA de 2013, amig@s de pura irmandade e cumplicidade;

À minha linda família *lost*, colegas professores, amigos e irmãos: Ana Carla Portela, Daiane Oliveira, Jamile Villas Boas, Henrique Andrade, Laurine Carvalho, Theo Barreto, Adilson Almirante e Therezinha Gauri.

*Porque tudo é educação,  
é matéria de todo tempo*

**Leci Brandão.** *Anjos da guarda.*

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
BNDital	Biblioteca Nacional Digital
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Frequência dos alunos das escolas noturnas abertas até o final do ano (1871).....	68
Tabela 2 - Profissão dos moradores da freguesia de Brotas (1871).....	78
Tabela 3 - Profissão dos alunos da escola noturna da freguesia de Santana D'Aldeia (1871).....	82
Tabela 4 - Idade dos alunos da escola noturna da freguesia de Santana D'Aldeia em 1871.....	82
Tabela 5 - Grau de instrução da escola noturna da freguesia de Santana D'Aldeia (1871).....	82
Tabela 6 - Profissão dos alunos da escola noturna da freguesia de Riacho de Santana (1874).....	85
Tabela 7 - Idade dos alunos da escola noturna da freguesia do Riacho de Santana.....	85

## SUMÁRIO

Lista de abreviaturas .....	04
Lista de tabelas.....	05
Apresentação.....	07
Capítulo 1 - Reformas educacionais e as escolas noturnas na Bahia do final do século XIX: “Que a instrução pública é questão de vida e morte para o paiz”.....	19
1.1 - As escolas noturnas baianas na reforma educacional de 1870.....	26
1.2 - Em defesa das escolas noturnas.....	31
1.3 - O decreto educacional provincial de 1873 e as escolas noturnas.....	36
1.4 - O decreto imperial de 1878, outros regulamentos educacionais e a oficialização das escolas noturnas no Império.....	40
1.5 - As escolas noturnas nos pareceres de Rui Barbosa.....	46
Capítulo 2 - Entrando nas escolas noturnas.....	49
2.1- Cultura material e escolar nas aulas noturnas.....	54
2.2 – A escola noturna da Freguesia de Santana e outras escolas noturnas.....	60
Capítulo 3 - Os alunos: “Aqueles que na infância vedaram-lhe o livro”.....	73
3.1 - Artistas, operários e gente da lavoura.....	81
3.2 - A matrícula e frequência de escravizados.....	87
3.3 - A “instrução do povo” em um período próximo da abolição.....	95
Considerações Finais.....	103
Bibliografia.....	106
Fontes.....	114
Notas.....	123

## APRESENTAÇÃO

A paixão pelo processo de ensino e aprendizagem como transformador social, fonte de conhecimento e sustento de vida sempre esteve presente em minha vida, desde que entendo que a tenho. Tudo ficou mais intenso quando, em 2007, fui selecionado para o “Permanecer”, programa de pesquisa da Universidade Federal da Bahia. Ele fazia parte das políticas públicas para permanência de estudantes com “vulnerabilidade socioeconômica” na universidade. Ao ser aprovado, passei a pesquisar sobre a história da UFBA no jornal *A tarde*, partindo do ano de 1946.

Mergulhei profundo na pesquisa e a entendi como meu trabalho. Ela me rendeu uma publicação como colaborador bolsista no livro *UFBA: do século XIX ao século XXI*, o amor pela pesquisa e a inquietação por buscar pessoas negras nas escolas após a abolição da escravidão. Tinha começado uma “saga” que até hoje não acabou.<sup>1</sup>

Ao chegar ao Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), fui buscar saber onde estavam as pessoas egressas da escravidão. Foram ou não para escola? Tiveram ou não oportunidade de estudar? Por que em 2004, ano em que ingressei na universidade, o debate sobre cotas era uma das principais questões ainda? Fui com esses problemas investigativos para o arquivo, mas me deparei muitas vezes com uma documentação que versava sobre escolas noturnas na Bahia, que indicava que seu público alvo era anunciado algumas vezes por adultos e outras por trabalhadores, tudo isso no final do século XIX. Elas apareceram tanto que desisti de pesquisar se as pessoas egressas da escravidão se alfabetizaram. A pesquisa foi direcionada para década de 1870, para a reforma educacional na Bahia, que indicava que essas escolas fossem abertas na província. No relatório sobre a reforma feito presidente provincial da época, Francisco Gonçalves Martins, havia a indicação para que “as pessoas que não tiveram oportunidade de estudar na infância, aprendessem a ler e escrever”.<sup>2</sup> Parti desse ponto, inclusive, para delimitar o marco cronológico inicial das pesquisas de mestrado.

Quando passei no mestrado em 2014, essas questões continuaram a se revelar cada vez mais. Investigava saber qual o sentido dessas escolas, justamente na década em que as questões abolicionistas estavam cada vez mais intensas. Haveria alguma ligação entre as duas coisas? Quem eram as pessoas que se matriculavam nessas escolas?

Diante dessas questões, aprofundei os estudos sobre as escolas noturnas para trabalhadores. Elas foram criadas em quantidade considerável em várias províncias

brasileiras nas três últimas décadas do século XIX. Muitas dessas escolas resultaram de iniciativas dos governos provinciais, de professores particulares e também de instituições, como organizações de trabalhadores, com a colaboração do governo ou de maneira autônoma. Essas escolas foram criadas quando houve mudanças significativas no cenário político, econômico e social do país, quando findava a guerra contra o Paraguai (1864-1870); o movimento republicano estava em ascensão; proliferavam os debates sobre as leis emancipacionistas; e a produção cafeeira estava em desenvolvimento no vale do Paraíba e no Oeste paulista. Nesta época, a consolidação da nação também ganhava mais vigor com base em princípios liberais, como “progresso”, “modernização”, “desenvolvimento” e “civilização” – inspirados em projetos políticos de países como Inglaterra e Estados Unidos.<sup>3</sup>

As escolas noturnas para trabalhadores, basicamente, foram destinadas para o ensino das primeiras letras para homens a partir dos 14 anos, tendo como matérias: a leitura, a escrita, os cálculos básicos e a doutrina cristã católica. Isto não quer dizer que não houve escolas desse tipo para mulheres e que todas as aulas foram com apenas essas matérias. Ressalta-se que as primeiras letras eram o nível de ensino chamado de elementar, básico ou primário, a alfabetização junto com a aprendizagem de cálculos básicos e a doutrina cristã católica apostólica romana. Era previsto que nessas escolas, também chamadas de aulas noturnas, cadeiras noturnas ou cursos noturnos, fossem regidas pelo princípio da liberdade de ensino, assim como nas escolas de primeiras letras diurnas. Esse princípio estava voltado para atuação de professores e previa certa isenção de gastos por parte do governo provincial.

A liberdade de ensino, regulamentada desde o primeiro decreto educacional imperial em 1827, determinava que todo cidadão que comprovasse conhecimento no que estava se propondo a ensinar o chamado “notório saber”, e que atestasse moralidade compatível com a função, através de carta assinada pelo pároco da freguesia, poderia lecionar sem necessariamente ser formado professor pela escola normal.<sup>4</sup> A pessoa que tivesse esses pré-requisitos poderia dar abrir aulas particulares e se responsabilizaria por todo custeio delas. Esse princípio desencadeou a criação de várias aulas autônomas. Ele visava um aumento de acesso à escolarização e a contenção de gastos dos governos provinciais.<sup>5</sup>

Tendo em perspectiva o aumento ao acesso à educação, segundo Vanilda Paiva, ela passou a ser considerada um dos elementos fundamentais para a formação da nação em consolidação, desde as mobilizações políticas em torno da independência do Brasil.

Para atender a essa perspectiva, a Instrução Pública foi o setor do governo imperial oficializado a partir do decreto de 1827. Nele ficou estabelecido em 1834, através do Ato Adicional à Constituição de 1824, que a educação estaria sob a responsabilidade das províncias. Esse setor foi responsável pela direção de escolas diurnas, das aulas particulares e do nível secundário em cada província. Seu principal responsável era o diretor geral, chefiado pelos presidentes das províncias.<sup>6</sup>

O decreto educacional de 1827 estabeleceu critérios para a educação brasileira no século XIX, buscando dividir a responsabilidade da educação entre os poderes públicos e os cidadãos dispostos a lecionar. Segundo José Carlos de Araújo Silva, a partir desse decreto foram constantes as solicitações para a abertura de escolas em todas as localidades das províncias, que “partiram das autoridades religiosas, das Câmaras Municipais e dos moradores das localidades, estes, intermediados na maioria das vezes pelos padres ou pelos próprios professores”.<sup>7</sup> O autor ainda aponta que em escolas particulares houve medidas, primordialmente, de caráter filantrópico, dirigidas por particulares e instituições religiosas muito embasadas na liberdade de ensino. A Igreja Católica foi a instituição organizadora e fiscalizadora de boa parte das escolas de primeiras letras, o que se verifica também no processo de criação das escolas noturnas, em que alguns padres lecionaram.<sup>8</sup> Quanto à fiscalização das escolas de primeiras letras, destaque-se que a Igreja a realizava desde a escolha dos professores.<sup>9</sup>

Tanto nas escolas públicas quanto nas particulares, a instrução das primeiras letras se iniciou com o método mútuo, também chamado de monitorial ou lancasteriano. Esse método funcionava de maneira que os alunos mais adiantados nos conteúdos eram indicados pelos professores para ensinar aos demais, além disso, a turma era dividida em classes, de acordo com o nível de conhecimento dos alunos.<sup>10</sup> Araújo Silva aponta que este método predominou na educação brasileira na primeira metade do século XIX e estava ligado ao “advento da produção industrial na Europa e com a necessidade de formação de uma mão de obra mais bem qualificada, eficiente e disciplinada para a rotina fabril”, o que, talvez, não figurasse muito a realidade brasileira da época, somente a nível de expectativas quanto à industrialização. Outro método de ensino que vigorou no século XIX foi o simultâneo<sup>11</sup>, ele prevaleceu na instrução primária após o declínio do método mútuo na década de 1840, permitindo que a organização das classes fosse de forma mais homogênea, com professores lecionando para vários alunos ao mesmo tempo, com a otimização do tempo das aulas e o uso do “quadro negro” nos conteúdos mais gerais.<sup>12</sup>

A educação foi uma das principais demandas colocadas em pauta nas discussões políticas do Império em busca da consolidação do Brasil enquanto nação, até mesmo decorrente das estratégias e das formas políticas da época, evidentes em partidos como o Liberal e o Conservador. Era grande o número de pessoas que não sabiam nem ler e escrever plenamente, mesmo após algum tempo da independência política do país, depois de decretos educacionais, como o de 1827, o de 1834 e o de 1854. Esse último dava bastante ênfase na inspeção das aulas em todos os níveis.<sup>13</sup>

Segundo Luis Anselmo da Fonseca, professor e entusiasta da agenda abolicionista em pauta, a partir da década de 1870, a ignorância era um dos maiores males do Brasil no século XIX, “combatê-la, dissipá-la, tirar o povo do estado de atraso em que ele se achava, dar-lhe instrução e educação para aprender uma profissão era uma das missões de maior patriotismo a que as circunstâncias sociais se podiam dedicar”.<sup>14</sup> Neste sentido, poderemos notar que a instrução foi uma questão assumida por segmentos mais intelectualizados e defensores da pauta liberal e abolicionista oitocentista, assim como também de pessoas de outras camadas sociais e de políticos do Partido Conservador.

A instrução na segunda metade do século XIX tem tamanha importância que existe toda uma bibliografia que interliga a educação às propostas abolicionistas nesse período. Sobre esta temática, Marcus Vinícius Fonseca produziu alguns textos fundamentais, como seu livro *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Nesse trabalho, o autor parte das discussões entre os políticos sobre a Lei do ventre livre, 1871, para analisar os debates sobre o fim da escravidão sistêmica no Brasil, os quais estavam interligados com as medidas que o mesmo governo buscava implantar na educação.<sup>15</sup> Em sua tese de doutorado discute a presença de crianças negras nas escolas mineiras no século XIX, e junto com Surya de Barros, organiza um livro que já é uma referência importante para a História da educação da população negra: *A história da educação da população negra no Brasil*.<sup>16</sup>

Já Irma Rizzini discute de que forma pessoas pobres e negras frequentaram escolas nas províncias do Pará e Amazonas, bem como Alessandra Frota Martinez de Schueler que analisa a presença de negros em espaços escolares e aponta de que forma regulamentos educacionais do final do século XIX foram elaborados, como eles possibilitaram a inclusão e exclusão dessa população nesses espaços.<sup>17</sup> Sobre analfabetismo, Sidney Chalhoub afirma que os dados sobre analfabetismo no censo de 1872 tiveram enorme repercussão na imprensa e no parlamento, gerando discussões

para resolver tal problema, uma vez que era de interesse das autoridades que a nação alcançasse o que se considerava “modernização” e “desenvolvimento” no período, como uma das bases fundamentais para a sociedade do período.<sup>18</sup> Quanto ao grande número de analfabetos na Bahia, é importante destacar que, de acordo com Jaci Meneses afirma que nesse censo havia o contingente na Bahia de 79,44% de pessoas livres.<sup>19</sup>

Diante desse grande percentual no Brasil, a criação das escolas noturnas começou a ser incentivada pelos presidentes provinciais e outras autoridades políticas e educacionais nas últimas décadas do século XIX. Dessa forma, os estudos sobre as escolas noturnas servem de base para compreender como se organizou a educação em fins do Império brasileiro, assim como para entender o processo de alfabetização de trabalhadores jovens e adultos, muitos deles libertos, negros nascidos livres e até mesmo escravizados. Nesse sentido, recentemente tem aumentado o interesse dos pesquisadores para analisar esse tema, existindo estudos sobre escolas noturnas da Bahia, Sergipe, Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Pará, Amazonas, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Ainda que nem todos os pesquisadores tenham se dedicado, especificamente, em analisar as escolas noturnas, há em comum nesses estudos o registro da criação dessas escolas. Em alguns se encontra um capítulo de tese ou dissertação, em outros uma seção de um capítulo e outros uma obra inteira, mas todos registraram a criação dessas escolas num período praticamente idêntico.

Uma das pesquisas sobre as escolas noturnas na da Bahia é a de Ione Celeste Jesus de Sousa. Ela construiu uma tese sobre os estabelecimentos educacionais que atendiam aos classificados pela autora como “pobres”. A autora, em seções do seu estudo, dedicou uma discussão sobre as escolas noturnas apontando-as como parte de um conjunto de estratégias para “instruir e educar o povo” no oitocentos. Além de indicar fontes fundamentais para outras pesquisas, destacou a importância da reforma educacional de 1870 para a criação dessas escolas, revelando ainda a criação da aula da casa de prisão.<sup>20</sup>

Outra província que teve escolas noturnas no final do século XIX foi Sergipe. No ano de 1872, constavam aulas noturnas tanto públicas quanto as da Sociedade dos Artistas. Elas foram criadas a partir de uma reforma de ensino, também em 1870. Segundo Simone Amorim, as mudanças ocorridas na Instrução Pública estavam inseridas no combate ao analfabetismo para o desenvolvimento nacional. Ela aponta que

para as aulas noturnas da Sociedade dos Artistas, as vagas para contratação de professores eram anunciadas nos jornais.<sup>21</sup> Na Bahia, os professores públicos e particulares solicitavam a contratação de seus trabalhos junto à Diretoria da Instrução Pública ou essa diretoria requisitava através de abertura concurso, somente no caso dos professores públicos.<sup>22</sup>

No Maranhão, conforme o trabalho de Marileia dos Santos Cruz, escolas noturnas foram criadas no final do século XIX que, a exemplo das patrocinadas pela Sociedade Beneficente Fim-Humanitária, estavam destinadas a “alunos de cor”.<sup>23</sup> Diferente do que ocorreu no Maranhão, na documentação sobre as noturnas da Bahia ainda não constam registros que declarassem serem pessoas de cor, diretamente, embora haja alguns casos que evidenciam a presença de escravizados e libertos. No Maranhão, além da preocupação com a promoção da liberdade de sócios cativos, aquela Sociedade se voltava à alfabetização dos mesmos. A alfabetização poderia garantir-lhes “maior visibilidade no interior da entidade, pois estariam habilitados a ocupar cargos administrativos”.<sup>24</sup>

Essa situação foi muito semelhante a que ocorreu em Pernambuco, na *Imperial Sociedade de Artes Mecânicas Liberais*. As aulas noturnas da Sociedade pernambucana de artífices começaram a ser ministradas ainda em 1841, estando elencadas entre os objetivos da instituição, além da prestação de auxílios financeiros entre seus sócios. Em geral, as aulas eram direcionadas para a formação de trabalhadores das edificações. As aulas eram de artes, desenho linear, línguas estrangeiras, como o francês, principalmente para os alunos lerem os manuais de metodologias industriais e alfabetização. A Sociedade promoveu um trabalho de profissionalização e instrução para operários jovens e adultos no Recife desde a primeira metade do século XIX, culminando na instalação do Liceu de Artes e Ofícios de Pernambuco. Essa entidade, entre outras medidas, se preocupou com a apropriação da leitura e da escrita para os negros que atuavam em ofícios específicos nesta cidade. Segundo Itacir Luz, era bastante comum a realização de aulas, inclusive as públicas, na casa dos professores, assim como muitas escolas na Bahia. As exigências para se ensinar as primeiras letras não eram tão rigorosas, muito menos incontornáveis. No caso específico do ensino noturno, que estava voltado basicamente para a população mais pobre, a situação não só não era diferente, como tendia a ser ainda mais “flexível”, o que pode tê-lo levado a se difundir ainda mais.<sup>25</sup>

Em Alagoas, buscando compreender como ocorreu o processo de oferta da escola para o “povo”, com enfoque na criação e desdobramentos das escolas noturnas na província, Marilza Correia conclui que a escola para o “povo [...] fez parte de um projeto ‘civilizador’ na busca pela construção de uma identidade nacional, pautada nos conceitos e visões dos ideais liberais dos países europeus, em especial da França e da Inglaterra”. Por isso, para Correia, a ideia de escola noturna se ajustava “a um desejo de elites na tentativa de dar uma cara ‘moderna’ ao país, ao invés de promover a ascensão da cultura letrada para aqueles economicamente pobres”.<sup>26</sup> Ainda sobre Alagoas, Primitivo Moacyr aponta que o presidente desta província se referia claramente às dificuldades de incorporar as crianças nascidas livres, após a lei de 1871, no sistema educacional. Segundo Moacyr:

Esta medida deve alcançar os libertos e os filhos livres de mulher escrava, maiores de 7 e menores de 15 anos, nas escolas noturnas, abertas gratuitamente por alguns professores, como já autorizei ao diretor geral da instrução, que no seu relatório lembra a admissão dos mesmos nas aulas diurnas juntamente com meninos livres, o que, por certo, não me parece prudente. É para recear que a admissão de menores escravo nas escolas diurnas afugente dali os menores livres.<sup>27</sup>

Já na província do Pará, o governo instaurou na década de 1870 uma política visando estender a instrução aos adultos, através da regulamentação e criação de escolas noturnas na capital e nas cidades do interior. No Amazonas, a Câmara Municipal de Manaus criou em 1873 duas escolas noturnas, as quais, segundo Irma Rizzini, funcionavam com “muita regularidade” e eram “bem frequentadas” por oitenta e oito alunos. No interior dessa província funcionavam mais três escolas noturnas, criadas por iniciativa de militares e professores públicos.<sup>28</sup>

Sobre as escolas noturnas estabelecidas em Goiás, Sandra Elaine Aires de Abreu analisa como muitas delas foram criadas de forma que ela chama de voluntária, ao se referir à iniciativa de particulares para dar aulas à noite, a partir de 1872. Segundo Abreu, essas escolas também foram regidas por professores públicos.<sup>29</sup> Na Bahia, muitos cidadãos particulares ao abrir aula noturna pelo princípio da liberdade de ensino encaminhavam ofício de informação à Diretoria da Instrução Pública.

Em relação ao Espírito Santo, Aldaires Souto discute que as escolas noturnas visavam atender às necessidades de formação da mão-de-obra livre, para a grande lavoura e o trabalho fabril em desenvolvimento, além de prevenir a criminalidade e as “desordens sociais”. França ainda afirma que os professores eram os “prestantes

sócios”, integrantes da elite e representantes da geração de intelectuais da década de 1880, compromissados, principalmente com os ideais abolicionistas e republicanos.<sup>30</sup>

Alessandra Schueler, ao analisar os relatórios da *Sociedade Propagadora da Instrução às Classes Operárias da Lagoa*, do final do século XIX, verifica que no Rio de Janeiro os fins da instrução destinada aos trabalhadores diurnos naquela instituição, além da instrução primária elementar (ler, escrever, contar e a doutrina cristã católica), ainda havia aulas de francês, conhecimentos dos seus direitos e deveres e das principais leis penais. Schueler percebe que propostas ministeriais e projetos de libertação do “ventre da escrava” foram desenvolvidos e apresentados visando alcançar soluções para a questão do então chamado “elemento servil”, sendo que esses projetos não se mostraram deslocados das questões relativas à educação da época, discutidos muito antes. Deste modo, o processo emancipacionista desencadeou inúmeros embates “produzindo novos posicionamentos e grupos políticos no interior dos dois partidos, até então tradicionalmente reconhecidos”, o Liberal e o Conservador.<sup>31</sup>

Ainda sobre as escolas noturnas no Rio de Janeiro, Ana Luiza Jesus da Costa afirma que a educação para jovens e adultos trabalhadores foi estabelecida como se fosse uma dádiva das elites dirigentes e intelectuais, em que o sentido não foi resolver o problema da instrução do trabalhador, mas para a “instituição de uma hierarquia dos saberes socialmente dominantes, delimitando a figura do chamado ‘analfabeto’ como aquele que não possuía tais saberes em seu nível mais básico”. Porém, a autora sugere que esse tipo de escolarização foi consequência das ações dos sujeitos que foram se matricular nesses estabelecimentos, protagonizando o próprio processo de formação escolar.<sup>32</sup>

É importante salientar que a ideia de escolarização como uma instituição segmentada, organizada com alguns critérios, com um espaço físico e a organização de conteúdos se adequa ao que David Hamilton chama de “inculcação de determinados conhecimentos”.<sup>33</sup> Por sua vez, Justino Magalhães aponta que escolarização é o processo de sistematização da escola como instância educativa.<sup>34</sup> Ao se analisar a documentação, percebe-se que esses moldes foram muito próximos de como as escolas noturnas se estabeleceram na Bahia em fins do século XIX.

Também sobre o Rio de Janeiro, Katia Lopes analisa a presença de negros em espaços de instrução elementar, tendo como estudo de caso a escola da *Imperial Quinta da Boa Vista* e a escola conhecida como “Quilombo da Cancela”, as quais tiveram aulas noturnas e com a frequência de “pessoas de cor”. A autora também traz em seu estudo

outros cursos noturnos como o de São Sebastião e São José, além de duas escolas noturnas na freguesia do Engenho Novo. Diferente do que foram as escolas noturnas na Bahia, Lopes aponta que essas aulas no final do século XIX no Rio de Janeiro foram mais evidentes após o decreto educacional imperial de 1878.<sup>35</sup>

Sobre São Paulo, Surya Aaronovich Pombo de Barros indica que no final do século XIX houve grande ênfase no que ela chama de “educação popular”, sendo que nesse modelo estavam inclusas as escolas noturnas. Para Barros, a partir das aspirações do movimento republicano, “a instrução e a esperança da modernização da sociedade foi incentivada”.<sup>36</sup> Um ponto de destaque nas escolas noturnas analisadas por Barros é o fato de algumas delas serem financiadas pela maçonaria. Sobre isto, Elciene Azevedo afirma que a Loja América (maçônica) fundou e sustentou na capital dessa província uma escola noturna de primeiras letras, que contava com a matrícula de duzentos e quatorze alunos e com a frequência de cem. O ato de abertura dessa escola teve a participação de Luiz Gama e do seu amigo Olímpio da Paixão, que era maçom. Segundo a historiadora, Luiz Gama esteve envolvido nessa escolarização para difundir princípios “conforme as aspirações públicas e sentimentos de humanidade”, considerando a “instrução pública” uma das frentes de ação mais importantes.<sup>37</sup>

Ainda em São Paulo, segundo Mauriceia Ananias, em Campinas também houve escolas noturnas. A autora afirma que em São Paulo foram abertas escolas destinadas à população pobre em várias cidades, a exemplo das aulas noturnas, que muitas eram mantidas pela maçonaria. Campinas, considerada uma das mais importantes cidades da época, teve, entre outras, uma escola mantida pelos maçons, que era destinada à instrução gratuita de adultos e crianças maiores de 12 anos que fossem reconhecidamente pobres. Ela foi mantida pela *Sociedade Propagadora de Instrução*, em Campinas, e os grupos que a criaram foram os integrantes da elite econômica e intelectual da cidade, que acreditavam no ideal de transformar o Brasil, tendo, entre outros elementos, a educação como um dos pilares para “civilizar o país”.<sup>38</sup>

Em Pelotas, Rio Grande do Sul, também houve aulas noturnas. Eliane Peres analisa as aulas noturnas da Biblioteca pública pelotense, afirmando que o objetivo de seu trabalho foi desvendar porque, para quem e como os cursos noturnos foram criados e mantidos na Biblioteca. A autora aponta que os alunos eram pessoas de cor aprendendo conteúdos de primeiras letras com pessoas brancas da elite econômica. Peres defende a hipótese de que as aulas foram criadas para o controle social daqueles sujeitos, além do exercido pela repressão policial, a segregação em asilos e hospitais. Os

alunos eram os desempregados, sub-empregados, crianças prestadoras de serviços domésticos, aprendizes de ofício e “incorrigíveis” (denominação aos “expulsos” de escolas públicas diurnas). Sua pesquisa é pautada em três categorias: gênero, classe social e grupo étnico. A autora também afirma que o projeto de instrução primária destes homens trazia em seu bojo a ideia de “moralizar” o povo, de incutir uma nova ética de amor ao trabalho, principalmente em função da luta abolicionista, com a perspectiva das novas relações de trabalho que se delineavam com o advento do trabalho livre.<sup>39</sup>

No Paraná, Juarez Anjos aponta que de acordo com o discurso governamental, a criação das escolas noturnas tinha a intenção de possibilitar a leitura e a escrita para aqueles que ainda não sabiam, para que pudessem se habilitar a votar conforme a nova lei eleitoral de 1881. Entretanto, foi uma clientela bem diversa que adentrou em tais espaços. Ele afirma que na cidade da Lapa uma dessas escolas foi frequentada de modo particular por trabalhadores não apenas livres, mas também trabalhadores escravos, crianças livres e ingênuos.<sup>40</sup> Vicente Moreira da Silva, também sobre o Paraná, fez uma análise específica sobre essas escolas e apontou a presença de cativos em escolas noturnas abertas por particulares. Para ele, o intuito geral das escolas noturnas era possibilitar a alfabetização para aqueles que ainda não sabiam ler e nem escrever poderem votar.<sup>41</sup>

Ainda a respeito do Paraná, Noemi Silva analisa o “envolvimento de escravos, libertos e ingênuos” com a instrução formal no final do século XIX, principalmente nas escolas noturnas. Segundo a autora, essas escolas enfrentaram a instabilidade e precariedade do ensino público da época, mostrando a atuação desses setores que lutavam por sua melhoria. Justamente essa atuação que se destaca em seu trabalho, pois, embora a instrução despertasse expectativas nos governantes e nas elites letradas como solução para algumas inquietações do período, para escravos e libertos ela também possuía seus significados incluindo possibilidades particulares, como de ascensão e reconhecimento social, ou ainda a conquista de liberdade, carta de alforria e cidadania.<sup>42</sup>

Sobre Santa Catarina, Graciane Sebrão aponta que houve escolas noturnas e a *Escola de aprendizes de marinheiros* na província, no nível primário e secundário, voltadas para africanos e para quem ela chama de afrodescendentes. Inicialmente sua análise foi voltada para a cidade do Desterro, onde hoje é o centro da capital, Florianópolis. Ela partiu da questão da presença e da ausência de negros, como chama, em espaços escolares entre os anos de 1870 a 1888. Período idêntico ao de quase todos

os trabalhos historiográficos sobre esse tipo de escolas, a autora dedicou seu trabalho de mestrado e doutorado à educação da população negra no século XIX, diferenciando somente no recorte cronológico, para o doutorado foi entre 1850 e 1889, mas sempre com a preocupação em discutir de quais formas essas pessoas estiveram em escolas quando a escravidão ainda pulsava na sociedade brasileira.<sup>43</sup>

Diante de tais estudos, percebe-se a importância das escolas noturnas baianas serem analisadas, a fim de trazer à tona como foi a escolarização para homens que não estudaram na infância em um contexto de consideráveis transformações políticas e sociais no país. Assim, busco discutir o que foram essas escolas, os objetivos apresentados por seus criadores, como funcionaram, a partir de quais ideias políticas e objetivos sociais elas foram justificadas e estabelecidas, assim como verificar os “caminhos sociais” propostos aos seus alunos.

Portanto, a intenção é trazer ao conhecimento do leitor em que medida as escolas noturnas na Bahia estiveram entre os planos, proposições e realizações das autoridades provinciais do final do século XIX, alcançando um público de trabalhadores jovens e adultos, quando uma das bases fundamentais da vida social, econômica e até política do Brasil estava ruindo. Muitas vezes, só foi possível verificar o pedido de abertura de uma escola, sem mais nenhuma outra informação, devido à dispersão e a fragmentação dos principais documentos (correspondências da Instrução Pública no Arquivo Público do Estado da Bahia), o que não impediu que fosse feita uma discussão sobre essa escolarização.

Interessante discutir os motivadores para a adesão da escolarização noturna no final do século XIX na Bahia, estando inserida em uma organização educacional mais ampla que abrangia outros níveis de ensino, outro turno e público. Neste estudo, a maior parte da documentação é administrativa, vista por uma perspectiva que não trata da análise dos feitos das autoridades governamentais, mas o que foi proporcionado a sujeitos trabalhadores que não alcançaram o nível das primeiras letras. Dessa forma, busco contribuir com o debate sobre a oportunidade de alfabetização para trabalhadores, os quais eram livres, libertos e também escravizados, quando a escravidão sistêmica ainda era vigente. Importante frisar que nesse período a Constituição proibia a matrícula de escravizados em escolas públicas e o analfabetismo era em torno de 80% da população brasileira.<sup>44</sup>

Posto isto, este livro está dividido em três capítulos. No primeiro, busco analisar as propostas para criação das escolas noturnas a partir de sujeitos que eram as

autoridades políticas e educacionais. É uma análise dos planos de criação das escolas, o “falando sobre”, a partir de correspondências dos diretores da Instrução Pública, relatório de inspetores da Instrução Pública e dos presidentes da província, jornais e anais da Assembleia Legislativa provincial. Também analisei as reformas educacionais entre 1870 a 1883, a saber: a reforma educacional baiana de 1870; o regulamento educacional provincial de 1873; e o parecer de Ruy Barbosa (1882 e 1883) sobre as reformas educacionais imperiais de 1878 e 1879.

O segundo capítulo é a “entrada nas escolas noturnas”, nele analisei a dinâmica de estabelecimento dessas escolas e o funcionamento das aulas, partindo das correspondências entre os professores e a direção da Instrução Pública, assim como com a presidência da província, e com os interessados em frequentar as aulas. Nessa parte discuti como muitas escolas foram abertas, quais métodos seus mestres utilizavam, o fechamento de algumas e como o material didático utilizado nelas pode indicar as questões políticas e sociais pautadas na época.

Fundamental será também identificar o público a que foi destinado essas escolas à noite. Ainda que a maior parte dos documentos tenha sido produzida por autoridades educacionais, não havendo, portanto, o discurso dos sujeitos que estudavam, é possível identificar o perfil desses sujeitos através dos ofícios em que os professores afirmavam que pessoas de algumas freguesias solicitavam aulas noturnas, e por meio dos mapas de aulas enviados pelos professores aos diretores da Instrução Pública. Nesses documentos constam os dados a respeito das profissões, nomes, idades e onde nasceram os alunos das escolas. Assim, o terceiro capítulo buscará compreender quem estudava nessas escolas.

## CAPÍTULO 1

### **AS REFORMAS EDUCACIONAIS E AS ESCOLAS NOTURNAS NA BAHIA DO FINAL DO SÉCULO XIX: “QUE A INSTRUÇÃO PÚBLICA É QUESTÃO DE VIDA E MORTE PARA O PAIZ”**

Em relatório apresentado à Assembléia Legislativa provincial em 1869, o presidente provincial da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, comentou sobre o “mal que estava embaraçando o progresso, principalmente, da instrução primária, tão essencial e garantida pela Constituição”.<sup>45</sup> Para o que ela chamava de melhoria da educação baiana, havia o discurso do fim da ignorância, a instrução como elemento essencial à “estabilização” política e econômica da nação, assim como a formação de uma mão de obra mais qualificada nos serviços mecânicos. Em relatório do ano seguinte, ele apontou que “os adultos, cujos pais não puderam proporcionar-lhes bem tão importante, resignam-se com dificuldade à sua mesquinha sorte, em muitos lugares correm às aulas noturnas”. Sendo assim, ele recomendou que as escolas noturnas “ampliem o progresso, colaborando no desenvolvimento da província, na nossa estatística, nos nossos costumes, no bem público e do país”.<sup>46</sup>

As escolas noturnas no século XIX foram criadas na Bahia quando havia várias movimentações abolicionistas, como a formação de organizações sociais que visavam a alforria de escravizados, assim como a elaboração de teorias racialistas<sup>47</sup>, partindo de europeus, que se fizeram presentes na vida dos brasileiros, inseridas em emaranhados de discussões de como seria a sociedade brasileira com uma mão de obra que não seria mais escrava, tal qual outras nações americanas.<sup>48</sup> Nesse período também havia na província da Bahia intervenções e reformas urbanas, com a implantação de novos meios de transporte, melhoria no abastecimento de água, iluminação, habitação; e o combate de epidemias, com o objetivo de se afastar da imagem colonial/escravista para atingir uma “modernidade”. Ao mesmo tempo, acontecia um crescimento demográfico<sup>49</sup>, a formação de organizações trabalhistas, como o Liceu de Artes e Ofício da Bahia, o Centro Operário, entre outros; havendo ainda discussões entre a possibilidade de República ou permanência Monárquica como modelos políticos para o país.<sup>50</sup>

Nesse período, a instrução, como discute Schueler, refletindo sobre uma afirmação de Mattos, se refere a aprendizagem de saberes e técnicas para que fossem colocados em prática, tanto na atuação das atividades laborais de trabalhadores quanto

na influência desses sujeitos em ações políticas e de cidadania, como o direito ao voto. Já o termo educação, estava voltado à aprendizagem de valores e princípios morais a partir da doutrina cristã católica, oficializada no Império brasileiro. Assim, as escolas noturnas estiveram mais fortemente ligadas à ideia de instrução, pois sendo voltadas para as atividades profissionais, elas eram mais para a aprendizagem de técnicas aplicáveis ao universo daquele cotidiano de trabalho.<sup>51</sup>

A ideia de que a instrução era importante para a nação, pode ser constatada no relatório de Francisco Gonçalves Martins, de 1969. Nele, o presidente provincial da Bahia avaliou:

A instrução merece os cuidados da Constituição brasileira, ela é a base de todo o progresso, a condição essencial das instituições políticas de um povo livre, especialmente para si consagrar o voto quase universal nas urnas. Sem a leitura e a arte de escrever não pode o cidadão tomar parte ativa nos diferentes processos de eleição, nos conselhos da guarda nacional e na importantíssima instituição do júri. Cada baiano tenha um coração cheio de sincero patriotismo, cumpra tranquilo o seu dever; estude os homens sua vida, seus precedentes e quando descobrir o seu bem intencionado siga-o e o auxilie no esforço pela regeneração do país.<sup>52</sup>

Martins via a educação como fundamental para o “progresso” nacional e o exercício da cidadania, elementos cruciais para se pensar o Império brasileiro e a condição de um “povo livre” no contexto no final do século XIX.<sup>53</sup> O presidente provincial propôs mudanças na instrução para um alcance que ele considerava mais eficaz, principalmente, na aprendizagem da leitura, escrita, cálculos básicos e a doutrina cristã católica, proposta que era útil a todos os turnos de ensino. Nesse período, a escolarização noturna na Bahia estava sendo fomentada pelo governo e também por cidadãos particulares.

Alessandra Schueler afirma que a história da consolidação do Estado Imperial brasileiro é também a história da Instrução Pública e o desenvolvimento da educação enquanto uma temática relacionada às preocupações do Estado que considerou, em 1824, ser um dever constitucional a garantia da “instrução primária gratuita a todos os cidadãos”.<sup>54</sup> Tanto assim que a independência política do país aconteceu em 1822/23 e o primeiro documento que rege a educação no Brasil foi o decreto educacional em 1827. Desse modo, é possível compreender a fala de Martins, informando que “uma nação que não tem conquistado sua liberdade por sacrifícios tem necessidade de assegurar esta liberdade tornando-se digna de a possuir”, refere-se aos movimentos de proclamação e

consolidação da independência juntamente com a ideia de ampliação de oportunidades de ensino. Era preciso fazer valer e efetivar uma autonomia a partir do processo de independência iniciado no começo do século XIX.<sup>55</sup>

Desta forma, a educação pode ser um dos elementos de como os políticos propuseram suas estratégias e geriram seus governos. Nesse sentido, Cynthia Veiga a destaca como uma instituição que perpassa pela construção de mecanismos que legitimam um governo no qual a ideia de educação/instrução e sua eficácia se produz como parte de tensões políticas expressas nas relações de poder.<sup>56</sup>

O investimento na educação brasileira no final do século XIX se apresentava como pauta necessária também porque, depois do Censo de 1872, que apresentava mais de 80% da população analfabeta, não tinha mais como esconder essa realidade em uma sociedade que estava se propondo “moderna” por membros elitistas.<sup>57</sup> Miguel Luiz da Conceição afirma que a educação da época foi considerada como parte indissociável de um projeto político mais abrangente de construção da nação, a partir dos conflitos e alianças, acomodações e divergências que toda esta movimentação ensejava. Para ele, era uma das questões mais significativas do período, pois foi “parâmetro para a cidadania, para a participação no poder político e a organização social do trabalho”.<sup>58</sup>

Alguns autores que pesquisam o final do século XIX no Brasil apontam a educação/instrução, mesmo sem analisá-las especificamente, como elementos fundamentais para as discussões políticas e sociais. José Pereira Santana Neto interpreta que diante das discussões parlamentares acerca do fim da escravidão houve “palcos de disputas em que os caminhos da abolição eram os assuntos dos confrontos”. Entre essas mudanças, à educação coube “a qualificação da mão de obra, o que poderia ser vantagem para o patrão ou o senhor, enquanto aos escravizados ou funcionários, cabia a chance de sobrevivência e até mesmo de ascensão social”, pois em uma sociedade em que a grande maioria da população era analfabeta, saber ler, escrever e contar poderia ser indicativo de melhores oportunidades de trabalho e de qualidade de vida.<sup>59</sup>

Jacó Souza, ao analisar a imprensa abolicionista e a educação na Bahia, afirma que pensar a educação naquele momento “se relacionava a uma missão que os próprios redatores queriam imprimir no jornal, *O Asteroide*, um veículo com a ideia de civilização”. Segundo o autor, havia um programa que consistia na instrução pública daqueles que viveram a experiência da escravidão, sendo que essa era uma bandeira levantada no periódico antes mesmo de ser abolido o escravismo.<sup>60</sup>

Segundo Ione Sousa, as leis emancipacionistas estavam no centro das atenções do Estado brasileiro no final do século XIX, assim como a Instrução Pública. Como está evidente no censo de 1872 e em outras medidas políticas e sociais da época, o Estado passou a incorporar outros sujeitos em suas preocupações - o liberto e o ingênuo - visando “prepará-los como trabalhadores morigerados e úteis à pátria, leia-se, dedicados ao trabalho, pouco reivindicatórios e cordatos” para não causar o prejuízo da correção de crimes.<sup>61</sup> Marcus Vinícius Fonseca assegura que as práticas educacionais do período foram apresentadas como essenciais ao encaminhamento da abolição do trabalho escravo no Brasil, “um mecanismo de dominação que permitisse a manutenção da hierarquia social e racial dos tempos da escravidão”.<sup>62</sup> Segundo Jailton Lima Brito, a partir de 1870 algumas associações proporcionaram alforrias a uma grande quantidade de escravizados na Bahia. Para ele, a educação para as populações escravizadas, libertas e livres estava no bojo da proposta de educar e instruir a grande parte da população brasileira que era analfabeta.<sup>63</sup>

É dentro desse cenário que Francisco Gonçalves Martins propôs uma reforma educacional em 1870, tendo convocado alguns representantes políticos, visando o aprimoramento da formação e do trabalho docente; a criação de mais escolas; e a redução no índice de analfabetismo. Ione Sousa aponta que essa reforma resultou de uma “reclamação também das elites interessadas na formação de uma mão de obra melhor preparada, que permitisse um melhor e mais racional aproveitamento dos meios de produção”.<sup>64</sup> Tal interesse levou a debates, projetos e medidas de escolarização nos grandes centros urbanos do Império e em cidades do interior, através de um conjunto de estratégias, como a implementação de Escolas Normais para formação de professores primários, a criação e a implementação de Instrução Pública, assim como a criação das escolas noturnas.

A comissão responsável pela elaboração da reforma foi composta pelo Dr. Abílio César Borges, diretor geral dos estudos na Bahia (Instrução Pública) em 1856, ex-diretor do Ginásio da Bahia e político do partido Conservador; pelo desembargador Manoel Joaquim Bahia, presidente do Conselho Superior de Instrução e deputado eleito para o Parlamento nacional; e pelo Dr. João José de Oliveira Junqueira, deputado provincial pela Bahia por muitos anos e ex-presidente de várias províncias.<sup>65</sup> Os autores desta proposta de reforma de maior destaque no cenário baiano eram Francisco Gonçalves Martins e Abílio César Borges. É possível compreender algumas características da reforma, “pontapé” inicial para criação das escolas noturnas na Bahia,

sabendo algumas informações sobre o trajeto pessoal e político desses sujeitos, assim como o papel que exerciam na educação baiana.<sup>66</sup>

Francisco Gonçalves Martins foi senhor de engenho como seu pai, nascido em 1807, na freguesia de São Pedro do Rio Fundo, no município de Santo Amaro, além de bacharel em leis pela Universidade de Coimbra e Juiz de Direito da comarca de Salvador. Entre 1833 e 1848 foi nomeado Desembargador do Tribunal da Relação da Bahia e eleito deputado provincial por três vezes, recebendo os títulos de Barão e Visconde de São Lourenço.<sup>67</sup> Segundo João Reis, Martins foi chefe de polícia em 1835, atuando duramente contra a rebelião Malê, além de ter sido redator do jornal *Diário da Bahia*, um folhetim defensor do movimento regencial da Sabinada, mas que foi suspenso pelas “forças legais” em 1837.<sup>68</sup>

Político do Partido Conservador e proprietário de terras, Martins foi acusado de ser um dos grandes traficantes de escravos, conforme o jornal *O Guayacuru*, em 1851. No jornal, o político foi chamado de “o rei dos negreiros”, pois era visto com traficantes e foi também o responsável pelo transporte de africanos para o seu engenho, o São Lourenço.<sup>69</sup> Foi ministro no gabinete presidido pelo Visconde de Itaboraí e comendador na Ordem de Cristo, título concedido por D. Pedro I. Portanto, um político de destaque nacional, que “trazia grande cabedal de instrução e notável conhecimento de literatura clássica”, foi o mentor de uma reforma educacional na Bahia que pretendeu combater o que ele chamou de “atraso da instrução”.<sup>70</sup>

Segundo Luis Anselmo da Fonseca, um autor contemporâneo ao período de criação das escolas noturnas, Martins defendeu a instrução profissional em detrimento do trabalho escravo, mesmo sendo um proprietário de terra e de escravizados, afirmando que:

depois de muitos anos agito a questão da necessidade de cessação da escravidão e com especialidade tratei do objeto em sessões do Instituto Agrícola, fazendo ver que a luta americana se resolveria pelos Estados do Norte, sendo a consequência da vitória a extinção da escravidão. A instrução profissional é o meio mais eficaz que deve estar a cargo das escolas e estabelecimentos especiais. Se o governo pretende fazer sacrifícios para fundar colônias de melhores raças humanas, prefira preparar a nossa para o trabalho, mediante a maior instrução possível.<sup>71</sup>

O final de sua declaração é típico de alguns políticos conservadores da época, que almejavam o fim da escravidão sem causar prejuízos econômicos aos proprietários, incentivando uma mão de obra para o Brasil que se tornaria “moderno”, mas preparando

um determinado público de alunos para o trabalho. Era uma proposta de reelaboração de um modelo de mão de obra que se desmantelava, sendo direcionada praticamente por sujeitos que fomentara a escravidão e que viam suas vítimas como seres inferiores, uma vez que, Martins mostrava interesse em melhora na raça com a educação para pessoas ex-escravizadas.<sup>72</sup> Portanto, verificam-se medidas de cunho liberal, com ideias de liberdades, defendidas por políticos conservadores para atender seus interesses e dos grupos sociais e econômicos de interesses semelhantes.

João Reis aponta que o Barão era um antiafricano, “o que não foi percebido pelo abolicionista baiano Luis Anselmo da Fonseca, um entusiasmado admirador do esforço de Martins em promover o trabalho livre”.<sup>73</sup> Antiafricano ou não, Francisco Gonçalves Martins foi um dos incentivadores da instrução para trabalhadores na Bahia no final nas décadas de 1860 e 1870. Assim, o importante aqui é discutir em que medida ele buscou proporcionar essas transformações pela instrução/educação a partir dos interesses que tinha.

Como visto, Martins foi integrante da elite econômica e política baiana, proprietário de escravizados, acusado de traficar pessoas, político autoritário e defensor da instrução para trabalhadores analfabetos, incluindo escravizados e libertos. Foi uma pessoa de características que evidenciam as várias possibilidades dos sujeitos com seus dilemas e contradições, seus objetivos e posicionamentos, como o interesse sobre os que seriam os “homens nacionais” naquele período. Inclusive, esse último argumento reitera a proposta de educação para “regeneração” ou “melhoria das raças”, e não necessariamente uma solidariedade a pessoas que não tinham sua força de trabalho livre para usar como bem quisessem. A postura de Martin evidencia ainda as diversas configurações que tinha a busca pelo fim da escravidão no Brasil.

A reforma educacional de 1870 possibilitou a criação de escolas noturnas, que, de acordo com a fala de Martins, se apresentava como uma forma de instrução voltada aos interesses das elites proprietárias e política de conduzir o público dessas escolas para um mercado de trabalho que se apresentava naquele contexto. Percebe-se certo controle sobre os destinos que os sujeitos das escolas pudessem tomar. Isso também não quer dizer que a oportunidade de aprender o ensino elementar não fosse um caminho de emancipação pessoal dos alunos. Aprender a ler poderia proporcioná-los o acesso a outros conhecimentos que não eram os das escolas, assim como o poder da leitura e escrita também poderia ser um passo a outros lugares sociais.

O interesse que a escravidão acabasse foi algo multifacetado, principalmente pela condição social dos grupos ou indivíduos que aspiravam tal propósito, fossem os escravizados(as), os abolicionistas ou políticos dos partidos Liberal e do Conservador, por exemplo. Jailton Brito reflete que os escravos causavam temor em proprietários, por isso era “preciso” instruí-los para o “trabalho”, o que não quer dizer que esse pensamento prevaleceu entre as pessoas que tinham escravizados(as). Porém, Brito ainda coloca que alguns escravocratas tinham “propostas de educação e sugeriam escolas diurnas e noturnas para esses grupos sociais”, a fim de que o analfabetismo não fosse empecilho na produtividade e para o desenvolvimento do país, em consolidação nacional, já que muitos viam o fim da escravidão como inevitável.<sup>74</sup>

Já Abílio César Borges, o Barão de Macaúbas, político do Partido Conservador, nasceu na cidade de Rio de Contas, em 1824, fez faculdade de Medicina no Rio de Janeiro, e foi professor e diretor do Ginásio da Bahia entre 1858 a 1871, além de ter sido presidente da Câmara Municipal de Barra, onde fundou e dirigiu o colégio Ateneu Barrense. Assim como Martins, Borges também foi Comendador da Ordem de Cristo, diretor de escolas particulares, inventor de aparelhos de uso didático e autor de livros para aulas escolares, inclusive, alguns usados nas escolas noturnas baianas.<sup>75</sup> Na década de 1850, ele foi um dos fundadores da *Sociedade Libertadora Sete de Setembro*, escreveu artigos para o jornal *O Abolicionista*, e teria sido um dos primeiros a defender abertamente a causa da emancipação escrava. Ele teria atuado ainda junto à *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão*, associação da qual também teria sido sócio fundador.<sup>76</sup>

Para Carlos Eduardo Souza, Borges via na instrução a chave para a emancipação do povo, assim como integração dos libertos à sociedade e ao mundo do trabalho nacional.<sup>77</sup> Entretanto, sendo um político do Partido Conservador, percebe-se mais uma evidência de que a ideia de liberdade de pessoas escravizadas possui várias acepções e para ele essa palavra tinha dimensões diferentes do que para um escravizado, obviamente, assim como para muitos políticos do Partido Liberal. Dessa forma, Borges, assim como Martins, apresentou muito mais a possibilidade de defender a “instrução popular” em uma perspectiva mais próxima das ideias de “progresso”, formação nacional, “civilização” e “regeneração” dos grupos sociais oriundos da escravidão, do que um anseio por uma melhoria na condição social desses grupos, a ponto de condicioná-los a ocuparem posições de poder.

## 1.1 AS ESCOLAS NOTURNAS BAIANAS NA REFORMA EDUCACIONAL DE 1870

Em 4 de março de 1870, Francisco Gonçalves Martins, o Barão de São Lourenço, sancionou a reforma no ensino baiano através da resolução nº 1.116, alegando ser útil à “modernização da instrução e autonomia do país”. Para esses argumentos ele tinha como referência a Escócia, Inglaterra, Suíça e, principalmente, os Estados Unidos, pelo que ele chamou de “esmero na valorização da educação para o trabalho como primordial para o desenvolvimento nacional”. Martins direcionou essa instrução mostrando interesse em intensificar a frequência nas escolas, afirmando que “nos países onde o trabalho era a primeira condição e o desenvolvimento material se descobria nas diferentes indústrias, o ensino era mais amplo”. Ele explanou o plano de reforma relacionando com a educação nos Estados Unidos, ao afirmar que:

os pais eram punidos quando não faziam dar [instrução] a seus filhos; nós não podemos chegar ainda a este grau de perfeição, a que a sociedade tem direito, onde se vê que o maior número de criminosos são analfabetos, porém a reforma espera chegar a meio caminho e o alcançará se puder auxiliar a favorável inclinação dos pais.<sup>78</sup>

Observa-se uma proposta visando o mercado de trabalho vigente (agroexportador) e o industrial em desenvolvimento. Tudo isso, tendo como referências nações que já tinham finalizado o trabalho escravo sistêmico em seus territórios, que tinham como modelo político a República e que buscavam desenvolver atividades industriais. Entretanto, esses fatos não aconteceram de maneira imediata no Brasil, foram eles decorrentes de debates, tensões e discordâncias.

Nesse sentido, Miguel Conceição faz uma leitura da reforma de 1870 analisando de que forma grupos das camadas “populares” foram contemplados por esse regulamento, verificando a “dimensão política que regia os macros interesses presentes em tal medida”. O historiador aponta que era preciso cuidar logo dos que seriam responsáveis pela nação: as crianças e os jovens adultos, além também de ampliar a educação pela inserção de outras “categorias sociais da época”, a exemplo dos libertos e ingênuos, de maneira distinta e em condições diferentes, como por exemplo, a oferta de somente o nível das primeiras letras para as escolas noturnas. Conceição ainda indica que a regulamentação baiana de 1870 fortaleceu a importância das primeiras letras, que teria considerável significado para a mudança do alto índice de analfabetismo, através do aumento de possibilidades de escolarização, mais ainda quando as leis abolicionistas

estavam em discussão, viabilizando alforrias para os escravizados, como apontou Sidney Chalhoub.<sup>79</sup>

No relatório de Martins, analfabetismo e crime foram apontados como causa e consequência para o decreto educacional baiano de 1870. A escolarização era considerada já naquela época como capaz de impedir atos criminosos pelos alunos. Deste modo, a reforma educacional assumia um tom fiscalizador que previa acompanhar o trabalho dos professores e o afastamento dos alunos da criminalidade, direcionando-os ao trabalho, um dos principais tópicos para a educação em pauta. Interessante situar que o Barão de São Lourenço ao propor melhorias na educação era uma pessoa que já tinha vivências em cargos de alto poder no setor judicial e policial. Possivelmente, esses campos da sociedade não estavam dissociados das proposições da reforma educacional de 1870, até mesmo porque alguns dispositivos dessa reforma sugerem que alguns indivíduos “pareciam” ameaçar a ordem pública com vadiagem, revoltas e mobilizações sociais, o que poderia atrapalhar os projetos sociais em voga na época.

As autoridades que elaboraram a reforma de 1870 se basearam em um tipo educacional que previa até punição aos pais, caso os filhos não frequentassem escolas. Diante disso, questiona-se em que medida essa relação entre criminalidade e educação ajuda a entender as concepções de liberdade, cidadania, transformações urbanas que aconteciam nas cidades brasileiras, assim como as novas configurações trabalhistas elaboradas no país, dentro do que foi a ideia de instrução naquele período?

Além dessas questões, pensando na relação entre educação e voto, Ione Sousa destaca o argumento do presidente provincial Araujo Bulcão, que apontou a instrução como útil à preparação “do cidadão eleitor para atuar política e juridicamente, tendo a instrução como o caminho para assegurar instituições políticas sólidas”.<sup>80</sup> Percebe-se que a ideia de melhora na educação baiana e, mais precisamente, a criação das escolas noturnas, tinha também o intuito de controle social de seus alunos, como se esses trabalhadores não letrados fossem um risco à ordem, como aponta Simone Amorim para o caso das escolas noturnas de Sergipe. De acordo com a autora, “eram escolas para trabalhadores que somente poderiam estudar à noite, evitando a ociosidade a fim de reduzir o número de réus”.<sup>81</sup> No Espírito Santo, sobre o mesmo período, Aldaires França informa que as escolas noturnas visavam atender às necessidades de formação da mão-de-obra livre para a grande lavoura e para o trabalho fabril em desenvolvimento, além de prevenir a criminalidade e as “desordens sociais”.<sup>82</sup>

Ademais, Ione Sousa afirma que na educação da Bahia, no final do século XIX, havia a tentativa de controle e disciplinamento dos alunos nas instituições asilares, nas militarizadas e nas correcionais.<sup>83</sup> Nesse sentido, Schueler interpreta que o direcionamento do Estado para educação como controle estava ligado à construção da nação, ao rumo que o Estado conduziria as pessoas que saiam da condição escrava, repensando a cidadania, ao atribuir à educação o “Poder e a função de viabilizar a transformação das crianças em futuros pais de família”.<sup>84</sup> Eliane Peres defende a hipótese de que as aulas foram criadas para o controle social além do exercido pela repressão policial, a segregação em asilos e hospitais.<sup>85</sup> Verifica-se uma movimentação em muitas províncias para instruir trabalhadores adultos a fim de não aumentar as demandas policiais, por conta de possíveis crimes que esses sujeitos cometeriam, caso continuassem fora da “tutela” escolar/governamental, como se fossem pessoas que não praticariam tais atos por frequentarem escolas, aprendendo a ler, escrever e a doutrina cristã católica. Logo, é como se ser analfabeto significasse, necessariamente, um risco para aquela sociedade e gerasse crimes e desordens sociais.

Na reforma de 1870 também foi estabelecida uma intensa fiscalização, assim como em outras províncias, para o comportamento e compromisso dos professores no cotidiano das aulas, inseridos no esquema do que seria a ideia de controle social pela escolarização.<sup>86</sup> Caberia à Direção Geral da Instrução Pública, ao Conselho Superior, ao Inspetor Geral e do Conselho Municipal fiscalizarem como as aulas aconteceriam, assim como a frequência de todos que participavam das escolas, o rendimento dos alunos e como os professores conduziram os conteúdos das aulas, através da emissão de mapa de aulas. Com esta medida, o governo buscava acompanhar a instrução dos alunos em detalhes, sendo atualmente uma das melhores fontes para a História da Educação. Todavia, a intensa fiscalização prevista pode não ter efetivamente acontecido, devido às grandes distâncias entre todas as escolas da grande província, ou por não ser seguido à risca mesmo pelos responsáveis pela fiscalização.

Nota-se, então, que discutir o estabelecimento de uma medida educacional como essa reforma é importante para refletir como as organizações educacionais estão também entre os objetivos da política de cada época, sejam os declarados em discursos para o bem do país e de sua população, sejam para os interesses em poder e em vantagens financeiras, não declaradas explicitamente. Assim, Cynntia Veiga defende que no final do século XIX houve a ação do Estado no gerenciamento da difusão da

escolarização elementar e uma movimentação de intelectuais e elites econômicas das mais diferenciadas matizes políticas para implementar propostas de ensino.<sup>87</sup>

Ainda que gerenciado pelo Estado, o Barão de São Lourenço enfatizou a criação de escolas, mas sem onerar as contas públicas, destacando a abertura de aulas particulares justificadas pela liberdade de ensino. Ione Sousa reflete que o argumento do Barão se deveu “à baixa capacidade governamental de manter e expandir uma escolarização que deveria permitir a quem tivesse interesse em fazê-la, como os pais ou os alunos adultos, contratando os professores que se julgassem capazes de abrir escolas”.<sup>88</sup> No século XIX, há um destaque para escolas particulares de forma um tanto diferenciadas dos séculos posteriores. Isso é o que defende Faria Filho, ao afirmar que a rede de escolarização doméstica, ou seja, de ensino e aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo, mas, sobretudo, da leitura, atendia a um número de pessoas bem superior ao da rede pública estatal. Segundo o autor, essas escolas, às vezes chamadas de particulares, outras vezes, domésticas, superavam em número aquelas que os professores vinculavam-se diretamente com o Estado.<sup>89</sup>

A respeito disso, Sara Dick informa que a escolarização particular foi algo crescente no século XIX por conta da baixa qualidade do ensino público em todos os níveis, principalmente, para o ensino secundário, o que dificultava que as populações mais pobres ingressassem nessas escolas. Esse nível escolar não foi ofertado para o ensino noturno de adultos. Poucas pessoas alcançavam o ensino secundário e ele não era obrigatório como as primeiras letras. Fato que evidencia o menor acesso de pessoas em níveis de ensino posteriores ao primário e menos fomento governamental para mudança desse quadro, evidenciando que, pela via governamental, a escolarização noturna tinha um limite de nível de ensino para seus alunos.<sup>90</sup> Eis uma condição que dificultava bastante o acesso do público dessas escolas alcançar outros objetivos com aquela instrução, que não fossem os propostos pelas autoridades educacionais. Um significativo avanço na condição de vida do público alvo das escolas noturnas, pelo menos em termos de escolarização, poderia ser a criação de escolas nos níveis seguintes para alunos trabalhadores que concluíssem as primeiras letras.

Portanto, a documentação baiana sobre educação mostra que a abertura de escolas noturnas foi uma das consequências mais evidentes da reforma educacional em 1870. Não por acaso, após esse ano se registrou grande quantidade de correspondência de professores públicos e cidadãos particulares para a Diretoria da Instrução Pública solicitando a abertura dessas escolas em várias regiões da Bahia. Algumas foram

estabelecidas pelo governo provincial, por professores particulares e outras por algumas associações de trabalhadores. Todas foram abertas com o discurso de proporcionar o acesso às primeiras letras aos trabalhadores analfabetos e aos com poucos conhecimentos de leitura, escrita e cálculos. Algumas ofereciam ainda o ensino de outras línguas e matérias específicas de determinadas áreas profissionais, como foi o caso das aulas noturnas do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia.

## **1.2 EM DEFESA DAS ESCOLAS NOTURNAS**

No ano seguinte à criação das primeiras escolas noturnas, em 1872, o relatório enviado à Diretoria da Instrução Pública pelo Inspetor Geral do Estudo, Cynildo Sely Pessoa de Barros, continha proposições sobre a criação dessas aulas. Entre outros aspectos da educação na Bahia, o documento tratou da criação das escolas à noite; da possibilidade do exercício, que Barros considerou, de cidadania (os alunos adquirirem os conhecimentos sobre as primeiras letras, terem ciência dos seus direitos e deveres e terem a possibilidade do voto eleitoral); da necessidade de maior qualificação dos professores<sup>91</sup>; do ensino da doutrina cristã; e da criação de escolas noturnas para mulheres.<sup>92</sup>

Aproximando-se a época em que deveria enviar à Diretoria da Instrução Pública um relatório sobre o andamento das escolas na Bahia, o inspetor informou que achou positiva a criação das escolas noturnas, considerando-as “o acontecimento de maior vulto na educação provincial após a reforma de 1870”. Ele propôs direcionar as aulas à formação dos alunos para trabalharem nas indústrias, nas artes e ofícios, formando “trabalhadores inteligentes e preparados para produzir mais primorosos artefatos que aqueles que não houverem recebido educação profissional”.<sup>93</sup> Para o inspetor, deveria existir um tipo de professor que se adequasse para lecionar nessas aulas. Nota-se que Barros era mais uma autoridade que defendia princípios morais como fundamento da escolarização noturna. Em suas palavras, “incontestavelmente são as escolas noturnas as melhores, quando bem frequentadas, quer pelas comodidades que oferecem, deixando livre o dia para ensinar a homens, é necessário seguramente que o professor possa inspirar confiança e infundir respeito”.<sup>94</sup>

Barros ainda pontuou que “o país antes de tudo precisa (va) de instinto público do que se chama opinião e, para isso, necessitamos de ser cidadãos”. Ele também era uma autoridade política e educacional que pensava as escolas noturnas direcionadas para além da alfabetização de trabalhadores, mas para uma cidadania voltada à participação política, pelo menos, no texto do seu relatório. O inspetor associou essa escolarização ao “nivelamento social, a igualdade de todos, como se cada povo fosse uma família”, o que também pode ser apenas um discurso de influência liberal e/ou uma forma de encaminhar essa escolarização às conveniências das elites políticas e proprietárias, principalmente pela via do controle social dos alunos. Ademais, o inspetor afirmou que essas escolas eram:

auroras auspiciadas para longos horizontes, os cidadãos passariam a ter conhecimento de seus direitos e deveres, não sendo mais autômatos sem vontade própria e alheios à mancha dos negócios públicos, não tendo mais os mandões de aldeia, senhores feudais, homens letrados em estado de pensarem por si, com discernimento, pois de analfabeto nada a sociedade pode esperar, a sociedade vê como suscetíveis e incapazes de conhecer e cultivar as grandes qualidades do coração e do espírito.<sup>95</sup>

Essa última fala de Barros pode significar, além do grande otimismo ou um simples discurso empolgante, uma oportunidade de acesso às primeiras letras para muitas pessoas que não aprenderam na infância e também a possibilidade de participação política, de autonomia individual, de leituras que poderiam encaminhá-las conhecimentos sobre diversos assuntos. Tudo isso não garante que o dia a dia dessas aulas efetivamente se direcionasse para tais caminhos.

Cynildo Barros, apesar da defesa dessa escolarização, também reconhece que a criação das escolas noturnas não estava sendo estabelecidas sem conflitos, tensões, oposições e disputas entre os sujeitos envolvidos nela, fossem as autoridades políticas, as elites econômicas, os professores e os alunos, cada um com seus objetivos e perspectiva dentro daquela sociedade. Ele apontou que eram “imensos os corolários que na ordem política resultavam da instituição das escolas noturnas, a que não devia esperar na ordem moral, onde a colheita tinha de ser por sem dúvida, muito mais abundante”.<sup>96</sup>

Quanto aos princípios religiosos presentes nas escolas noturnas, o inspetor também foi um dos que apontou os ensinamentos católicos como importantes para a

instrução e os enfatizou como úteis para evitar e combater a criminalidade por parte do público que as frequentavam. Para ele, eram:

princípios abundantes mananciais de inapreciáveis riquezas, o estudo do catecismo era um farol seguro para levar o coração a bom porto, a primeira necessidade do homem, como a primeira necessidade de qualquer povo, é ser religioso, é conhecer a Deus e as histórias sagradas dariam segurança quanto à garantia de trabalhadores moralizados. Ainda no estado da mais completa barbaria sente-se o imperioso dever de um culto, as escolas noturnas merecem tudo dos espíritos que se nutrem das verdades eternas e que olham para o céu como a mais suprema aspiração do gênero humano. Confronte-se a estatística criminal dos povos cultos com a dos países em que a civilização ainda não pôs pé e o paralelo será sobre modo eloquente por toda parte, no vale e na terra para que a luz role na terra. Os grandes crimes, os hábitos selvagens, as leis iníquas só da cegueira do espírito, só do abandono d'alma podem derramar. A capital mais produtiva é a que se despende com as escolas, porque elas, antes de tudo, educam e moralizam.<sup>97</sup>

O último aspecto apresentado por Barros em seu relatório foi a possibilidade de as escolas noturnas para mulheres. O inspetor afirmou que “como mãe, a mulher [era] um quadro vivo, se bem preparado, para a educação da prole”. Verifica-se uma visão das aulas noturnas para mulheres que não eram voltadas ao mercado de trabalho, como eram para os homens, mas para desempenhar o papel de mãe.<sup>98</sup> A ideia de escola noturna para mulheres é de grande valia, independente da finalidade proposta por Barros. Afinal, poderia ser um passo para possibilitar também qualificação para o trabalho e para a vida, se, disponibilizassem a elas conhecimentos das primeiras letras, pois em tempos em que muita gente era analfabeta e em que a mulher não ocupava grandes cargos no mercado de trabalho de forma considerável, ter esses conhecimentos seria grande coisa, no sentido da emancipação pessoal e profissional, ainda que fossem para poucas e não fosse o que prevalecesse na época. Mas, as mulheres no século XIX ficaram restritas, em sua grande maioria, ao espaço doméstico e foi muito pontual e pouco visível escolas desse tipo para elas, o que há de se entender o lugar que infelizmente os homens, que ocupavam espaços de poder, relegaram a elas.<sup>99</sup>

Apesar da defesa de Barros, nenhuma escola noturna para mulher parece ter sido criada naqueles primeiros anos, por incentivo de seu relatório. Ele até indicou a remoção da professora da freguesia de Paripe, a qual não indicou o nome, para lecionar em escola noturna para mulheres, pois a professora era “uma mestre hábil, casada, de reconhecida moralidade, que estava desaproveitada com dispêndio público, e na sua

aula diurna só havia 12 alunas frequentando”.<sup>100</sup> A recomendação do inspetor parece não ter sido relevante para Diretoria da Instrução Pública ou não houve mais consideráveis discussões sobre uma possível escola noturna para mulheres naqueles primeiros anos da década de 1870. É possível ainda que a documentação a respeito tenha se perdido ao longo dos anos, o que impede afirmar de forma peremptória sobre.

O fato é que em outubro de 1882 houve um ofício do professor Pedro Luis de Jesus solicitando a criação de uma escola noturna para mulheres à Direção da Instrução Pública. O diretor Romualdo Maria Barroso de Seixas respondeu ao pedido informando que havia outros pedidos do tipo. Pedido que, possivelmente recebeu o aval da presidência da província, pois esses ofícios eram enviados à Direção da Instrução Pública, a qual encaminhava para o parecer final dado pelo Presidente Provincial. Pedidos como esses, de acordo com a maioria da documentação pesquisada, eram aceitos, o que poderia atrapalhar a continuidade das escolas era a baixa frequência das pessoas matriculadas ou falta de móveis, iluminação ou pagamento aos professores. Porém, sobre esse caso, não foram encontradas mais informações sobre o funcionamento da escola solicitada pelo professor Pedro Luis de Jesus e nem das outras de igual pedido que o diretor apontou:

Pelo seu ofício de 9 do corrente, fico inteirado da intenção que tem Vossa Senhoria, auxiliado por algumas pessoas de boa vontade, em fundar um curso noturno de letras e ciências para o sexo feminino; solicitando ao mesmo tempo que as aulas do dito curso funcionem no edifício ao largo da Piedade, destinado ao Externato Normal de Homens. De acordo com o seu dito ofício, nesta data me dirijo a comissão encarregada da aquisição de prédios escolares para mandar colocar alguns bicos de gás na entrada e nas salas do mesmo edifício, a fim de funcionar as aulas do referido curso.<sup>101</sup>

Algumas aulas para esse público foram solicitadas e concedidas para funcionar num prédio em que durante o dia era o externato normal de homens, conforme a declaração do diretor. Ione Sousa aponta outro caso sobre curso noturno para mulheres no ano seguinte à solicitação do professor Pedro Luis de Jesus, por iniciativa da professora Leopoldina Collet, professora de língua pátria no Internato Normal de Senhoras. Esta pode ter sido uma das aulas que recebeu o aval da presidência da província junto com a do professor Pedro Luis de Jesus. A professora pediu permissão ao reverendo e diretor da Instrução Pública, Romualdo Barroso, para que as aulas

fossem ministradas na sala anexa ao internato normal, sendo concedido por ele. Porém, por algum motivo, as aulas ocorreram fora do prédio do externato, em sua casa.<sup>102</sup>

No jornal *Gazeta da Bahia*, em 1882, houve a notícia de que a professora Adélia Franklin da Conceição Lessa abriu uma escola noturna para homens e mulheres na Cruz do Cosme, freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. No jornal estava o seguinte anúncio: “as pessoas que quisessem frequentar as aulas deveriam ser vacinadas. A aula é de sete às nove horas”.<sup>103</sup> O critério de vacinação mostra mais um elemento de que essa escolarização ia se ajustando às medidas adotadas na época, tanto a higienização quanto o sanitarismo, que estavam entre as medidas de mudanças do final do século XIX.<sup>104</sup> Treze dias depois desse anúncio, a professora requereu ao diretor da Instrução Pública mobílias velhas, que ficavam no corredor da repartição das obras públicas, para serem usadas em sua escola noturna. Ela recebeu a resposta de que “nada constava na repartição a respeito das mobílias velhas”. Esta resposta pode ter sido mais uma forma de considerarem menos relevante as escolas noturnas para aquele público ou não havia mesmo tais mobílias.<sup>105</sup>

Anos depois, em 1888, Hermelinda Valeriano dos Santos solicitou à Direção da Instrução Pública a abertura de uma escola noturna para ingênuas e libertas. No dia 8 de junho de 1888, o presidente da província, Manoel Machado Portela, deu o aval para o funcionamento dessa escola e considerou tal iniciativa louvável, “um ato patriótico e humanitário”.<sup>106</sup> Além deste caso, a professora Maria Olympia de Oliveira também teve a concessão para abertura de escola noturna para ingênuas e libertas na povoação do Sacco, região norte da Bahia.<sup>107</sup>

A questão de escolas noturnas para mulheres na Bahia no século XIX dialoga com a discussão sobre a ausência de mulheres nas escolas noturnas, do período em discussão, realizada por Eliane Peres ao abordar a escola noturna na Biblioteca pelotense. A autora identifica a ausência de mulheres nessa escola e afirma que uma das questões principais de sua análise é compreender a exclusão feminina nessas aulas e, portanto, a presença exclusivamente masculina naquele espaço. Para Peres, o mais comum nas escolas que tinham mulheres era o ensino também ser voltado para conselhos, recomendações, ditos, provérbios e poesias sobre a condição feminina. Propuseram-se a “ensinar” como as mulheres deveriam ser ou como deveriam agir diante do seu papel de mães e esposas, tal qual consta no relatório do inspetor da Instrução Pública Bahia, em 1872.<sup>108</sup> Isto indica, de alguma forma, como esta prática era comum em diversos e distantes lugares do país.

O inspetor Barros concluiu seu relatório com argumentos muito próximos dos que foram propostos na reforma de 1870 e apontou alguns elementos que considerou importantes para as escolas noturnas, incidindo mais uma vez na qualificação dos professores para todas as escolas da Instrução Pública baiana, mas orientando especificamente qual seria o tipo de professor mais indicado para essas escolas e, em suas últimas colocações, novamente enalteceu o fato de criação das escolas.<sup>109</sup> Elementos que evidenciam como essas escolas foram criadas, quais os seus critérios e como as autoridades visavam que elas fossem sendo estabelecidas a partir de 1871.

### **1.3 O DECRETO EDUCACIONAL PROVINCIAL DE 1873 E AS ESCOLAS NOTURNAS**

O diretor da Instrução Pública, João Vitor de Carvalho, em 1872, apresentou expectativas semelhantes às propostas por Barros quanto aos resultados das escolas noturnas, apontando ainda que a criação dessas escolas foi uma decisão muito acertada. Para Carvalho:

tão necessários aos que ocupados durante o dia em ganhar os meios de subsistência, não têm o tempo preciso para esclarecer o espírito, espancando as trevas que os cercam, ainda são eles em pequeno número no Brasil, mas é certo que tão boa semente vai produzindo seus frutos, pois tais cursos aumentam de dia para dia, sendo notável a concorrência dos alunos, que neles encontram o pão de espírito. A criação das aulas noturnas para trabalhadores fora uma ação muito acertada, pois se tratou de uma ideia que tem sido geralmente bem aceita.<sup>110</sup>

Com todo otimismo de João Vitor de Carvalho, ainda assim, segundo o presidente provincial, João Antônio de Araújo de Freitas Henriques, “a Instrução Pública na Bahia precisava melhorar a qualidade de seu ensino”, por isso era preciso um novo projeto educacional. A partir daí, passaram a elaborar um decreto, sancionado em 1873<sup>111</sup>. A criação das escolas noturnas baianas foi de tamanha repercussão que nesse decreto alguns critérios específicos como a gratificação dos professores, a regulação da quantidade de pessoas matriculadas e das que frequentavam passaram a ser considerados fatores determinantes para a continuação dessas escolas.

Inicialmente, muitos professores públicos e particulares se diziam dispostos a lecionar nas aulas noturnas gratuitamente, não gerando gastos para o governo da província, conforme o princípio da liberdade de ensino proposto no Império em 1827, e reiterado na reforma educacional baiana em 1870. Todavia, depois de alguns meses esses professores solicitavam livros, utensílios e gratificação. Provavelmente, era uma estratégia para receber o deferimento de abertura e depois de iniciadas as aulas, fazerem solicitações financeiras.

A situação de pedidos de gratificação para os professores das escolas noturnas chegou a tal ponto que foi motivo de discussão na Assembléia Legislativa provincial em 1873. Este foi o caso do requerimento do professor público João Jonathas Martins Moscovo, que em uma sessão sobre a Instrução pública houve um debate sobre a sua situação, a qual ele abriu aulas noturnas na mesma casa em que lecionava durante o dia e solicitou pagamento pela iluminação e pelas aulas ministradas.<sup>112</sup> De forma semelhante, o professor Astério Marques de Oliveira, tendo aberto aula noturna em 1873 na freguesia do Pilar e na Rua do Passo, também teve seu caso entre as discussões das sessões da Assembléia, pois solicitou gratificação.<sup>113</sup> Sobre caso de Oliveira, Francisco José da Rocha, diretor da Instrução Pública naquele ano, encaminhou o ofício do professor Astério Marques ao presidente provincial, fazendo ressalvas sobre os aspectos financeiros solicitados pelo aluno-mestre:

Informando o incluso requerimento em que Astério Marques Oliveira, professor da cadeira da freguesia do Pilar, declara ter estabelecido um curso noturno de adultos na mesma freguesia, a qual é frequentada por vinte alunos, como prova com atestado do inspetor literário do primeiro distrito e pede a Vossa Senhoria permitir uma ação do mesmo custo, mandando-lhe uma gratificação igual a dos professores diurnos que dão aula à noite.<sup>114</sup>

Astério Oliveira pediu mobília e gratificação para aluguel de casa escolar, mesmo antes da regulamentação desses valores. Embora tenha sido informando que tinha exatamente vinte alunos em sua escola, foi constatado que na verdade havia quatro alunos matriculados, todos frequentando. Dessa forma, seu pedido de gratificação não foi aceito porque ela não era prevista na regulamentação da Instrução Pública baiana vigente, a de 1870.<sup>115</sup> Essas solicitações, que podem ser duas entre tantas outras, parecem ser consequência das discussões entre os professores, que demonstravam a necessidade da manutenção dessas aulas e o reconhecimento que deveriam receber por conduzi-las. Interessante também perceber que nesses dois pedidos constam um valor

estipulado para receberem, o que pode ser a partir de um cálculo das necessidades que cada uma das duas escolas tinha ou a tentativa de pressionar o governo provincial a estipular um valor fixo sobre as demandas de quem lecionava nas escolas noturnas.

Talvez como consequências dos pedidos realizados, em 1873 foi regulamentada a gratificação aos professores das escolas noturnas, os quais receberiam a metade do ordenado das aulas diurnas, até porque as aulas diurnas, geralmente, eram nos dois turnos. Ter que pagar algum valor para professores das aulas noturnas foi de encontro às primeiras ideias sobre a criação delas e da educação imperial desde 1827, pois era previsto que nada gerasse mais gastos que o previsto aos cofres públicos. Essas escolas nem sempre estiveram nos planos da educação imperial tratada ou considerada regular, muito menos havia a intenção de grandes investimentos financeiros para elas. Qual seria o elemento então que tornou inevitável a criação dessas escolas e o pagamento de gratificação pela regência das aulas?

Segundo José Silva, a questão de solicitação de pagamentos de professores já “era algo comum na vida da educação baiana”, geralmente, era para o provimento mobiliário destinado às escolas de primeiras letras, como estava previsto na lei de 16 de junho de 1832, “que permitiu que os professores pudessem pleitear junto à presidência da província o aparelhamento de suas aulas”. Para o autor, o atendimento às solicitações dos professores era problemático. Eles necessitavam fazer vários pedidos, inclusive com o mesmo teor, e mesmo assim, não tinham garantido o seu deferimento. Pediam valores para pagamento de mobília, aluguel de casa escolar e gratificação. Com as escolas noturnas não foi diferente, desde quando a legislação passou a prever esse tipo de escola, no início da década de 1870, até o final do Império, em 1889. Afinal, caberia ao professor com seu salário também alugar casa para estabelecer sua aula, o que motivou o funcionamento das aulas nas próprias residências. Essa informação ajuda a compreender a grande quantidade de pedidos de pagamento, tanto de honorários quanto de estabelecimento e manutenção de escolas em todos os turnos. Além disso, no caso das escolas noturnas ainda havia o gasto com iluminação.<sup>116</sup>

Entre 1871 e 1873, aumentou bastante o número de solicitações para abrir aulas noturnas e para o pagamento de professores que já tinham aberto escolas. Em alguns desses casos, os professores ofereciam suas casas e a mobília escolar, sem que fosse cobrado qualquer valor a respeito. Assim foi o caso do professor de segunda cadeira noturna da Sé (segunda cadeira porque já tinha a primeira com a escola *Independência*), João José de Brito, tendo aberto sua escola em 1871, só após o decreto de 1873 passou a

solicitar gratificação pelas aulas noturnas. Da mesma forma, o professor Euzébio Harris de Castro, da freguesia de Cruz das Almas, solicitou à direção da Instrução Pública da Bahia “uma gratificação pelo acréscimo de trabalho com a abertura de um curso noturno para adultos”.<sup>117</sup>

O Decreto de 1873 que tratou das gratificações dos professores também abordou a respeito da qualificação e habilitação dos professores, o que fortaleceu a reforma de 1870. De acordo com Sara Dick, a diferença significativa entre as propostas educacionais, de 1870 e 1873, foi o aumento na centralização das regras para a docência, já que a de 1873 foi mais focada nas exigências com o trabalho diário dos professores e na especificação dos critérios estabelecidos em 1870.<sup>118</sup> Em um dos primeiros artigos do regulamento de 1873 estava posto que só poderiam exercer o magistério público, em qualquer turno, os cidadãos brasileiros que provassem perante o diretor Geral da Instrução Pública a maioria legal, mediante certidão ou justificação de idade; ser de moral ilibada e católico, por meio de atestado dos párocos; chefes de família dos lugares em que tivessem residido nos últimos três anos; não sofrer enfermidade incompatível com as funções do magistério, apresentando atestado médico e não apresentar moléstias. Além desses, havia os critérios de cunho intelectual, como o exame avaliando a capacidade profissional de forma oral e escrita, que ocorreria sob a presidência do diretor da Instrução Pública e perante os examinadores nomeados pelo governo.<sup>119</sup> Esse decreto também intensificou a fiscalização do trabalho do professor, através da inspeção de aulas.

A figura do inspetor passou a ter, além da atribuição de visitar as escolas da província, a de cobrar mapas de aulas e a de assistir a uma sessão de cada escola. Essas medidas eram para verificar a vida escolar dos alunos, se os professores cumpriam seus deveres, se tinham assiduidade e se seguiam princípios da Igreja Católica.<sup>120</sup> Para ser professor das primeiras letras, no mínimo era necessário saber ler, escrever e fazer os cálculos aritméticos básicos, como consta na reforma de 1870, ou seja, era necessário somente o conhecimento das primeiras letras. Segundo o diretor Francisco da Rocha, os professores e professoras públicos alcançavam cargo por concurso público com banca avaliadora, que preferia os de melhor “conduta e instrução”, sendo que todos deveriam exercer somente o magistério sob fiscalização, correndo o risco de sofrer penalidades, inclusive, a de demissão.<sup>121</sup>

Outro ponto que o decreto de 1873 tratou foi em relação da frequência dos alunos. Este foi um dos aspectos cruciais para a escolarização de adultos, pois,

obviamente, foi determinante para continuação ou não das escolas. A presença se tornou algo ainda mais discutido e ficou decidido, inicialmente, que seriam suprimidas as aulas noturnas que não tivessem 45 alunos de frequência ou 50 de matrícula. Porém, no mesmo ano houve alteração da proposta, devido ao aumento da ausência dos alunos, a proporção passou a ser de 20 de frequência e 30 de matrícula.<sup>122</sup> Essa medida foi anunciada no jornal, *O Monitor*, junto com um incentivo financeiro aos professores, da seguinte forma: “o professor público ou particular que regendo uma escola noturna, apresentar uma frequência diária de 20 alunos, comprovada pela inspeção oficial, terá direito a um auxílio da província dado a título de gratificação”.<sup>123</sup> Essa informação direcionava a responsabilidade da frequência dos alunos aos professores, que incentivava ou pressionava para o aumento dela. Essa situação foi tratada também em sessão da Assembléia legislativa provincial, com a definição de que “seria suprimida a cadeira pública diurna ou noturna que não tivesse pelo menos 20 alunos de frequência ou 30 de matrícula em um intervalo de 2 anos consecutivos”.<sup>124</sup>

A diminuição do número de matrículas e a frequência com o passar dos anos foi algo cada vez mais recorrente. Além da questão da quantidade de alunos, segundo o artigo 83 do decreto de 1873, passou a ser proibida a matrícula de pessoas que padecessem de moléstias contagiosas; as que não tivessem sido vacinadas e as escravizadas para as escolas de todos os turnos. Restrições que devem ter colaborado para a diminuição das matrículas.<sup>125</sup> Diante disso, pode-se pensar que essas proposições governamentais, tanto da reforma de 1870, do relatório do Inspetor Barros, quanto a do decreto de 1873, possuem discursos que trazem e possibilitam visões acerca das escolas noturnas, até pra defender, legitimar a efetivação e regular essa escolarização, que estava sendo implantada em várias outras províncias. Porém, ter o texto da lei não significa que não tenham ocorrido questionamentos a ele, a insubmissão para seu cumprimento e a possibilidade de ser anulado ou até revertido.

#### **1.4 O DECRETO IMPERIAL DE 1878, OUTROS REGULAMENTOS EDUCACIONAIS E A OFICIALIZAÇÃO DAS ESCOLAS NOTURNAS NO IMPÉRIO**

Parte dos decretos que serão abordados a partir de agora tem participação considerável de duas figuras importantes no cenário político e educacional dos fins da

década de 1870 e início da de 1880. O primeiro é o ministro Carlos Leôncio de Carvalho, integrante do grupo de políticos republicanos da província de São Paulo, professor da *Faculdade de Direito de São Paulo*, que em 1873 participou da fundação da *Sociedade Propagadora de Instrução Popular*. Reunindo liberais e republicanos, a *Sociedade* era destinada à instrução e era mantida por particulares. Lá eram oferecidos o curso primário regular, aulas avulsas do curso secundário, palestras e a biblioteca era franqueada ao público. Carvalho, convocado por Dom Pedro II, foi responsável pelo decreto 7031, que oficializou as escolas noturnas para adultos no município da Corte em 1878, e também pela reforma educacional imperial 7247, de 1879.<sup>126</sup>

O decreto de 1878 referia-se ao município da Corte, o que não quer dizer que não tenha sido válido para outras províncias, até porque era a capital do país e de onde as principais leis e decretos eram decididos, muito embora as províncias tivessem autonomia na Instrução Pública desde o ato adicional de 1834. Este decreto trouxe regras controladoras das ações dos alunos nas escolas noturnas, requisitos para o processo de conclusão das primeiras letras nessas escolas, e as normas para o trabalho dos docentes, além de dispor sobre as suas gratificações.<sup>127</sup>

Este decreto foi o responsável pela validação das escolas noturnas no Império, uma vez que em várias províncias havia muitas escolas já funcionando sem um decreto emanado pelo governo imperial. Isto não quer dizer que todas as províncias seguiram à risca suas determinações, mas evidencia a importância que essa escolarização passou a ter nas últimas décadas do século XIX. O artigo 1º mostra isso, afinal foi escrito que “em cada uma das escolas públicas de instrução primária, para o sexo masculino, é criado um curso noturno de ensino elementar para adultos, compreendendo as mesmas matérias que são lecionadas naquelas escolas”. Conforme o artigo 8ª, o governo poderia “criar ou auxiliar cursos para o ensino primário de adultos analfabetos nas províncias”.<sup>128</sup> Mas, por que somente em 1878 houve um decreto na Corte imperial regulamentando especificamente as escolas noturnas, quando em muitas províncias já existiam essas escolas?

Conforme o decreto de 1878, as aulas noturnas deveriam ser abertas durante o ano letivo e ocorreriam nas escolas públicas de instrução primária, funcionando das sete às nove horas da noite, nos meses de outubro a março, e das seis às nove horas, nos meses de abril a setembro. Os alunos poderiam matricular-se em qualquer tempo, sendo eles livres ou libertos, maiores de 14 anos. Essas matrículas deveriam ser feitas pelos

professores, contendo dados sobre a naturalidade, filiação, idade, profissão e a residência dos alunos.

A possibilidade de libertos se matricularem evidencia mais uma medida que garantia a oportunidade de escolarização a pessoas que não integravam as elites, embora direcionada por autoridades políticas. No fim do ano letivo, para os alunos habilitados para exame de conclusão, os professores comunicariam ao delegado da Instrução Pública que fosse marcado o dia e hora da prova. O exame era feito a partir de duas provas, oral e escrita. Os alunos aprovados receberiam um título impresso com especificação da nota e assinado por todos os membros da comissão julgadora.

Segundo Eliane Peres, o decreto mais importante de criação de cursos noturnos foi o de 1878, criado sete anos depois da Lei do Ventre Livre e dez anos antes da abolição da escravidão. Equivale a dizer que tais “cursos foram criados e se expandiram no auge da discussão abolicionista”.<sup>129</sup> Constata-se mais evidências de que não foi à toa a preocupação das autoridades políticas e das elites em discutir, elaborar e controlar as formas de educação, principalmente para os grupos que não ocupavam as melhores posições naquela sociedade. Segundo Miguel Conceição, as normas disciplinares tanto do decreto de 1878, quanto o de 1879 eram rigorosas, “garantidas por um esquema de punições e recompensas”. Os alunos deveriam “guardar o maior sossego” e respeitar quem circulasse no recinto e nas proximidades da escola.<sup>130</sup> A respeito do decreto de 1789, Maria Antonieta D’aguilar Nunes afirma que foi inspirado em grande parte nas “ideias modernas liberais norte-americanas e era considerado muito avançado para sua época, o que, talvez por isso, não tenha conseguido implantar-se plenamente”<sup>131</sup>. Para um país que se propunha “moderno” e que buscava consolidar sua emancipação de não ser mais colônia, continuar monárquico, ter a maioria da população analfabeta e ainda ser escravocrata, seria complicado efetivamente se alinhar aos projetos de “desenvolvimento e progresso” dos países considerados referenciais. Eis umas das limitações do liberalismo no Brasil do século XIX.<sup>132</sup>

Portanto, verifica-se que se trata de mais regulamentações educacionais ligadas a ideia de controle social e que chegavam a propor para as transgressões, punições como a expulsão dos alunos, e em caso de desobediência aos professores, poderia ser solicitada até a intervenção da autoridade policial, um dos fatores que mostram essa preocupação com “as classes perigosas”.<sup>133</sup> Esta preocupação era mais intensa quando se tratava de ex-escravizados, já que a matrícula só era efetivada para os libertos mediante apresentação de uma guia emitida pelos delegados da Instrução Pública, na qual

constasse, além de outros dados, a profissão e a residência do matriculando, como se esses sujeitos trouxessem em si a criminalidade por ter vivido o cativo que lhes foi imposto.<sup>134</sup>

Também foi nesse período que houve a discussão da reforma eleitoral, que se concretizou em 1881. Essa reforma introduziu a exigência de saber ler e escrever para ser eleitor. Segundo Janilda Paiva, o que este decreto pretendeu realizar foi a ampliação das bases eleitorais que dependeria da multiplicação de escolas para adultos.<sup>135</sup> A iniciativa da Coroa encaminhar o projeto de reforma eleitoral no Parlamento, segundo José Murilo de Carvalho, foi “motivada pelas fraudes que ocorriam no sistema eleitoral, considerado responsável por perpetuar o poder político local daqueles que mobilizavam dependentes para ganharem as eleições”.<sup>136</sup>

As escolas noturnas passaram a estar fortemente ligadas à reforma eleitoral, porque uma de suas pautas principais foi o estabelecimento do voto ser somente efetuados por homens e alfabetizados. Michele Leão aponta que a construção do discurso da incapacidade eleitoral dos analfabetos, ao serem identificados como ignorantes, cegos, incapazes e mesmo perigosos, era excludente. Para ela, as elites brasileiras, na sua maior parte latifundiárias e escravistas, “não tinham o objetivo de purificar as urnas, mas sim evitar o alargamento da participação popular”. Verificava-se um processo de estigmatização de quem era analfabeto, “interpretações que se converteram em senso comum que persiste até o tempo presente”. A autora afirma que na reforma eleitoral o analfabetismo foi considerado um dos principais fatores de atraso do país, sinônimo de ignorância política, cegueira e, portanto, de incapacidade política. Isto pode ser constatado nas declarações do Visconde de Sinimbu, ao dizer: “Quanto à condição de saber ler e escrever, creio que é o mínimo que se pode exigir como sinal de capacidade daquele que tem de concorrer diretamente para a escolha dos representantes da nação”.<sup>137</sup> Em um trabalho clássico sobre a Instrução Pública no Brasil imperial, Primitivo Moacyr também faz conexão entre as escolas noturnas, a reforma de 1879 e a demanda eleitoral do país do período. Segundo o autor:

Faz-se mister ainda promover criação de cursos para o ensino primário dos adultos analfabetos e esta necessidade assume uma importância particular quando trata-se da realização de uma reforma, como a do sistema eleitoral, para cujo êxito poderosamente contribuirá para o desenvolvimento da instrução popular.<sup>138</sup>

Excluir analfabetos das eleições brasileiras e impedir que a maioria da população votasse, pois, conforme o Censo de 1872 somente quase 20% da população sabia ler e escrever, fora os outros critérios para poder votar.<sup>139</sup> Na Bahia de 1881, as escolas noturnas constantemente eram criticadas por parte das autoridades públicas, principalmente, pela redução na frequência dos alunos. Na província houve discussões em torno da exclusão dos analfabetos das eleições. A respeito da questão, o diretor da Instrução Pública da Bahia, Romualdo Maria de Seixas Barroso, em ofício ao presidente provincial, Antônio de Araujo de Aragão Bulcão, disse que:

Hoje que a lei de janeiro, reformando a legislação eleitoral, assegurou a verdade do nosso sistema político, chamando o cidadão a intervir diretamente na livre escolha dos representantes da nação, a instrução é uma necessidade indispensável. O fim principal da soberania eletiva ao poder, o talento e as capacidades mais conspícuas em todos os ramos administrativos deve necessariamente assentar a doutrina ao bom discernimento, na inteligência e na probidade dos eleitores. Instruir e esclarecer eleitores equivale a fazer com que eles votem com perspicácia e discernimento.<sup>140</sup>

Nesse ano, segundo Maria Antonieta Nunes, houve uma importante reforma liberal da educação na Bahia, que “procurou adaptar de forma conservadora e mais contida o decreto do ensino livre”. Foi o chamado “Regulamento Bulcão”, decretado em 5 de janeiro de 1881, que vigorou até o início da República. Por causa dessa reforma foram introduzidas no curso primário disciplinas como “lições de coisas, civilidade, desenho linear e elementos de ciências naturais”. As penas disciplinares seriam morais ou de comunicação aos superiores e responsáveis, condenando-se os castigos corporais, ainda utilizados na ocasião.<sup>141</sup> Desse modo, a reforma eleitoral de 1881 restringia ainda mais a participação de brasileiros nas decisões políticas eleitorais. Por outro lado, poderia impulsionar o aumento da alfabetização no país, pressionando ou não, de forma conservadora e preconceituosa ou não. Se não impulsionou a criação de mais escolas noturnas, pelo menos incentivou a permanência das que existiam, com maior organização e mais regularidade, possibilitando o aumento do quórum de pessoas que tinham a chance de votar, ou que eram assediadas para tal.

Ainda que fosse importante do ponto de vista eleitoral, também em 1881, na Bahia, o diretor Barroso determinou o fechamento das escolas noturnas para que houvesse uma reformulação nesse tipo de escolarização. Ele afirmou que essa medida era provisória, principalmente, pela baixa frequência das aulas, alegando que:

É claro que as escolas noturnas não podiam continuar sem passar por uma transformação. E porque, quando o mal é grande, é necessário arrancar para edificar e destruir para plantar. Antecessor de Vossa Senhoria, mandei fechar provisoriamente as ditas escolas.<sup>142</sup>

Após a decisão e reformulação do diretor da Instrução Pública da Bahia, no mesmo ano, algumas escolas noturnas foram abertas. Cinco escolas passaram a funcionar, todas em Salvador, sendo uma na freguesia da Sé, na de São Pedro, Santana, Santo Antônio e nos Mares. De acordo com Barroso, “era indispensável cuidar dessa instrução e muito seriamente, pois o saber ler e escrever já era condição para ser inscrito nos registros eleitorais do Império”. Ele também reconheceu que cinco escolas noturnas eram poucas, ao dizer que “não podem satisfazer as classes operárias, que precisam de instrução, para que façam do salário um bom emprego”.<sup>143</sup> No ano de 1883, mais três escolas foram abertas em Salvador, na freguesia da Conceição da Praia, Rua do Passo e na Vitória.<sup>144</sup>

Apesar da abertura dessas escolas, em 1884 o diretor explicou os motivos do fechamento de algumas escolas, que ocorreram, pois “funcionam as escolas noturnas em casas e como mobílias não apropriadas a homens, falta criterioso programa de ensino, especial regime disciplinar e encarregarem-se deste ensino os professores diurnos”. Ele justificou esses argumentos e apresentou os meios que buscou para resolver o que impedia para que essas escolas funcionassem bem. Barroso também defendeu que o fechamento temporário dessas escolas era para aprimorar, incluir mais matérias e até sugeriu escola noturna no nível secundário. Em suas palavras:

Dignava-se sustentar os atos desta diretoria, as cadeiras noturnas não são hoje ocupadas por professores diurnos. Quanto ao programa de ensino, providenciei como foi possível no Regimento Interno das escolas. Na Alemanha, na Bélgica, nos Estados Unidos, o curso para adultos divide-se em dois graus: elementar e complementar. O elementar compreende, ao menos, leitura, escrita, sistema legal de pesos e medidas, elementos de cálculo e de língua nacional. O complementar, língua nacional, aritmética, desenho, elementos de geografia e história, principalmente pátrias, noções de higiene, noções de direito constitucional para o sexo masculino e de economia doméstica para o feminino. Em outros países menos adiantados, o curso para adultos reduz-se às matérias de 1ª. grau, o elementar, grau que tende a desaparecer nos lugares em que, sendo obrigatório o ensino, saem todos das escolas primárias conhecendo aquelas disciplinas. No Regimento Interno reduzi o ensino a leitura, escrita, elementos da gramática portuguesa, aritmética (operações elementares com aplicações práticas, frações decimais e ordinárias, sistema métrico decimal, proporções e suas aplicações) desenho linear, religião e civilidade.<sup>145</sup>

Desse modo, percebe-se que a situação eleitoral e as discussões sobre educação mudaram um pouco na última década da escravidão. A tensão para educar/instruir aumentou, as regras eleitorais foram mais demarcadas e as escolas noturnas foram mais focadas para os alunos votarem. Nota-se, também, que essas escolas passaram a ter mais credibilidade e despertaram mais expectativas em torno de sua criação. Além de estabelecer novos critérios para o exercício do voto, como a alfabetização, a reforma eleitoral de 1881 criou modificações no âmbito da cidadania dos libertos. Estes foram considerados cidadãos políticos que podiam votar e serem votados, desde que cumprissem os critérios referentes à renda e ao letramento. Nas discussões precedentes à aprovação do projeto da reforma eleitoral via-se a ampliação da cidadania dos libertos como uma medida importante para esses sujeitos, pois passariam a ter chance de se colocar diante das decisões políticas do país que colaboraram na construção.

Não é difícil pensar que nessa década, em que aumentava a população liberta, as decisões políticas e educacionais estivessem apartadas desses sujeitos e que os governantes os ignorariam. Era até mais uma forma de mantê-los sob seus julgos, embora os libertos não tivessem mais na condição de subalternos a ponto de serem passivos nas decisões daquela sociedade. Nem todo liberto tinha os valores mínimos exigidos, 100 mil reis anuais para ser votante e 200 mil para ser eleitor, pois a eleições eram ainda de segundo grau. Ou seja, estes valores não condiziam com as condições da maioria dos recém-saídos da escravidão. Assim, essa medida não propiciou grandes oportunidades políticas para esse público.<sup>146</sup>

## **1.5 AS ESCOLAS NOTURNAS NOS PARECERES DE RUI BARBOSA**

Os pareceres de Rui Barbosa foram documentações educacionais importantes no Império, que tem ligação com a criação das escolas noturnas. Nestes, constam propostas expressas sobre o ensino primário, secundário e superior, além da análise sobre a situação do ensino no país. Eles foram documentos importantes sobre a reforma educacional Leôncio de Carvalho, funcionando como grandes reflexões sobre a instrução da época, principalmente, em relação à liberdade de ensino. Barbosa não

concordava com a sua total autonomia, como defendia Leôncio de Carvalho. Ele apoiava que o Estado interviesse, em especial, para garantir a qualidade do ensino.<sup>147</sup>

Segundo Cristina Machado, Rui Barbosa foi um dos marcantes intelectuais da história da nação brasileira, tendo lutado, entre muitas das questões que defendia, em prol da instrução “popular”. Ele sempre esteve presente nos mais diferentes “campos de luta” e, durante o Brasil Imperial até a República, não foram poucas as questões que defendeu, entre elas: a libertação dos escravos, a reforma eleitoral, a Constituição republicana, assim como a fervorosa defesa da modernização do país. Foi ele o autor do projeto de reforma eleitoral, que estabelecia eleições diretas, o qual ficou conhecido como Lei Saraiva ou Lei do Censo.<sup>148</sup> Além da reforma eleitoral, Rui Barbosa propôs a educação técnica e científica para a preparação de libertos e de outros trabalhadores para as atividades agrícolas e industriais. Preocupava-se com a preparação do homem para exercer a cidadania, participando da vida política do país, quando o sufrágio universal estava diretamente ligado à necessidade da instrução pública.<sup>149</sup>

Para Wlamyra Albuquerque, Rui Barbosa foi um liberal de formação humanística e religiosa, que familiarizou-se com a “história sagrada” e com debates em torno da Sabinada. Segunda a autora, ele considerava a escravidão a grande mazela brasileira, os ex-escravizados continuaram sendo vistos como manipuláveis pelos mecanismos que alimentou as relações escravistas. Na área de educação, ele presidiu desde 1880 a Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, sendo autor de projetos sobre o tema. Com a chegada da República, “se dedicou mais às questões fazendárias do que à educação dos brasileiros”.<sup>150</sup> Nos pareceres sobre o ensino primário, lembrando que era o nível de ensino proposto na maioria das escolas noturnas brasileiras, Rui Barbosa enfatizou que havia muito a ser feito no Brasil. Assim, a questão educacional brasileira foi encarada pelo intelectual, por ele acreditar que:

a prosperidade de uma nação encontrava-se diretamente associada à cultura popular, alcançada por meio de uma sólida organização do ensino, ao lado de outras reformas de âmbito econômico e político. Mas a verdade e a vossa comissão quer ser muito explícita a seu respeito, desagrada a quem desagradar – é que o ensino público está à orla do limite possível a uma nação que se presume livre e civilizada; é que há decadência, em vez de progresso, é que somos um povo de analfabetos, e que a massa deles, se decresce, é numa proporção desesperadoramente lenta.<sup>151</sup>

Segundo Barbosa, de acordo com as estatísticas apresentadas no último relatório do Ministro do Império à Assembléia Legislativa, “o número de escolas havia

aumentado, mas os dados eram falaciosos, porque, à medida que aumentava a entrada de estudantes nas escolas, aumentava também a população”, ou seja, os dados eram enganosos, já que não ocorreram mudanças significativas.<sup>152</sup>

Percebe-se que a reforma educacional de 1879, a reforma eleitoral de 1881 e os pareceres de Rui Barbosa, em 1882 e 1883, tiveram forte conexão entre si e com a criação e estabelecimento das escolas noturnas. Isto explica a necessidade de preparação dos alunos para uma atuação política mais direta também no exercício da ideia de cidadania, que estava em constante elaboração e reelaboração, além de prepará-los para serem mão de obra qualificada na área de atuação e trabalho, a fim de que o país alcançasse outros os níveis de “modernização”, “civilização” e “progresso”. Como se pode observar, a educação e a instrução no final do século XIX estava na agenda dos debates também relativos à abolição da escravidão, sendo bastante discutidas em algumas reformas. Ainda assim, é importante ter a atenção para o que diz o texto da lei e o que efetivamente aconteceu no cotidiano das escolas.

## CAPÍTULO 2

### ENTRANDO NAS ESCOLAS NOTURNAS

Em ofício de junho de 1871, Argiro José dos Santos Machado, professor particular diurno, solicitou à Direção da Instrução Pública “a regência de uma escola noturna porque o governo provincial instituiu uma cadeira pública primária noturna para adultos” na freguesia da Sé.<sup>153</sup> Nesse período, a Freguesia da Sé era o centro político, administrativo e religioso de Salvador, com suas ruas estreitas, becos, edificações seculares, falta de higiene e amontoamento da população.<sup>154</sup>

Essa freguesia passou de região de moradias de pessoas mais abastadas até meados século XIX, para ser um lugar de comércio varejista e de serviços, abrigando uma população de baixa renda.<sup>155</sup> Ela possuía uma grande fonte que desembocava nas freguesias de Santo Antônio e de Santana. Lá ficava a Faculdade de Medicina da Bahia, a igreja, o convento de São Francisco e a Catedral. Também era perto da Rua do Passo e fazia ligação com as freguesias de São Pedro, Conceição da Praia e Pilar, localidades onde também houve escolas noturnas no mesmo período. A Freguesia da Sé estava ligada a várias outras freguesias de Salvador, funcionando também como um centro irradiador dessa escolarização para as escolas noturnas públicas e particulares da província.<sup>156</sup>

Segundo o Censo de 1872, na Freguesia da Sé, dos 5.874 homens e 7.139 mulheres livres, 3.245 homens e 4.217 mulheres não sabiam ler. Então, num total de 13.013 pessoas não escravizadas, 58,73% eram analfabetos. Neste censo consta que os 2.098 escravizados dessa freguesia não eram alfabetizados, ou seja, 63,27% das pessoas eram analfabetas, entre livres, libertos e escravizados. Muito mais da metade de sua população composta por grande contingente entre as idades de 25 a 40 anos, com destaque para trabalhadores do comércio, caixeiros e artistas, profissionais que constam nos mapas de aulas das escolas noturnas.<sup>157</sup>

Francisco José da Rocha, diretor da Instrução Pública da Bahia e presidente provincial interino, concedeu o pedido de Argiro Machado e o nomeou professor. Assim, o professor começou a atuar na aula noturna na mesma escola em que lecionava durante o dia.<sup>158</sup> Após a nomeação, Rocha justificou a conveniência da concessão por conta do “interesse do público”, por aquele tipo de escolas que, inclusive, era crescente as iniciativas para a abertura delas.<sup>159</sup> Em seguida, Rocha remeteu documento ao

presidente provincial efetivo, Francisco Gonçalves Martins, da seguinte forma: “transmitindo a Vossa Excelência o ofício, deixo a seu ilustrado critério aquilatado o valor do oferecimento do professor, que considero ato de civismo e dedicação louváveis e, quanto às matrículas, direi, que não vejo inconveniente, antes vantagens”.<sup>160</sup>

A questão de criação e funcionamento dessas escolas pode ser pensada a partir de ângulos distintos, o das autoridades políticas, que permitiam que elas fossem abertas e que, de alguma forma, as geriam e as mantinham. E o ângulo dos professores, que era o de quem solicitava e disponibilizava seu trabalho. Já para os alunos, que tinham suas metas, havia a possibilidade de terem objetivos distintos e individuais, mesmo sendo eles de profissões do mesmo ramo e, até para os de profissões iguais, alcançar as primeiras letras pode ter sido uma das etapas estudantis, para outros, o objetivo final de sua formação escolar e/ou profissional.

Quanto resultado do pedido de abertura de uma escola noturna por Argiro Machado, no dia 1 de Agosto de 1871 foi concedida a abertura da primeira escola noturna pública pela Direção da Instrução Pública da Bahia. O professor informou que o nome dela seria *Independência* e a abertura das matrículas seria anunciada publicamente. Ele foi elogiado por Francisco José da Rocha, que achou aquela iniciativa mais que louvável, cívica, pelo professor ceder sua casa para a escola, além da mobília e da iluminação a gás, sem ônus para o governo provincial. Civismo que foi, inclusive, uma das justificativas para as demandas educacionais do Brasil da época, quando o país ainda estava em consolidação de sua independência de 1822/23, em que o próprio nome da escola se mostra interligado às pautas identitárias brasileiras daquele momento, por meio do simbólico.<sup>161</sup>

Argiro Machado fez um anúncio no folhetim *O democrata*, para tornar pública a criação de sua escola noturna no dia 7 de setembro, data oportuna para divulgar a abertura da escola que deu o nome de Independência. O anúncio dizia o seguinte: “A escola noturna do Curato da Sé, pelo senhor professor Argiro José dos Santos Machado, até o mês findo, já conta 105 discípulos, tanto é verdade, que a instrução é uma necessidade indispensável”.<sup>162</sup> Nesse anúncio, além de verificarmos a criação de uma escola noturna como mais uma das medidas educacionais tão requisitadas naquele contexto imperial, é possível perceber que em um mês o professor afirmou que essa escola já passava de 100 alunos, o que era um dado promissor para uma escolarização que não era a “linha de frente” da instrução imperial e que seu professor buscava ter mais alunos ao fazer tal anúncio. Esses dados também podem indicar as consequências

acerca da recomendação do Barão de São Lourenço na reforma de 1870, quando incentivou os trabalhadores que não estudaram na infância a recorrerem a essas escolas.

Argiro Machado também informou em relatório que à exceção de 1 caixeiro, 1 cozinheiro e 1 soldado, os demais alunos da escola eram operários. Esses dados apontam o perfil profissional dos alunos que as escolas noturnas poderiam atrair. Tais alunos poderiam estar em busca de melhores condições de trabalho, maior remuneração, mais qualificação ao alcançarem o nível das primeiras letras, tornarem-se professores e, até mesmo, estarem ansiando seguir seus estudos em outros níveis de formação escolar.<sup>163</sup> Esses alunos irem para as escolas é um indicativo de que essa busca fazia parte dos objetivos dos sujeitos que se matriculavam, o que evidencia que o funcionamento dessas aulas era, em grande parte, protagonizado por eles. A maioria dos alunos da primeira escola noturna da Freguesia Sé ser composta de operários remete a ao perfil social dos tipos profissionais que frequentavam as escolas noturnas por identificar os sujeitos que procuravam esse tipo de ensino. Sendo a grande maioria de alunos da Sé formada por operários, o que isto pode dizer sobre esta escola e seus sujeitos?

No ofício solicitando a abertura da escola, Argiro Machado justificou que sua escola noturna deveria passar a funcionar por conta do “interesse do público pelas aulas, pois a procura foi grande”.<sup>164</sup> Interessante discutir como e porque essa grande procura aconteceu naquele momento. A respeito, destaque-se que desde o primeiro ano em que essa escolarização foi formalizada na província, houve grande demanda por parte dos alunos, como afirmou o professor Argiro Machado ao dizer:

Peço licença para duas palavras desse assunto. Tendo aparecido nesta vila a notícia de que o governo criara aulas noturnas para adultos, muitos indivíduos de diferentes idades me procuraram imediatamente supondo, segundo lhes constaram, estar eu encarregado desse trabalho, afim de se inscreverem, e em dois dias tomei nota para inscrição de dezenove, deixando de tomar dos que subsequentemente apareceram por entender que assim deveria proceder por falta de autorização.<sup>165</sup>

O trecho acima dá indicativos não só de como se deu a abertura da escola *Independência*, como indica os sinais de interesse dos moradores da Freguesia da Sé pelas aulas. No relatório final do ano de 1871, Argiro Machado informou que entre os meses de agosto e dezembro houve redução da frequência de alunos para vinte e cinco. Os alunos que permaneceram frequentando as aulas foram considerados preparados para

os exames de conclusão das primeiras letras, previstos pela direção da Instrução Pública. Alguns deles fizeram exame para integrar a marinha, o que aponta que essa escola finalizou a formação de sua primeira turma com seus alunos considerados habilitados nas primeiras letras, o que lhes possibilitou serem designados para exercer uma atividade profissional.<sup>166</sup> Quanto a isto, deve-se destacar que muitos jovens recrutados para as forças armadas na época, principalmente para os cargos de soldado e cabo, eram das camadas mais baixas da sociedade, muitos ex-escravizados.<sup>167</sup>

Portanto, por esse relatório, há evidência de um destino para alguns alunos que concluíram as primeiras letras, o que mostra que esse tipo de escolarização poderia direcionar seus alunos para outros objetivos, além da saída da condição de analfabetos e do aprimoramento nas atividades que já exerciam. No final do ano letivo de 1871, Argiro Machado informou que após ter realizado os exames finais de seus alunos, o “aproveitamento das aulas foi considerado satisfatório”. Diante dessas informações, é possível perceber que na escolarização noturna a formação das primeiras letras ou instrução do nível elementar não seguia, necessariamente, uma cronologia específica e exata, como era previsto para o mesmo nível de ensino durante o dia, o de quatro anos para a conclusão das primeiras letras.<sup>168</sup>

No mesmo ano de abertura da escola *Independência*, o número de alunos matriculados logo excedeu ao das acomodações, a Direção da Instrução Pública achou necessário criar outra aula. A grande procura pelas aulas noturnas na Freguesia da Sé e o fato de a Diretoria da Instrução Pública considerar que “a distância entre as casas dos alunos da escola noturna era grande” influenciaram nessa decisão. Assim, Francisco José da Rocha nomeou João José de Brito como professor interino e a segunda escola noturna da Sé teve início com sessenta e um alunos matriculados em outubro de 1871.<sup>169</sup> Após dois meses de sua criação, em visita do inspetor geral das aulas, Aristides Justo Cajueiro, a aula foi elogiada e o inspetor considerou João José de Brito “hábil em método e individualmente”, embora afirmasse que era visível uma oscilação entre a quantidade de pessoas que se matricularam e a que permanecia frequentando regularmente. A frequência da segunda noturna da Sé era de quinze ou mais alunos no período dessa visita, mesmo com a matrícula de sessenta e uma pessoas.<sup>170</sup>

Aristides Cajueiro afirmou que as aulas eram em dias alternados por causa das ocupações de trabalho dos discentes.<sup>171</sup> Depois de dois anos essa escola aumentou as matrículas para oitenta e oito alunos. Neste mesmo ano, em 1873, o professor João José de Brito solicitou gratificação pelos seus serviços, bem como livros para suas aulas. As

informações sobre a segunda aula noturna da Sé e sobre o trabalho de seu professor são reveladoras do cotidiano daquelas aulas, tanto sobre a variação da presença dos alunos quanto da prática pedagógica do professor, servindo de base para traçar o que foram essas aulas e como elas ocorreram.<sup>172</sup>

Outras escolas noturnas foram criadas na Bahia, a partir do ano de 1871, por divulgação feita pela diretoria da Instrução Pública aos professores públicos e particulares, pela iniciativa dos professores e cidadãos particulares e pela solicitação de moradores das diversas freguesias e vilas da província. Segundo relatório provincial de 1872, onze escolas foram criadas pelo governo e quinze por particulares. Não foram encontrados dados específicos e detalhados sobre todas essas escolas, mas não é o foco desse trabalho apresentar um quadro perfeito e linear de todas elas. Nesse primeiro ano, as escolas noturnas particulares foram maioria em relação às públicas, o que pode ser um sinal do princípio da liberdade de ensino, em que professores particulares abriram mais escolas que a iniciativa governamental nesse momento inicial.

Quanto a isto, a atuação de Francisco José da Rocha foi fundamental nos primeiros anos da escolarização noturna na Bahia. Ele foi diretor da Instrução Pública em 1871, além de ter sido, entre junho e novembro daquele ano, presidente provincial interino, período em que algumas escolas noturnas foram abertas. Essa figura importante no processo de criação das primeiras escolas noturnas na Bahia se formou em Direito na Faculdade de Olinda, foi deputado provincial em 1853 e, no mesmo ano, um dos fundadores do *Jornal da Bahia*, dirigido por ele até 1878. No periódico, ele “sustentava as ideias do partido conservador”.<sup>173</sup>

Pouco tempo após fundar o *Jornal da Bahia*, em 1856, Rocha foi um dos que fundaram o Instituto Histórico Baiano. Em 1869, foi nomeado diretor da Instrução Pública da Bahia, onde ficou até junho de 1872, participando diretamente da criação de algumas escolas noturnas. Nessa época, em relação à educação, Rocha “interessou-se pelo ensino obrigatório e pela criação de escolas mistas (para homem e mulher) no interior da província em benefício da instrução popular” e foi um dos fundadores de uma associação para alforria de escravizados, a *Sociedade Libertadora Sete de Setembro*. Sobre Rocha, Arnold Wildberger afirma que ele foi quem primeiro executou o decreto da Lei do Ventre Livre na Bahia. Segundo o autor, Francisco da Rocha teria dito que “ninguém mais nascerá escravo no Brasil”. Isto pode ser mais um indício de que a criação de escolas noturnas na Bahia estava conectada às questões em torno do

fim do trabalho escravo no país.<sup>174</sup> Em relatório a Assembléia Legislativa Provincial, em 1872, Rocha fez suas observações sobre essa escolarização:

Desta maneira, poderiam até os professores mais dedicados, nos lugares populosos, que garantissem uma frequência regular de adultos, abrir cursos noturnos, sem ônus para a Província, e apenas mediante algum melhoramento ou favor na sua educação, ou se contasse razoavelmente o tempo, mediante certa escola preestabelecida, de modo que viesse a obtê-la antes do termo que a lei demarca, ou com alguma diferença nos honorários, ou ainda com uma simples gratificação anual, como se dá aos que lecionam além de certo número. As escolas noturnas são de recente criação e tem sido muito bem aceitas. É agradável não só ver o afã com que as procuram rapazes e velhos, sentindo a necessidade de instruir-se, de sair do estado de embrutecimento em que viviam e dando ao estudo as horas que antes eram ocupadas por um repouso excessivo, senão até pelos vícios; e também ver o respeito, a atenção que prestam, o comportamento exemplar, enfim, que apresentam nas aulas, mais próprio de pessoas de refinada educação e esmerada ilustração, do que de analfabetos, ignorantes do que devem a Deus, a seu país e à sociedade.<sup>175</sup>

Percebe-se que Francisco da Rocha apresentou sua leitura de como essas escolas se estabeleceram e defendeu a criação das mesmas, ligadas à disciplinarização dos alunos adultos pela fé católica e pelo trabalho. Portanto, nota-se um repertório pronto e declarado pelos governantes para argumentar sobre a importância dessa escolarização e para tentar convencer seus professores e alunos de que ela deveria existir. Esse repertório apareceu como um enquadramento que não poderia ter desvios aos objetivos do governo com aquelas aulas.

## **2.1 CULTURA MATERIAL E ESCOLAR NAS AULAS NOTURNAS**

De acordo com Fabiana Silva, a ideia de cultura escolar perpassa todas as ações do cotidiano escolar, na influência sobre os seus feitos ou sobre a sua linguagem, nas suas formas de organização e de gestão, assim como na constituição dos sistemas curriculares. Os discursos e as formas de comunicação presentes no cotidiano escolar constituem-se em aspectos fundamentais de sua cultura.<sup>176</sup>

Um bom caso para verificar como poderia ser as práticas educacionais nas escolas noturnas na Bahia é o da própria escola Independência. Desta forma, pode-se

verificar que Argiro Machado, ao informar como ocorriam suas aulas, informa elementos da cultura escolar de algumas escolas noturnas da Bahia no final do século XIX. Segundo a documentação, as aulas duravam três horas, das dezenove às vinte e duas, de segunda a sábado, porém, não há como saber se as horas eram rigorosamente cumpridas nessa e em outras escolas, pois a maioria dos alunos trabalhavam durante o dia. É possível que alguns tipos profissionais até se matriculassem, mas precisavam, vez por outra, trabalhar até a noite, como nos casos de artesãos, em que eram chefes de sua produção, que, em geral, não tinham uma regulamentação bem delimitada. Ou seja, seria difícil a assiduidade de todos os matriculados de maneira contínua diante de algumas demandas ocupacionais advindas das próprias atividades profissionais.<sup>177</sup> No caso da Escola noturna Pelotense, as aulas noturnas da biblioteca aconteciam duas vezes na semana e o tempo das aulas não ultrapassava duas horas diárias durante quatro anos.<sup>178</sup>

Para a aula de escrita, de leitura, de cálculos e de desenho básico na escola *Independência*, a turma era dividida em cinco classes, ou seja, cinco grupos eram formados, cada um de acordo com o nível de conhecimento que os integrantes possuíam, o que revela que nem todos os alunos eram analfabetos. Os conteúdos eram trabalhados ao longo da semana na seguinte ordem: escrita, leitura, cálculos e desenho básico. A doutrina “histórias sagradas”, de conteúdos bíblicos voltados à moralização, fé e obediência, era ensinada aos sábados. Ressalte-se que parte do que era considerada na época como educação, estava ligada aos princípios morais e religiosos. Para o ensino da escrita havia a divisão da turma em 5 classes: a 1ª fazia traçados das letras; a 2ª escrevia o abecedário em papel e a transcrição do alfabeto; a 3ª e a 4ª faziam a transcrição de letras cursivas, copiando exemplos; e a 5ª, além do que aprendia nas outras classes, praticava as letras maiúsculas e fazia ditado duas vezes por semana. O ensino da leitura era também dividido: a 1ª classe estudava as primeiras cartilhas; a 2ª a ciência do *Bom Homem Ricardo*; a 3ª o catecismo; a 4ª e a 5ª estudavam História do Brasil. O ensino da aritmética era teórico e prático, feito alternadamente. O teórico correspondia as tabuadas de cor e o prático as contas. O método simultâneo de ensino era o mais evidente neste exercício.<sup>179</sup>

O professor Argiro Machado solicitou à Diretoria da Instrução Pública uma relação de livros, sendo: vinte de leitura, vinte gramáticas, vinte e seis caligrafias, vinte e seis ortografias, vinte e seis de desenho linear, vinte e seis livros do *Bom Homem Ricardo*, quarenta cartilhas de ABC; quarenta tabuadas; e duas coleções silabários. A

quantidade variada desses livros indica que os alunos não estudavam por eles de forma individual.<sup>180</sup> A maioria dos professores pedia livros e utensílios para serem usados nas aulas ou para complementar os livros e utensílios que já tinham, após receberam da presidência provincial autorização para abertura de escolas noturnas. Tais elementos são fundamentais para compreender a cultura material dessas escolas, mais um aspecto em que é possível “entrar” no seu cotidiano e perceber seu funcionamento. Entre os livros solicitados havia alguns que eram comuns à maioria dessas escolas, como as cartas ou cartilhas de ABC; o livro de leitura *Tesouro dos meninos*; o primeiro volume do livro de leitura do Dr. Abílio (Abílio César Borges); e o livro *Bom Homem Ricardo*.

Segundo Francisca Maciel, as cartilhas de ABC eram constituídas pelo alfabeto maiúsculo e minúsculo, os silabários compostos com segmentos de uma, duas ou três letras e as palavras soltas, cujos segmentos silábicos apareciam separados por hífen. Esses elementos também estavam presentes na maioria das cartilhas em circulação na época.<sup>181</sup>

Já o livro *Tesouro de meninos*, de origem portuguesa, fornece indícios do que se considerava civilidade. Essa ideia estava ligada aos códigos de sociabilidade e regras de condutas aos leitores da época. Segundo Fabiana Sena, a civilidade estava relacionada diretamente às regras do comportamento social, mas também se refere às noções éticas, morais, designações sociais nas esferas do público e do privado. Os personagens se apresentam como o Pai de Família e seus dois filhos (Paulino, de 12 anos, e Felícia, de 11). Na obra, o Pai de Família civiliza as crianças por meio do diálogo, assumindo a função de mestre. A partir de então, eles conversam sobre os modos de agir na sociedade, sendo virtuosos e tendo moral. As regras de civilidade também eram o levantar da cama, a maneira de vestir, o asseio, o respeito às pessoas idosas, a docilidade e o modo que nós devemos conduzir uma conversação.<sup>182</sup>

O *primeiro livro de leitura* do Dr. Abílio foi um dos mais solicitados pelos professores dos cursos noturnos baianos. Ele consistia em lições morais e religiosas, com destaque para o ensino do alfabeto, das sílabas e de pequenas frases destinadas à leitura relativa à obediência, fidelidade e do cumprimento de deveres. O livro também traz ensinamentos sobre a divisão do tempo; fragmentos de fonética; leitura; sistema de medidas; meses do ano; cores e números.<sup>183</sup> A atuação de Abílio César Borges na educação representou um avanço na pedagogia brasileira, pois ele trabalhou intensamente na elaboração de seus livros, publicou e distribuiu gratuitamente para muitas províncias, inclusive para as escolas noturnas baianas, tendo feito a doação de

2000 mil exemplares para a Instrução Pública da Bahia em 1872.<sup>184</sup> Mas, de acordo com Diane Valdez, os livros distribuídos não dava para todas as pessoas matriculadas nas escolas. Na Bahia não foi diferente, era um livro para muitas pessoas aprenderem de forma compartilhada e coletiva.<sup>185</sup>

O livro *Bom Homem Ricardo* era um manual, do tipo almanaque, de grande circulação nas escolas brasileiras no século XIX, tendo como temática a ideia da prosperidade defendida por Benjamin Franklin, um dos líderes da revolução norte americana, a qual garantiu a independência das treze colônias inglesas e a formação dos Estados Unidos. O livro partia da ideia de trabalho para a conquista da “liberdade”, da “modernização” e da autonomia do país, sendo que aponta para mais um indício de que essas questões estavam associadas às ideias de criação das escolas noturnas na Bahia, ainda que provavelmente também tenha sido utilizado nas escolas diurnas.<sup>186</sup>

Os conteúdos dos livros didáticos usados nas aulas noturnas baianas não estavam deslocados do período político e cultural e das estruturas de dominação. Eles evidenciavam que eram “instrumentos” utilizados na legitimação de interesses políticos e ideológicos disputados no contexto em que as obras foram adotadas, além de serem representativos de universos culturais específicos, incorporando muitos valores dos autores de seu tempo.<sup>187</sup> Dominique Julia afirma cultura escolar é “algo que não pode ser estudada sem o exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que mantém a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas”. Segundo o autor, ela deve ser descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar, condutas a inculcar, um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos.<sup>188</sup>

Um exemplo de cultura escolar de escolas noturnas é o que Mauriceia Ananias aponta sobre a cidade Campinas, em São Paulo. Os conteúdos trabalhados nessas escolas continham três preocupações básicas. A primeira era com a alfabetização, na medida em que ensinava a ler, escrever e contar. A segunda preocupação era com a perspectiva do encaminhamento profissional, as atividades urbanas, tais como o comércio e a então indústria nascente que necessitavam de profissionais “capacitados”. Por último, havia uma acentuada preocupação em que os alunos “aprendessem” os direitos dos homens na sociedade.<sup>189</sup> Possivelmente, além desses elementos, pelos conteúdos presentes nos livros mais recorrentes nas noturnas baianas, principalmente os de leitura, havia a intenção de os alunos assimilarem os princípios presentes nos textos,

pois se apresentava de maneira a “ensinar” valores elaborados para os trabalhadores da época, principalmente os das camadas populares seguirem.

Outro elemento a ser observado na escola *Independência*, e daí perceber como outras escolas noturnas também puderam ser, foi como a sala de aula era organizada, seguindo um padrão estabelecido pela Instrução Pública imperial. Na sala deveria ter uma grande mesa ao centro e um crucifixo, que pode significar um sinal de controle social dos alunos pela fé, através de princípios religiosos cristãos; ou apenas se vincular ao fato de o país ter como religião oficial a Igreja católica, segundo a associação do padroado.<sup>190</sup> Também era obrigatório ter na sala um quadro com a imagem do Imperador, o que evidencia que as formas existentes de escolarização emanavam da estrutura política imperial. Ainda havia um relógio de parede, pela implantação de um tempo escolar, com uma disciplina de “controle pela atribuição e redistribuição de competências e horários das matérias”.<sup>191</sup> Dessa forma, verifica-se que essa escolarização apresentava elementos da ordem já estabelecida, como o modelo político monárquico e o catolicismo enquanto religião oficial do país.

A cultura escolar das aulas noturnas, assim como das aulas diurnas, tinham signos e símbolos representativos da religião prevista na constituição e do modelo de governo vigente. Para Ione Sousa, esses materiais eram para forjar experiências para a construção de um sujeito cidadão “minimamente instruído, educado, higienizado, religioso, moralmente bem formado no amor ao trabalho e imbuído do intuito e da responsabilidade do progresso do país: útil a si e à sociedade”.<sup>192</sup> Eliane Peres indica que a organização e o uso do espaço físico, seja da casa de moradia, de prédios públicos ou de escolas, também desvendam a história das sociedades e expressam valores, comportamentos e relações de grupos sociais.<sup>193</sup>

Quanto ao método de ensino utilizado em algumas escolas noturnas da Bahia, o professor Argiro Machado informou que “não sendo possível adotar um método para todos os alunos, não só pela irregularidade da hora da entrada, como pela diferença da inteligência e aplicação” que possuíam, ele seguiu o método misto.<sup>194</sup> Segundo ele, esse método era a junção de elementos do individual, mútuo e simultâneo. Porém, o mais evidente era o mútuo, pois dividia a turma em algumas classes e os conteúdos eram ensinados de acordo com o nível de conhecimento que os alunos tinham.<sup>195</sup>

Marcelo Mac Cord aponta que as aulas noturnas na *Sociedade Imperial recifense* tinham uma metodologia para a aprendizagem na área de edificações. Segundo ele, a metodologia adotada foi elaborada por Charles Dupin, que estava ligada a instrução de

trabalhadores, sendo que o Estado deveria fomentar o ensino popular da aritmética, da geometria e da mecânica aplicada às “artes úteis”. Dupin propôs que os processos de aprendizagem deveriam ser para uma instrução mais geral, relacionada à labuta diária. Mac Cord afirma que essa base de conhecimentos também seria uma eficiente forma de minorar o “embrutecimento” dos trabalhadores, uma espécie de “efeito-colateral” da divisão social do trabalho.<sup>196</sup>

Ainda em relação ao método, Eliane Peres indica que o ensino de leitura nas noturnas em Pelotas era através do método Hudson. O material didático era impresso em cartilhas e distribuído nas escolas públicas a mando do então ministro do Império, Leôncio de Carvalho. Este método se caracterizava pela silabação, que previa o estudo de sílabas isoladas, desde as consideradas mais simples até as mais complexas. A autora aponta que por esse método a leitura centrava-se na repetição constante dos caracteres e dos sons, sendo que ao todo estavam previstas treze lições, que previa uma gradação que iniciava com a aprendizagem das letras, passando às sílabas e depois para as palavras e frases.<sup>197</sup> Tanto o modelo de ensino proposto por Dupin quanto por Hudson se apresentam como possibilidade de entender quais as formas de ensino foram utilizadas nas escolas noturnas no Brasil. Por essa variedade de formas, nota-se que a escolarização noturna no país não foi uniforme nas maneiras de ensino, embora os métodos utilizados se assemelhassem em muitos aspectos.

## **2.2 A ESCOLA NOTURNA DA FREGUESIA DE SANTANA E OUTRAS ESCOLAS**

Em relatório do governo provincial de 1871 consta que pelo ato de 4 de setembro foi criada uma escola noturna na freguesia de Santo Antônio Além do Carmo. No dia 9 de outubro, na Freguesia de São Pedro, o professor particular Cândido Ricardo ofereceu gratuitamente o seu trabalho, a sua casa e tudo mais quanto fosse necessário para abrir uma escola noturna. Em 23 de novembro, foi criada uma escola noturna na Freguesia de Santana e outra na Conceição da Praia. No dia 30 do mesmo mês foi criada uma escola na Freguesia da Penha e outra na capela do Resgate. Em 6 de novembro,

uma escola foi criada na Freguesia da Vitória e outra comum à Rua do Paço e à Freguesia do Pilar.<sup>198</sup>

Uma das escolas noturnas públicas que teve destaque pela atuação do seu professor junto a Diretoria da Instrução Pública foi a do aluno-mestre Adelino da Silva e Oliveira, recém formado pela Escola Normal, que dava aulas diurnas e noturnas como professor substituto. A escola foi aberta na Freguesia de Santana em novembro de 1871 e as aulas ocorriam das dezenove e trinta as vinte e duas e trinta, com dez alunos, na casa escolar situada na Rua da Poeira, número 35. Segundo o professor, “não é das maiores a sala onde trabalhamos e acomoda os alunos de maneira sofrível, apesar de que nem todos os exercícios são feitos aí, reservando alguns [alunos] ao gabinete destinado a este fim”.<sup>199</sup>

O aluno-mestre destacou no relatório final, do primeiro ano letivo da escola, alguns elementos que considerou importante, como a casa escolar, a mobília, a iluminação, os livros, a matrícula, a frequência, o método de ensino e o aproveitamento dos alunos. Ele apresentou dados importantes que podem revelar elementos presentes no dia a dia daquelas escolas e da cultura escolar desses cursos noturnos, não só em termos materiais, mas também sobre as práticas dessas aulas. O professor relatou que as mobílias, os livros e a iluminação eram perfeitamente adequados e chamou a atenção à necessidade de auxílio financeiro para despesas com gás, iluminação e o aluguel da casa, por excederem os cálculos que tinha feito. Em seu relatório, Adelino Oliveira, mesmo solicitando auxílio financeiro, ressaltou que estava “atento à necessidade de economia que o governo fazia para não ter gastos a mais com a Instrução Pública”.<sup>200</sup>

O professor assinalou que nem todos os alunos “eram totalmente alheios aos conteúdos que ali eram ensinados e que o conhecimento que tinham era variado”. Nem todos eram analfabetos, por esse motivo, informou que ficava difícil usar métodos como nas escolas de meninos, como o mútuo ou simultâneo somente. Segundo Adelino Oliveira, um “método era responsável por regular o ensino sim, mas no caso de sua escola noturna, era mais fácil atender às condições dos alunos, pois já eram adultos, dedicados e aplicados”. Em pouco tempo, no mês de dezembro, disse que “já colhia os melhores resultados possíveis” com aqueles alunos e a sua forma de ensinar também era pelo método misto.<sup>201</sup>

O professor da escola noturna da Freguesia de Santana finalizou seu relatório demonstrando preocupação com a ausência de alguns alunos e questionou à Diretoria da Instrução Pública como deveria proceder diante daquela situação. Ademais, apresentou

interesse em continuar lecionando nas aulas noturnas, mostrando-se empenhado em exercer esse disputado magistério. Ressalte-se que outros professores não tiveram seus pedidos de abertura de escola atendidos, além de passarem por constantes cobranças por qualificação, como discutido nas reformas e regulamentos educacionais do período. Adélio Oliveira se mostrava disposto a atuar nessa escolarização e saudou a chegada de João Vitor de Carvalho para o cargo de diretor da Instrução Pública, reconhecendo sua atenção às escolas noturnas, da seguinte forma:

Permita-me Vossa Senhoria aproveitar-me do ensejo para apresentar-lhe minhas felicitações, congratulando-me pela acurada escolha que fez o presidente provincial ao colocar na direção da Instrução Pública a ilustre figura de Vossa Senhoria, João Vitor de Carvalho, quem já dispõe de bons olhares sobre essas escolas para trabalhadores.<sup>202</sup>

Outra situação apresentada por Adelino Oliveira foi discutida na Assembléia Legislativa provincial da Bahia. Lá houve uma resposta negativa do diretor João Vitor de Carvalho, ao professor. Ele, três anos após ter estabelecido sua escola noturna, mobilizou instâncias políticas para pedir que essas cadeiras fossem consideradas como as diurnas em termos financeiros e que “se lhe marcasse uma quantia para a despesa com luz”. O diretor indeferiu essa solicitação, justificando que a “comissão da Assembleia já achava por resolvida tal questão pelo artigo 76 do regulamento de 1873”, o qual determinava o valor da gratificação dos professores das escolas noturnas, tendo em vista que a carga horária era menor do que as aulas do turno oposto. Apesar da negativa ao professor, é possível que em sua aula, e em muitas outras, houvesse uma intensidade maior em seu trabalho e até enfrentamentos no cotidiano com os alunos, por se tratar de alunos jovens e adultos que tinham mais autonomia do que crianças e alguns princípios e valores já sedimentados.<sup>203</sup>

Outra abertura de escola noturna de destaque foi a da Freguesia dos Mares, que ocorreu em 1871. A respeito dela, Francisco José da Rocha informou a sua abertura ao presidente provincial, Francisco Martins da seguinte maneira:

A honra em levar ao conhecimento de Vossa Senhoria, que por ofício de 7 do corrente mês, comunicou-me o Reverendo padre Doutor Romualdo Maria de Seixas Barroso, vigário interino da freguesia dos Mares, ter aberto ao público uma aula noturna para o ensino gratuito da língua portuguesa, geografia, historia do Brasil, a qual conta mais de 30 alunos. Para o uso desses alunos que, na maior parte são pobres, pede-me o mesmo Reverendo e doutor o fornecimento de alguns exemplares dos livros que servem de compêndios nas escolas públicas. Aplaudindo vivamente a iniciativa que acaba de tomar

aquele pároco, como exemplo a ser imitado e digno do maior louvor, não me julgo, todavia, habilitado a fazer-lhe fornecimento pedido sem autorização, que ora solicito de Vossa Senhoria.<sup>204</sup>

Essa escola era particular e possuía disciplinas que não estavam previstas para as primeiras letras, como Geografia e História. Em relação à História, chama a atenção porque ela foi ensinada também em outras escolas noturnas, como a escola *Independência*, o que conduz a reflexão da importância da construção histórica e historiográfica no país no século XIX, quando os Institutos Históricos e Geográficos Brasileiros (IHGB) foram criados a serviço do governo para a elaboração da História do Brasil. Esse objetivo do Instituto poderia possibilitar a legitimação dos diversos interesses dos governos na época, como a consolidação do Estado imperial brasileiro. Algo muito parecido com o que David Hamilton afirma que seria justificar ou “inculcar” os objetivos apresentados pelas autoridades governamentais.<sup>205</sup>

A escolarização noturna também foi fomentada por outros setores da sociedade além dos governamentais. Ela foi construída como uma prática que se disseminou pelas províncias do país de forma bastante similar. Na Bahia, essas escolas tiveram uma adesão considerável, mesmo a frequência sendo um de seus grandes empecilhos. Katia Lopes aponta que no Rio de Janeiro a intenção de criar cursos noturnos para trabalhadores objetivava incentivar não só a matrícula, mas também a frequência. A autora reflete sobre o artigo 42 do decreto 1878, que determinou o “direito de preferência” para a frequência nas escolas noturnas para as profissões de serventes, guardas, ajudantes de porteiro, porteiros das repartições e dos estabelecimentos públicos e outros empregos de igual categoria.<sup>206</sup> Portanto, a frequência era uma preocupação tanto para escolas noturnas públicas quanto particulares.

Na freguesia de Nossa Senhora da Penha, em 1872, o professor Valentin da Rocha Bitencourt informou sobre a aula noturna que regia, mostrando suas esperanças em seu trabalho, mas mencionando o risco da redução da presença dos alunos. Em seu relato, disse:

Cientifico a Vossa Senhoria que a escola que tenho a honra de dirigir, já é frequentada por sessenta e um alunos e tenho esperanças que terei em breve muito maior número. Pouco são os alunos que em começo da aula matricularam-se e que deixam de a frequentar. No fim do ano submeterei a Vossa Senhoria uma relação circunstanciada como é de meu dever.<sup>207</sup>

Em outras cidades da Bahia também houve escolas noturnas, como na região do Recôncavo. Dentre as quais: na cidade de Cachoeira, a do Professor Antônio Bahia; em Cruz das Almas, a do professor Eusébio Harris de Castro; e em Santo Amaro, a do professor Paulo Antônio Querino.<sup>208</sup> Na freguesia de Ouriçangas, foi criada em 1872, pelo professor público André Avelino dos Santos Carnahiba, uma escola noturna que era frequentada por treze alunos.<sup>209</sup> Já na Vila do Camisão, onde hoje é a cidade de Ipirá, em 1872 o advogado Luiz José de Amorin criou uma escola noturna que tinha vinte e quatro alunos.<sup>210</sup>

No arraial do Cipó, região nordeste da província, em janeiro de 1872 o professor da cadeira primária diurna, Mathias de Lima Mascarenhas, informou a abertura de um curso noturno com dez alunos. No mesmo ofício solicitou uma lista de livros, entre eles os de leitura e escrita, cartilhas de A, B, C, e os livros de histórias sagradas<sup>211</sup>. Na Vila de Taperoá, região sul, o professor público Bernardino Antônio Ribeiro abriu uma escola noturna gratuita para adultos, frequentada por doze alunos. Em louvor a tal medida, a Direção da Instrução Pública enviou alguns compêndios de livros para essa escola.<sup>212</sup>

Houve casos em que a informação do número de alunos parece ter sido enfatizada para pedir recursos para escolas. Isto ocorreu tanto em Salvador quanto em outras localidades da província, como foi o caso da escola noturna da Freguesia de Alcobaça. A respeito disso, o então diretor da Instrução Pública, Francisco Rocha, informou ao presidente provincial que:

O reverendo pároco da freguesia de Alcobaça, João Harris Cabral, no ofício que tenho a honra de restituir à Vossa Excelência, expõe que tendo aberto um curso noturno de primeiras letras, que está sendo frequentado por 38 escolares, vê-se em dificuldade pela estreiteza da casa de sua residência que não os acomoda.<sup>213</sup>

Ao final, o pároco não teve uma orientação ou concessão sobre outra casa escolar, mas ficou evidente em seu ofício a possibilidade de que a quantidade de alunos seria a justificativa pra ter um lugar maior para dar aulas noturnas.<sup>214</sup> Percebe-se que na escola noturna de Alcobaça, diferente do que apresentou em relatório o inspetor Pessoa de Barros, houve dificuldade de acomodação dos alunos. É possível que em outras escolas desse tipo existissem problemas dessa ordem, uma vez que, em algumas delas seus professores alegaram ter sessenta e até cem alunos. Importante lembrar que as escolas não eram, necessariamente, um prédio escolar público. Elas poderiam ser nas

casas dos seus professores, sendo públicos ou particulares, logo, eles também passariam a ter uma casa maior, caso o governo provincial aceitasse o pedido deles.

Um caso sobre pedidos de professores à Direção da Instrução Pública foi o do aluno-mestre, Aurélio Benigno Castilho, que requereu o fornecimento de livros para a escola que iria dirigir. Em novembro, quando essa escola foi aberta, Castilho informou que havia cinco alunos, cujo número aumentou para onze e depois quinze no mesmo ano de 1871.<sup>215</sup> Informar o número de alunos matriculados nos primeiros anos dessa escolarização na província da Bahia pode ter sido também uma forma de buscar legitimidade tanto da existência e continuidade das escolas a fim solicitar recursos para aulas e possibilitar o reconhecimento do trabalho dos professores, quanto para evidenciar o interesse dos alunos pelas aulas.

Já o professor particular Leocádio Ribeiro de Queiroz encaminhou um ofício à direção da Instrução Pública solicitando que sua escola particular noturna se tornasse pública, com todas as prerrogativas de um cargo público para ele. Para isto, Queiroz enfatizou o número de alunos nas aulas. Sobre a solicitação, o diretor Francisco Rocha informou à presidência provincial que o professor fez o pedido por ter:

aberto um curso primário noturno para adultos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Itapuã, ao qual tem já concorrendo 25 alunos que constam numa relação. Desta frequência, disse ele a necessidade da criação da cadeira no caráter público e oferece-se para regê-la, fornecendo casa, mobília, luz e o mais que disser respeito a utensílios e auferindo as vantagens que lhe tocarem por lei naquela qualidade de professor público.<sup>216</sup>

A respeito desta solicitação, não foi encontrado mais nenhum dado sobre a escola noturna na Freguesia de Nossa Senhora de Itapuã, muito menos se seu professor passou a ser funcionário público. Porém, uma escola noturna com vinte e cinco alunos não teve pouca representação naquele tipo de escolarização, tendo em vista que havia escolas do mesmo turno funcionando com quinze, dez e até com quatro alunos em seu em seu primeiro ano. Tanto que Leocádio de Queiroz também achou relevante a frequência das suas aulas, informando a quantidade de alunos para pedir as garantias de funcionário público.

Diante de tantas escolas noturnas abertas, nota-se que houve na Bahia uma movimentação intensa para o estabelecimento dessas aulas nos seus primeiros anos. Houve um conjunto de professores interessados em lecionar à noite, que fizeram solicitações de cunho financeiro para manutenção das suas escolas, para o próprio

ganho e para se tornar professor público. Esses são indícios de algumas das condições dos professores na Bahia daquela época, que nem sempre encontravam uma estrutura física preestabelecida pelo governo para lecionar nas escolas noturnas e diurnas. Alguns acreditavam que era possível negociar algumas solicitações junto às instâncias governamentais, mas para isso esse professorado precisava fazer recorrentemente solicitações pra continuar com suas aulas.

Outra constatação é que a escolarização noturna não demorou a apresentar suas dificuldades, principalmente a partir das demandas apresentados pelos professores, que vivenciavam diretamente o cotidiano das aulas e por serem as pessoas que tinham contato mais recorrente com as outras autoridades educacionais e o alunado. O espaço escolar, a iluminação e o dispêndio de tempo foram questões que, depois de instaladas as escolas, impediram os professores de mantê-las sem auxílio financeiro governamental. Duas regulamentações educacionais (1870 e 1873) em três anos evidenciam que em muitos aspectos a educação provincial precisava de melhorias e resolução, não só no que tangia aos cursos noturnos para trabalhadores, mas na Instrução Pública em geral, uma vez que as sucessivas regulamentações apresentaram pautas muito semelhantes, as quais não houve efetivação plena das medidas estabelecidas no texto legal.

Diante das dificuldades, houve escolas noturnas fechadas já em 1871, como a de Santo Antônio Além do Carmo, do professor Aristides Guedes Cabral, que informou o encerramento das aulas em 10 de dezembro, por causa da irregularidade na frequência e no horário de chegada dos alunos. Esta escola começou com trinta e nove alunos e teve grande redução na assiduidade.<sup>217</sup> Sobre isto, o inspetor geral da Instrução Pública, Aristides Justo Cajueiro, observou a escola de Guedes Cabral em dois dias de aula e notou que “até às 8 da noite só havia chegado três alunos”. Esta visita apresenta-se como mais um fator que corroborou para o fechamento da escola naquele ano.<sup>218</sup> Mas a Freguesia Santo Antônio Além do Carmo não ficou sem escola por muito tempo, já que em 1873 foi aberta outra escola do mesmo tipo. Esta abertura foi noticiada no jornal *Correio da Bahia* da seguinte maneira:

declaro ao diretor geral da instrução pública em officio de 16 do corrente, que o professor da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo, Martinho Mariano Floresta dos Santos, assumiu, no dia 1 deste mês, a regência da cadeira noturna da mesma freguesia; assim o comunico, para execução da parte que lhe toca.<sup>219</sup>

Ainda sobre o fechamento de escolas, no ano anterior, em 1872, o professor Martiniano de Santana, da escola noturna da freguesia de Umburanas, hoje município de Antônio Cardoso, informou a extinção de suas aulas, com a seguinte explicação:

Cumpre-me levar ao digno conhecimento de Vossa Senhoria, que a aula noturna gratuita por mim aberta em 16 de Outubro do ano passado, conforme participei a Vossa Senhoria por ofício de 5 de Novembro do mesmo ano, acha-se extinta pelo não comparecimento de alunos, nem mesmo dos que se matricularam no princípio. Tendo os esperado até a presente data, e conhecendo que eles não querem aprender a ler, por isso considero extinta a aula, restando-me o desprazer de ficarem frustrados os meus bons desejos a respeito.<sup>220</sup>

A alegada ausência dos alunos evidencia as expectativas frustradas do professor. Ele solicitou aval para abrir as aulas noturnas e não esperou muito pelas matrículas, ainda assim, deu aulas para até quinze alunos, que foram deixando de ser frequentes, conforme consta no relatório anual do diretor Francisco José da Rocha, à Assembléia legislativa provincial.<sup>221</sup>

Outros elementos apontam os percalços apresentados acerca da escolarização noturna na Bahia já em seus primeiros anos. Um exemplo em que a Diretoria da Instrução Pública tomou uma medida mais austera foi o caso do vigário Tiburtino Alves Mainard. Foi constatado que ele abandonou isolados em um quarto os livros que solicitou para aula noturna que abriu, foram encontrados amassados e em péssimas condições de uso, quando houve visita do inspetor escolar. O diretor da Instrução Pública José Eduardo Freire requereu a devolução dos livros.<sup>222</sup> Outro caso dessa escolarização que apresenta tensão nas relações entre os sujeitos envolvidos nessas escolas em seus primeiros de criação foi o do aluno-mestre Balduino dos Santos Machado, que em 1875 pediu para ser reaberta a cadeira noturna da Freguesia de São Pedro. Ela já tinha sido criada e fechada por Cândido Ricardo de Santana, tudo em 1871. Balduino teve o pedido indeferido, talvez pelo fato de o diretor não achar mais viável que a escola fosse em um local onde já existiu e fechou uma escola do mesmo tipo ou porque nesse ano as expectativas quantos a essas escolas não eram mais as mesmas de 1871.<sup>223</sup> Sobre esta questão em Sergipe, Marilza Correia aponta que parecia prática comum no Império brasileiro o fechamento e a reabertura das escolas noturnas, sendo que isso poderia acontecer devido às constantes substituições dos presidentes das províncias.<sup>224</sup> Na Bahia não é bem o que se verifica, afinal, o que mais prevaleceu foi a oscilação na frequência dos alunos.

Diante dos relatos sobre as escolas noturnas, observa-se que algumas só foram abertas a partir de uma permissão concedida pela Direção da Instrução Pública. Outras já tinham sido abertas e seus professores somente solicitavam o aval das autoridades educacionais, configurando uma dinâmica própria do estabelecimento dessas escolas na província da Bahia. Geralmente, os que pediam o aval para abrir uma escola tinham outras solicitações a fazer.

Interessante também perceber que essa escolarização começou a partir da capital, mas em poucos meses já fazia parte do cotidiano de distintas regiões da grande província. Este elemento indica que foi rápida a aderência dessas escolas pelos professores, alunos e governo, até mesmo pela ideia de incentivo à educação/instrução muito presente na época. Outro aspecto que justifica essa aderência, além do incentivo por parte do governo brasileiro às ideias de “modernização”, “civilização” e “progresso” nacional, pode ser não por essas escolas funcionarem também como uma medida reparadora do reduzido investimento em educação/instrução em anos anteriores. Isso não quer dizer que as proposições de criação de escolas noturnas resolveram os problemas de analfabetismo de trabalhadores no Brasil. Diante dessa visão geral das escolas noturnas na Bahia em seus primeiros anos, quais os fatores, além dos já apresentados para justificar essas escolas, que em regiões distintas e longínquas da Bahia explicam a criação dessas escolas?

Sobre uma análise dessas escolas, o diretor da Instrução Pública, Francisco José da Rocha apresentou em um relatório em 1872 à Assembléia Legislativa provincial com um balanço sobre a Instrução Pública na Bahia referente ao ano de 1871. De acordo com Rocha, a instrução tinha avançado em vários aspectos, embora reconhecesse os baixos salários dos professores e a falta de recursos da própria instituição. Quanto às escolas para adultos, fez suas considerações, dizendo:

Todas as que temos são noturnas, exceto a casa da prisão com trabalho. É uma ideia que tem sido geralmente bem aceita. A frequência tem regulado, termo médio, 881 indivíduos, sendo 547 nas que foram criadas pelo governo e de 312 nas que foram espontaneamente criadas pelos professores e outras pessoas. Muitos professores tem pretendido abrir curso noturno e lhes tem sido permitido com a condição de não prejudicarem as cadeiras que regem. Tenho me absterido de criar tais aulas, não só para evitar aumento de despesas, como por não me julgar para isso autorizado. Me parece que algumas dessas escolas, criadas mais pela febre da ocasião do que pela necessidade real, hão de vir brevemente a ser suprimidas por falta de frequência. Contudo, elas muito concorrem para aumentar a estatística dos que procuram as escolas para instruir-se.<sup>225</sup>

Ao passar a direção da Instrução Pública para João Vitor de Carvalho, Francisco José da Rocha considerou grande a quantidade de escolas noturnas, como se fosse “uma febre da ocasião”. Mesmo sendo, ou justamente por ser, uma das pessoas que mais atuou para o estabelecimento dessa escolarização na província, Rocha apresentou uma visão ponderada acerca dela. Ele ainda registrou quantas escolas estavam abertas e a frequência dos alunos que os professores enviaram os mapas de aulas.<sup>226</sup>

**Tabela 1: Frequência dos alunos das escolas noturnas abertas até o final do ano (1871)**

<i>Escolas noturnas públicas</i>	<i>Escolas noturnas particulares/ responsáveis</i>
1 cadeira da Sé – 90	Mares (Romualdo Maria de Seixas) – 36
2 cadeira da Sé – 67	Cachoeira (prof. Antonio Bahia da Silva Araújo) - 101
São Pedro – 32	Cruz das Almas (prof. Euzébio Harris Castro) - 51
Santana – 43	Valença (prof. Simplício J Martins Paraguassu) – 30
Conceição da Praia – 89	Umburana/Caitité – (prof. Matiniano de Santana) - 15
Pilar e Rua do Paço – 24	Saubara (prof. Joaquim José de Souza Mascarenhas Junior) – 10
Santo Antonio (1 distrito) – 49	Baiacu (prof. Bernadino de Senna Calixto) - 18
Santo Antonio (2 distrito) – 26	Monte Gordo (prof. Alcides Jorge Ferreira) - 10
Vitória – 39	Camizão (adv. capitão Luiz José Amorim) - 20
Penha – 88	Brotas, Alcobaça e Nazareth – 0 <sup>227</sup>
<i>Total de alunos – 547</i>	<i>Total de alunos - 312</i>

**Fonte:** ROCHA, Francisco José. *Relatório do Diretor da Instrução Pública à Assembléia Legislativa provincial* (1872). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000262.html>. Acessado em: 09 mai. 2016.

Entre as escolas noturnas públicas e particulares que funcionavam no final da direção de Rocha, a quantidade de alunos das públicas, que predominava na capital da província, superava a das particulares, que em sua maioria se concentrava no interior. Portanto, como visto até aqui, desde 1871 escolas noturnas foram criadas e também fechadas, sendo que umas foram abertas em freguesias onde já existiam outras escolas, como as aulas noturnas do Liceu de Arte e Ofícios da Bahia em 1872.<sup>228</sup>

Cabe dizer que o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia iniciou suas atividades na condição de uma associação beneficente de iniciativa privada. Ela funcionou através da união dos artistas da província e da participação da administração pública, principalmente, ao possibilitar um espaço de ensino profissional teórico e prático de artes e ofícios que funcionasse para proteger os sócios e suas famílias. Lá houve também as aulas noturnas, doze professores se ofereceram para lecionar na instituição, sendo que sete davam aulas durante o dia e cinco a noite.<sup>229</sup>

Um dos alunos da sessão noturna do Liceu da Bahia foi Manuel Querino, logo no ano de sua fundação. Cumpre mencionar que Querino foi um dos homens que se destacou nas mobilizações pelo fim da escravidão. Ele também foi um dos defensores desse tipo de escolarização “como maneira de formação intelectual e moral de trabalhadores”. Segundo Maria das Graças Leal, Querino foi um estudante do curso de pintura e depois se tornou professor dessa instituição, “representando também sujeitos sociais incógnitos que foram trazidos à luz do conhecimento histórico através do seu testemunho”. Condição que o distinguiu entre tantos outros sujeitos que viveram e interferiram nos rumos sociais, políticos e culturais da Bahia no século XIX, a partir de sua formação profissional de artista e da sua inserção no meio intelectual.<sup>230</sup>

No mesmo ano de fundação da instituição, alguns alunos do Liceu fizeram um abaixo assinado em defesa da escolarização noturna, pois houve comentários sobre a extinção dessas aulas por falta de verbas. No final do documento, o qual estava fragmentado, disperso e só com uma página, constou que “Por amor, patriotismo e dedicação à instrução, ainda tão mal difundida no país, que não havia de secar bem tão precioso e proveitoso aos artistas baianos, as aulas à noite continuaram no Liceu.”<sup>231</sup> Conclusão que mostra como esses sujeitos podiam estar pensando quanto à importância daquelas aulas, os significados em termos patrióticas e cívicas que elas poderiam ter, embora os argumentos citados possam ter sido mencionados apenas para ter o pedido de retorno das aulas atendido, ao utilizarem valores muito apresentados nos discursos das autoridades educacionais.

Após o abaixo assinado, em 1875, nas aulas noturnas do Liceu havia o ensino das primeiras letras, latim, francês, português, aritmética, geometria, desenho, desenho geométrico, música vocal, música instrumental e conversação francesa. Neste ano, o número de alunos matriculados foi de quinhentos e dezesseis, sendo que à noite eram trezentos e trinta e oito. Destes, vinte e três nas primeiras letras e o restante em outras matérias ligadas às atividades profissionais. Fato que revela o aumento de pessoas que

trabalhavam durante o dia, que utilizava o tempo da noite para estudar, embora seja possível perceber que o projeto de educação do Liceu de Artes e Ofícios não era exatamente igual ao das escolas noturnas que visavam principalmente a alfabetização para o trabalho.

Outro fator que chama a atenção no Liceu é a quantidade de matérias para sessão noturna, muito maior que as das aulas diurnas, já que o inglês e o francês eram somente à noite, o que pode ser também um indicativo das influências das ideias liberais, republicanas e até revolucionárias vigentes em países que tinham essas línguas como oficiais, e que foram referências de difusão desses princípios, como a Inglaterra, os Estados Unidos e a França. Mauricea Ananias aponta que na educação do final do século XIX havia constantemente referências à França revolucionária, como a ideia de “luzes contra as trevas da ignorância e aos Estados Unidos como exemplo de povo dedicado e empreendedor”.<sup>232</sup> Sendo assim, o Liceu de Artes e Ofícios da Bahia foi uma instituição em que a escolarização noturna evidenciou-se pertinente aos seus sócios trabalhadores que o procurava para se matricular, devido às condições que possibilitava para eles trabalharem e estudarem.<sup>233</sup>

Após três anos das escolas noturnas serem criadas na Bahia, considerando também a do Liceu, elas já eram doze, sendo sete estabelecidas pelo governo e quatro por iniciativa particular. O número de escolas reduziu, assim como o de matrículas a cada ano, desde que as escolas foram criadas. Parecido com o caso da Bahia, Eliane Peres afirma que em Pelotas a frequência dos alunos era irregular, inconstante e rotativa. O número irregular na frequência e a alta rotatividade se davam em função das condições de vida e de trabalho de muitos alunos. Em Pelotas uma parcela dos homens das classes populares desempenhava atividades temporárias na zona urbana, revezando com o trabalho na zona rural. Nessas aulas, diferente de como a documentação baiana evidencia, faltas e pouca assiduidade eram passíveis de punições, como ameaça de exposição pública dos nomes desses alunos. Caso contrário, havia a possibilidade de premiação, como o nome impresso em jornais, nos relatórios, em quadros de honra, menção nos discursos orais e a oferta de objetos escolares.<sup>234</sup>

A oscilação na frequência das aulas noturnas e os efeitos que ela poderia causar, somada aos pedidos de abertura das aulas feitos por moradores de vilas e freguesias da Bahia, é um indício da atuação dos alunos nos trâmites dessas aulas. Com o passar de poucos anos, a variação na frequência dessas escolas foi apontada por professores,

inclusive, este foi o principal motivo para o fechamento de algumas delas, como afirma o Inspetor geral das aulas, Aristides Cajueiro:

Tenho a informar que em todas as escolas noturnas a frequência é muito variável; nos sábados e nas segundas feiras ela diminui a ponto de chegar a oito alunos e menos, sendo a maior frequência nas escolas das freguesias do Curato da Sé e Santana, nos atuais dias é de vinte até trinta e mais, tendo igualmente as escolas das duas freguesias referidas o maior número.<sup>235</sup>

Esse ofício foi enviado pelo diretor da Instrução Pública, João Vitor de Carvalho, ao presidente da província, João José de Almeida Couto, em 1873, informando sobre a frequência das escolas noturnas da capital. Essa oscilação pode ter sido um reflexo de como os alunos receberam essa escolarização, de acordo com a compatibilidade de seus interesses, ou da forma como os professores conduziam tais escolas.

Sobre a escola noturna da freguesia de Santana, o professor Adelino Oliveira, em 1871, mencionou que era “impossível existir regularidade dos seus alunos”, pois o horário que saíam do trabalho influenciava na perda e no atraso em alguns dias de aula, porque “todos eram artistas e as diversas localidades de seus trabalhos impediam a assiduidade completa”. Nas informações sobre a variação de frequências nas aulas, alguns professores buscavam justificá-la por conta das profissões de seus alunos e daí nos dão pistas sobre as características profissionais desses sujeitos sabendo com que trabalhavam.<sup>236</sup>

Portanto, as escolas noturnas baianas foram frequentadas por trabalhadores que tinham demandas profissionais que podiam impactar na regularidade da assiduidade nas aulas e até no fechamento das escolas. A primeira década de escolas noturnas na Bahia foi de estabelecimento, oscilação de frequência e supressão de algumas cadeiras. Na década seguinte, no relatório do presidente provincial, em 1883, Pedro Luiz Pereira de Souza sintetiza a visão positiva que tem sobre essas escolas. Ele afirma que era baseada em um interesse explícito: “letrar o homem comum, que foi alçado à condição de eleitor para que pudesse, capacitado, interferir nos destinos da nação”.<sup>237</sup> Diante do incentivo de presente provincial, o diretor da Instrução Pública, Romualdo Barroso, declarou que:

São as únicas que o proletariado encontra na província. Forçoso é confessar, são elas demasiadamente reduzidas. Não podem satisfazer de modo algum às classes operárias que precisam de instrução, para que façam do salário um bom emprego, não dissipando a saúde, as forças e o bem estar nas grosseiras excitações da taberna.<sup>238</sup>

Essa quantidade reduzida apontada pelo diretor explica-se pelo fechamento dessas escolas em janeiro de 1881, com a justificativa do “estado pouco lisonjeiro dos cofres públicos e a inadequação da estrutura escolas para adultos”.<sup>239</sup>

Posto isto, as escolas noturnas foram criadas na Bahia com otimismo por partes de algumas autoridades educacionais, mesmo ressaltando a preocupação para que esse tipo de escolarização não gerasse gastos a mais com a Instrução Pública. Ela ocorreu em quase todas as províncias brasileiras, passou por uma série de modificações e possuiu características específicas de acordo com a localidade e esfera, se pública ou particular. Na Bahia, na década de 1880, passou por um novo impulso após serem fechadas e reabertas. Todas baseadas em princípios muito semelhantes, com possibilidade de formação somente no nível elementar, em um mesmo período de remodelação da mão obra e do próprio “mundo do trabalho” brasileiro.

### CAPÍTULO 3

#### OS ALUNOS: “AQUELES QUE NA INFÂNCIA VEDARAM-LHES O LIVRO”

O professor público, Alcides Jorge Ferreira, em agosto de 1871, em ofício à Diretoria da Instrução Pública, se ofereceu para abrir uma escola noturna gratuita na Freguesia de São Bento do Monte Gordo, afirmando que era em “benefício da instrução popular”. Convencido de que seu pedido seria bem recebido, a escola passou a funcionar antes mesmo do aval do presidente interino da província e diretor da Instrução Pública, Francisco José da Rocha. O vice-diretor da Instrução Pública, Antônio Franco da Costa Meireles, que estava presente na inauguração da escola, em ofício à presidência da província, pontuou que a aula já contava com 10 “discípulos [...] selecionados” por Alcides Ferreira e que a população da freguesia aceitou a abertura da escola com grande satisfação.<sup>240</sup>

O vice-diretor enviou boas referências de Alcides Ferreira para o presidente da província, recomendando que fossem concedidos livros para aqueles adultos que, segundo ele, recebiam de bom grado as aulas de primeiras letras. Essa escola durou dois anos, o que indica ter havido uma resposta positiva da presidência provincial para que ela continuasse a funcionar. A comprovação do quanto durou a escola foi encontrada em um ofício do ano de 1878, quando o mesmo professor solicitou progressão na sua carreira. Nesse ano, as escolas noturnas já funcionavam havia sete anos na província, oficializadas e formalizadas pelo decreto imperial Leôncio de Carvalho. O fato de ter aberto a escola noturna foi um dos argumentos utilizados por Alcides Ferreira para alcançar a progressão profissional, que lhe garantiu elogios de um dos representantes do governo ao considerar-lhe um “colaborador em uma das ações de construção da nação”. Esta afirmação reitera o argumento de que entre as autoridades políticas e educacionais havia o discurso de que essa escolarização era também para a consolidação da formação do Brasil enquanto nação, na ideia do que era nação no final do século XIX.<sup>241</sup>

Analisando a documentação que informa sobre as escolas noturnas que foram abertas, as que só foram solicitadas, as que tiveram a frequência reduzida e as que fecharam, é possível notar que o interesse dos alunos era um dos argumentos de professores para validar a existência ou continuidade de uma escola noturna junto à Diretoria da Instrução Pública e à Presidência da província. Argumentos que também

poderiam ser um indício real do interesse das pessoas que queriam estudar nessas aulas. Os dados da “aceitação da escola com satisfação pelos moradores”, que ela durou dois anos e que Alcides Ferreira foi considerado um colaborador em “ações de construção da nação” são informações que se destacam nos ofícios mencionados acima. Esses documentos evidenciam alguns significados atribuídos por aquelas autoridades às escolas noturnas, ainda que fossem elaborados de forma a convencer e justificar a legitimação de abertura ou qualquer outra solicitação sobre essas escolas.

Outro caso de documentação apontando vestígios dos alunos das escolas noturnas foi o do professor público da Vila de Ilhéus, João Dias Guimarães Caldas, que em ofício à Diretoria da Instrução Pública, em outubro de 1871, afirmou que “os espíritos da sábia resolução de 1870 influenciaram quem tinha interesse nas primeiras letras com a criação das escolas noturnas”. Muitos “moços” o procuraram por diversas vezes nos meses de agosto e setembro para se inscrever em uma aula desse tipo (moços pode ser uma expressão para explicar a quem essas escolas eram destinadas: jovens e adultos a partir de 14 anos). João Caldas alegou que eles, provavelmente tinham conhecimento de que as escolas noturnas já haviam começado a funcionar na Bahia e em outras províncias. Talvez, por esse motivo, o professor afirmou que acreditaram que naquela vila também existiria escola à noite.<sup>242</sup>

João Caldas ainda sinalizou que não havia razão para os poderes públicos, após a independência do Brasil, não “derramar[em] por todas as localidades a instrução primária, que a Constituição do Império consagrou”. Ele afirmou que recusou os pedidos de inscrição dos moços porque não havia escola noturna aberta sob sua direção, mas, apresentou-se disposto a conduzi-la quando existisse. Ele foi mais uma figura pública apontou a importância que a instrução teve na época, associada à ideia de formação nacional, após a independência política brasileira, quando se referiu à “consagração da instrução primária no Império”.<sup>243</sup>

Para finalizar seu ofício, João Caldas afirmou que “nenhuma profissão poderia progredir toda vez que aquele que a exercesse não tivesse instrução primária” porque “o homem que não [soubesse] nem ler, nem escrever [seria] uma máquina bruta de trabalho e nunca um cidadão”. Esse foi seu argumento definitivo para abrir uma escola noturna: a necessidade do desenvolvimento profissional através da instrução primária e a ideia de educação como requisito fundamental para o exercício da cidadania.<sup>244</sup>

Importante refletir sobre as ideias de cidadania que o professor de Ilhéus poderia estar se referindo para verificar o contexto em que os alunos das escolas noturnas

vivenciavam. Hebe Mattos afirma que no século XIX a cidadania foi uma noção construída “em estreita relação com o dilema teórico entre liberalismo e escravidão”. Neste sentido, cidadania dizia respeito também a vários aspectos da vida política. Nas eleições, o voto censitário estabelecia três níveis de participação política, a do “cidadão passivo (sem renda suficiente para ter direito a voto), a do cidadão ativo votante (com renda suficiente para escolher, através do voto, o colégio de eleitores), e a do cidadão ativo eleitor e elegível”.<sup>245</sup> Ione Sousa também associa a ideia de cidadania ao voto, mas aponta os sujeitos que ficaram fora das regulamentações eleitorais da época. Ela afirma que as leis eleitorais significaram a exclusão da participação política da maioria da população, mendigos, muitos negros e mulheres, duplamente excluídas quando, além de ter a condição de ser mulher, ainda fossem analfabetas.<sup>246</sup>

Um pedido de abertura da escola noturna com argumento parecido com o de Alcides Ferreira e João Caldas, por ser mais um caso tendo em perspectiva o interesse do aluno foi o da escola da Freguesia de Santana, abordada anteriormente.<sup>247</sup> Francisco José da Rocha registrou o pedido do professor Adelino Oliveira informando que ele alegou ter alguns alunos dispostos a frequentarem aquele curso e que se ofereceu para tomar a si o árduo, mas honroso, encargo de sua direção, que de bom grado prestava seu domicílio convenientemente preparado.<sup>248</sup> Em 3 de novembro de 1871, às dezenove e trinta, Adelino Oliveira abriu a escola noturna da freguesia com 10 alunos frequentando. Depois da escola aberta, no final daquele ano letivo, ao encaminhar o relatório de aulas à Direção da Instrução Pública, o professor informou o interesse dos alunos em prosseguir nas aulas, embora as férias estivessem previstas para o dia 07 de dezembro. Apesar do pedido dos alunos da noturna de Santana, e mesmo a escola tendo sido aberta em novembro, todas as escolas da província encerraram o ano letivo no dia decidido pela Direção da Instrução Pública.<sup>249</sup>

Lisa Castilho, em estudo sobre a genealogia das lideranças religiosas do terreiro do Alaketu, referindo-se a um período um pouco anterior ao dessa pesquisa, informa que a Freguesia de Santana, onde a família dessas lideranças morava, tinha menos pessoas alfabetizadas, comparada com outras partes da cidade, talvez relacionada à sua “grande população negra, cujo acesso à escola era limitado.” Mas, segundo a autora, alguns libertos e livres conseguiram aprender aspectos básicos do letramento, através de mestres contratados particularmente ou por meio de aulas públicas de ensino básico, inclusive, os três filhos de Maria do Rosário, a primeira Ialorixá (mãe de santo) da linhagem Alaketu.<sup>250</sup>

A respeito do analfabetismo na Freguesia, os dados do recenseamento de 1872 corroboram para compreender o contingente populacional da Freguesia de Santana e a quantidade de pessoas analfabetas. Havia 17494 pessoas livres adultas, sendo que 6.247 as que sabiam ler e escrever, e as analfabetas eram 11247 (6020 homens e 5227 mulheres). Já em relação às pessoas escravizadas, todas as 460 eram consideradas analfabetas (296 homens e 164 mulheres). A partir destes números, percebe-se uma Freguesia bastante povoada, com uma grande proporção de pessoas livres e analfabetas. Como no Censo a divisão há somente a especificação entre pessoas livres e escravizadas, é possível que entre as livres estejam libertas. Então, era grande a quantidade de pessoas que poderia matricular-se em escolas públicas de primeiras letras nesta freguesia, no caso de se levar em consideração o que era previsto na Constituição vigente na época, que somente os cidadãos poderiam se matricular nestas escolas.<sup>251</sup>

Em relatório a essa mesma direção, Adelino Oliveira indicou que seus alunos, tão interessados em que as aulas noturnas não fossem interrompidas para recesso letivo, eram artistas. Para Graça Leal, ser artista nesse período era o trabalhador que, no uso indistinto das palavras artista e operário, eram abandonados e “desfavorecidos de fortuna”.<sup>252</sup> Esses artistas da Freguesia de Santana podem ter sido os sapateiros, alfaiates, pedreiros, calafates, barbeiros e carpinteiros, assim como os trabalhadores do ganho, responsáveis pela circulação de coisas e pessoas da cidade, apontados por João Reis, em análise sobre uma mobilização de trabalhadores de ganho em Salvador no ano de 1857.<sup>253</sup> Com este fato é possível inferir quem e quais posições sociais ocupavam os alunos que solicitaram a abertura da escola noturna para o professor Adelino Silva e que as aulas não fossem interrompidas para férias.

O fato de os alunos da escola noturna da freguesia de Santana em 1871 serem artistas sinaliza informações valiosas, o que pode ser também o caso dos que estudavam em outras escolas desse tipo. Para compreender o que era ser artista nesse contexto é preciso identificá-los no ambiente de transformações que atingiram os trabalhadores “manuais” do período, que segundo Leal, paulatinamente “os artistas foram perdendo seus instrumentos de trabalho em face da ansiada modernização”.<sup>254</sup> Isto pode justificar a necessidade desses trabalhadores completarem o ensino primário, assim como os que nunca estudaram buscarem a alfabetização.

Lysie Reis afirma que o profissional identificado por oficial também era chamado de “artista mecânico” ou artesão, derivando-se “dessa designação as denominações de artista e artífice, verbetes que tinham, entre dicionaristas dos séculos

XVIII e XIX, acepções sobrepostas”. Artistas e artífices, assim como o operário, eram termos imbricados, pois, no século XIX, correntemente artífices se intitulavam de artistas ao nomearem suas associações, suas escolas e a si próprios. O uso dos dois termos fez com que “permanecessem imbricados e a imprecisão vigorasse ao longo do século XIX, seja pela dificuldade de especialização dos indivíduos ou pela constatação de que os artífices executores eram também criadores”.<sup>255</sup>

Cleivaldo de Almeida Sacramento afirma que a terminologia artista era bastante genérica, utilizada para representar categorias específicas de trabalhadores, dentre as quais, pedreiros, pintores, carpinteiros, marceneiros, sapateiros e outros tantos ofícios ou profissões. As definições do termo “artista” aparecem desde o século XVI, distinguindo “artistas” de “artífices”, vigorando ainda no século XIX, quer pela especialização, quer por propósito enobecedor dos artífices executores, em artistas criadores, assim como pela garantia de *status quo* que o termo artista podia representar ou significar naquele universo do trabalho formado por várias categorias.<sup>256</sup>

Ainda sobre a busca de identificação dos alunos das escolas noturnas, Francisco José da Rocha avaliou as escolas noturnas e a busca das pessoas que nelas se matricularam no final do ano letivo de 1871, em relatório apresentado à Assembléia legislativa provincial. Informou o diretor da Instrução Pública que:

Vários professores têm as aberto espontaneamente e muitos lugares a pedem. A concorrência de alunos tem coroado a experiência de modo que não se pode deixar de depositar nelas muitas esperanças. Se não me engano sobre tais e tão animadores precedentes, as escolas noturnas, que já operaram notável movimento nas classes laboriosas e assalariadas, estão destinadas a representar um papel da mais alta importância na nossa estatística, nos nossos costumes e no bem público.<sup>257</sup>

Nesse relatório, Francisco José da Rocha discorreu sobre o perfil social que ia se constituindo nas escolas noturnas, mencionado sua concepção de como era a vida dos alunos antes dessas escolas. Ao se referir, se referiu à movimentação que elas começavam a gerar, disse: “operaram notável movimento nas classes laboriosas e assalariadas”. Além disso, o diretor demonstrou mais uma vez expectativas de maior alcance nos “costumes e no bem público”, do que só a alfabetização de jovens e adultos.

Mas, nem todos os documentos de solicitação de criação de aula noturna para adultos trabalhadores evidenciam que as escolas realmente passaram a funcionar. Nesse sentido, três anos depois da abertura dessas aulas na Bahia, o diretor da Instrução

Pública, José Eduardo Freire de Carvalho, em ofício ao presidente da província, Antônio Cândido da Cruz Machado, informou que algumas pessoas da Freguesia de Brotas solicitaram a criação de uma nova aula noturna naquela localidade.<sup>258</sup>

Segundo Anna Nascimento, a Freguesia de Brotas era mista, entre “urbana e suburbana”, na sua maioria habitada por pessoas simples, “de cor” e muitos lavradores, trabalhadores que seriam possíveis alunos da escola noturna.<sup>259</sup> Maria José de Souza Andrade afirma que essa freguesia apesar de ser classificada como urbana, apresentava características rurais. Ela era pouco povoada e compreendia uma área extensa, lá se localizavam roças, chácaras, fazendas, engenhos e armações de pesca, habitado em sua maioria por pessoas pobres e mestiças.<sup>260</sup> Brotas parece ter sido uma freguesia diferenciada das outras de Salvador que possuía escola noturna, pois não ficava tão próxima às freguesias centrais que estavam interligadas e por ter muitos trabalhadores mais voltados às atividades do campo por causa das suas características rurais.

Para uma possível escola noturna nessa freguesia, o diretor da Instrução Pública da Bahia, João Eduardo Freire de Carvalho, não deixou de mencionar que naquele ano algumas escolas noturnas estavam sendo pouco frequentadas. Cruz Machado considerou o pedido daquelas pessoas de bastante utilidade, “desde que a aula fosse conduzida pelo professor público primário daquela freguesia”, como era usual naquele tipo de escolarização no período.<sup>261</sup> Segundo o censo de 1872, na Freguesia de Brotas, das 4.496 pessoas, havia 1.274 pessoas adultas, entre escravizadas e não escravizadas, que eram analfabetas, portanto, havia uma demanda grande por escolas de primeiras letras para adultos. Entre os trabalhadores de serviços manuais, mecânicos e agrícolas, a maior parte era de lavradores.<sup>262</sup>

**Tabela 2: Profissão dos moradores da freguesia de Brotas (1871)**

*Profissões / Quantidade*

Artistas (81)	Em tecidos (50)
Pescadores (66)	Edificações (101)
Comerciantes (196)	Vestuários (43)
Canteiros (10)	Chapéus (2)
Em metais (58)	Calçados (40)
Em madeiras (130)	Lavradores (851)

**Fonte:** Recenseamento do Brasil (1872): Província da Bahia/ Freguesia de Brotas.

Após o envio do ofício enviado pelo diretor Eduardo Freire, mesmo a solicitação sendo bem vista pelo presidente provincial, não foram encontradas mais informações sobre quais seriam os alunos da escola noturna da Freguesia de Brotas, ou mesmo se ela foi aberta, nem entre as correspondências dos diretores da Instrução Pública, tão pouco nos relatórios do presidente provincial. Este fato pode indicar a desistência dos solicitantes, a não aceitação do presidente da província, a falta de algum critério que estivesse entre os exigidos para abertura de uma escola de primeiras letras, por não ter sido encontrado mais documentos sobre essa possível escola ou por ter se deteriorado ao longo dos anos.

Ao se comparar com 1871, 1874 parece que não foi um ano muito promissor para a abertura de escolas noturnas na Bahia. Afinal, em 1871 foi possível localizar treze solicitações autorizadas para a abertura dessas escolas em vários lugares da província, enquanto em 1874 verificam-se mais negativas nos pedidos de criação das mesmas. Dos pedidos encontrados, não foram achados vestígios de que as escolas foram criadas. Em setembro de 1874, por exemplo, o diretor da Instrução Pública da Bahia informou ao presidente da província que alguns habitantes da Freguesia de Nossa Senhora da Trindade de Massacará, hoje cidade de Euclides da Cunha, solicitaram que fosse aberta uma escola noturna sob a regência do professor diurno da localidade. O diretor afirmou que “não se tem concedido fora da capital e por alguns lugares que tem solicitado a permissão, o estabelecimento de tais escolas por questões de orçamento”. Ele também utilizou outro motivo para o impedimento da abertura dessa escola noturna, ao afirmar:

concordo com o alargamento da Instrução Pública, porém com proveito, o que me parece que não se dará na freguesia de Massacará. Como criar uma casa somente por representação, sem audiência da autoridade do ensino da localidade? Portanto, eu não criava, despachava a representação dos suplicantes, declarando-lhes que, ora não tem lugar! Vossa Excelência, porém, resolverá o que julgará mais acertado.<sup>263</sup>

A recusa ao pedido de escola noturna da Freguesia de Massacará, provavelmente se justificou pelos motivos indicados por Freire, os gastos que daria ao governo e pela falta “da autoridade do ensino na localidade”. Pode ser também pelas possibilidades inferidas acima sobre o caso de Brotas.<sup>264</sup>

Os casos acima (os pedidos aceitos e os não aceitos) apontam que as escolas noturnas poderiam ser consequência também de ações de pessoas que não eram professores e nem autoridades políticas e educacionais, mas sujeitos que apresentavam interesse nesse tipo de escolarização. Interesse fosse para aprender a ler, escrever e fazer cálculos, fosse para o aprimoramento no trabalho, para uso na vida cotidiana ou mudança de posição social, assim como para alcançar outros níveis de ensino, ter conhecimentos matemáticos para passar a ser dono de algum negócio e até ter funcionários. As primeiras letras também poderiam ser para alcançar algum cargo político, aumentar a expectativa de ter outras oportunidades no mercado de trabalho ou ter contato com leituras até em outras línguas, já que algumas dessas escolas disponibilizavam o ensino de língua estrangeira, como o francês.<sup>265</sup>

Ainda sobre as características profissionais dos alunos das escolas noturnas, Aldrin Castellucci afirma que no final do século XIX houve o surgimento de um forte clima de otimismo, grande expectativa de grandes setores da classe operária e para “melhorar sua condição social e influenciar nos processos de decisão política do Brasil, foram criadas inúmeras organizações que se autoproclamavam operárias e socialistas”. Mesmo sem grandes informações sobre as orientações políticas e ideológicas dos trabalhadores que frequentavam as escolas noturnas, interessante perceber quais tipos profissionais compuseram o quadro do alunado dessas escolas. Sendo os trabalhadores “manuais”, estudar à noite poderia ser uma medida de um grupo profissional, ou grupos, para aprender as primeiras letras nessas organizações apontadas por Castellucci.<sup>266</sup>

Refletindo sobre a intenção de estudar dos alunos das escolas noturnas, Ione Sousa comenta a fala do Barão de São Lourenço sobre as escolas noturnas na reforma de 1870 em relatório provincial, (os adultos resigna[va]m-se com dificuldade à sua mesquinha sorte) que a abertura das aulas para adultos não foi apenas uma benesse das elites, nem tampouco apenas parte de estratégias destas para instruir, educar e moralizar o povo miúdo”. Desse modo, a autora entende que a criação das escolas noturnas também foi ação dos interessados em estudar as primeiras letras.<sup>267</sup> Ana Luisa Costa, sobre as escolas noturnas no Rio de Janeiro, sugere também que esse tipo de escolarização tenha sido consequência das ações dos sujeitos que foram se matricular nesses estabelecimentos, protagonizando o próprio processo de formação escolar.<sup>268</sup>

Portanto, se Alcides Ferreira, João Caldas, Adelino Oliveira, moradores da Freguesia de Brotas, moradores da Freguesia de Massacará e todos os outros enviaram ofícios tentando receber o aval do governo provincial para a abertura de escolas

noturnas, com a justificativa de que havia interesse de jovens e adultos que queriam estudar as primeiras letras, isto significa que era legítimo que as autoridades levassem em consideração, de alguma forma, a participação das pessoas essenciais na criação dessas escolas, os alunos. Sendo assim, é possível pensar que as mudanças políticas e as deliberações administrativas não estão completamente apartadas das pressões e expectativas dos “populares”.<sup>269</sup>

### **3.1 ARTISTAS, OPERÁRIOS E GENTE DA LAVOURA**

Os mapas de aulas eram documentos obrigatórios para todos os professores que lecionassem em qualquer nível e turno desde o decreto educacional imperial de 1827. Os objetivos desses mapas foram ressaltados nas reformas e decretos educacionais da década 1870, que era o de apresentar dados como nome, filiação, nível de formação, idade e naturalidade dos alunos, entre outros dados. Nesses mapas, nem sempre havia as mesmas informações sobre os alunos. Ainda assim, e embora o estado da documentação não tenha nos permitido que tivéssemos acesso a muitos dados, foram criadas tabelas para a melhor compreensão das informações presentes neles.

Um desses mapas foi enviado pelo professor público da Freguesia de Santana D’Aldeia, atual município de Aratuípe, no Recôncavo, João Jonathas Martins Moscovó, ao diretor da Instrução Pública, Francisco José da Rocha, em outubro de 1871. O professor informou que abriu uma escola noturna com 21 alunos matriculados na mesma casa escolar onde lecionava durante o dia.<sup>270</sup> É possível que muitos desses trabalhadores especializados em algum ofício pudessem trabalhar no ganho ou em outra atividade e, simultaneamente, estivessem associados em algum serviço de uma segunda profissão. Tal proposição se dá, pois não se verificou um mercado de trabalho com significativas garantias trabalhistas a essas profissões nesse período, e os trabalhadores buscavam diversas formas para manter a própria sobrevivência e de seus familiares.<sup>271</sup>

Portanto, nos mapas de aulas as profissões dos alunos não querem dizer que eles exerciam somente as que foram registradas. Exercer duas profissões também poderia implicar na frequência das aulas. Os alunos trabalhadores poderiam ter mais de uma profissão, exercer as duas ao mesmo tempo, e quando precisassem declará-las, poderiam afirmar a que lhes fossem convenientes. Esses aspectos indicam o perfil desses alunos,

inclusive, considerando a presença de alunos escravizados nas noturnas. É possível observar mais adiante de que forma a legislação tratou a possibilidade desse público frequentar qualquer tipo de escola e como foi encontrada sua participação nas escolas noturnas.

**Tabela 3: Profissão dos alunos da escola noturna da freguesia de Santana D’Aldeia (1871)**

*Profissões / Quantidade de alunos*

Pedreiro (1)	Carpina (1)	Criado (1)
Aprendiz de alfaiate (3)	Pescador (1)	Charuteiro (2)
Aprendiz de tanoeiro (2)	Marceneiro (1)	Sem profissão (1)
Aprendiz de marceneiro (2)	Aprendiz de ourives (1)	Alfaiate (1)
Aprendiz de padeiro (1)	Profissão não informada (2)	Caixeiro (1)

**Fonte:** Sessão Colonial e Provincial: Doc. 675 Maço 3816. APEB.

**Tabela 4: Idade dos alunos da escola noturna da freguesia de Santana D’Aldeia (1871)**

*Idade / Quantidade de alunos*

14 anos (6)	18 anos (1)	34 anos (1)
16 anos (6)	20 anos (1)	
17 anos (4)	21 anos (2)	

**Fonte:** Sessão Colonial e Provincial: Doc. 675 Maço 3816. APEB.

**Tabela 5: Grau de instrução da escola noturna da freguesia de Santana D’Aldeia (1871)**

*Grau de instrução*

ABC (16 alunos)	1ª leitura (5 alunos)
-----------------	-----------------------

**Fonte:** Sessão Colonial e Provincial: Doc. 675 Maço 3816. APEB.

Nota-se que entre esses alunos havia profissões bastante distintas, mas ligadas às atividades “manuais”. Mauriceia Ananias aponta que em Campinas os alunos para ter acesso às aulas à noite deveriam comprovar uma ocupação profissional. Essa exigência demonstra a preocupação que havia em ensinar os já alocados no mercado de trabalho.<sup>272</sup> Na Bahia, havia até pessoas que não trabalhavam e os que não declaravam profissão, o que evidencia que não havia padrões tão fixos na existência dessas escolas e que esses sujeitos poderiam estar à procura de melhor colocação no mercado de trabalho a partir da aprendizagem das primeiras letras, conforme as tabelas acima.

Como se pode notar, a escola noturna de Santana D'Aldeia, em 1871, foi composta, principalmente, por jovens trabalhadores. Eles eram moradores do recôncavo, a maior parte tinha abaixo de vinte um anos, a maioria da época. De todos os alunos, as idades mais comuns eram 14 e 16 anos, a maioria era aprendiz e eram orientados por um mestre de ofício que coordenava as atividades. Provavelmente, a maioria desses alunos ingressou na condição de analfabetismo, pois quando o professor enviou o mapa de aula à direção da Instrução Pública, grande parte deles estava no nível de leitura do ABC (16 alunos), enquanto a outra parte estava no primeiro livro de leitura (5 alunos). O ABC significava o que hoje é a identificação do alfabeto e o do soletramento, que era a junção das consoantes com as vogais, o que se chama de alfabetização. A primeira leitura já era o reconhecimento de palavras com uma ou duas sílabas.<sup>273</sup>

No mapa de aulas da escola de Moscovo havia dois alunos sem profissão informada, pelo fato de eles não terem ou por não quererem declará-las. Outro se declarou sem profissão ou o professor assim o considerou, fato que pode ser um indicativo de alguém que estudava para conseguir algum trabalho. Tanto os alunos sem profissão informada quanto o sem profissão poderiam ser escravizados que não declararam, ou o professor não declarou essa condição, arranjando algum artifício para esconder as evidências, tendo em vista que havia restrição na lei para esses sujeitos em escolas públicas. Nesse mapa, entre os que não eram aprendizes, havia pedreiro, charuteiro, carpina, caixeiro e pescador, profissões exercidas, geralmente por pessoas donas de sua força de trabalho, o que sugere que eles tinham alguma autonomia em sua atividade e para quem o domínio sobre a leitura e a escrita representaria maiores possibilidades de trabalho e independência.

Cabe dizer que das 5.104 pessoas de Santana D'Aldeia registradas em 1872, 219 sabiam ler e escrever, enquanto 4.885 eram analfabetas. Entre os tipos profissionais que existiam nessa escola, na freguesia havia 54 trabalhadores do mar (pescadores e marisqueiros), 159 entre criados e jornaleiros, 2.342 sem profissão, 287 entre comerciantes e caixeiros, 28 em metais, 68 em madeiras, 1 em tecidos, 30 das edificações e 1.342 lavradores.<sup>274</sup> Nesta freguesia também se percebe um grande contingente populacional de analfabetos e de pessoas sem profissão, o que mostra uma demanda de escolas noturnas para os moradores da localidade.

Um dos alunos registrado nesse mapa de aulas era criado. Maciel Henrique Carneiro Silva aponta que no final do século XIX ser criado ou criada era algo vivido

por trabalhadores e trabalhadoras domésticas “negras, mestiças e brancas, escravas, livres e libertas em lugares sociais e raciais subalternos, adstritos aos valores paternalistas e escravistas ainda resistentes ao avanço de regras formais de relações de trabalho”.<sup>275</sup> Segundo Maria Aparecida Sanches, mesmo com um estudo sobre o período de 1900 a 1950 (período um pouco distanciado dessa pesquisa), ser criado também perpassava pela ausência do dinamismo econômico e a “permanência de uma estrutura social pautada na hierarquização que não permitiria aos negros ascenderem aos melhores postos de trabalho”, permanecendo relegados ao exercício de atividades manuais e de caráter subalterno.<sup>276</sup> Já Anna Nascimento define que criados eram trabalhadores que recebiam algum pagamento financeiro, agasalhos ou refeições por seus serviços.<sup>277</sup> O fim da escravidão colocava em questão o problema da continuidade da mão-de-obra e daí a figura do criado e da criada.

O fato é que dois anos após a abertura da escola de Moscovó, quando algumas escolas foram fechadas, o vigário de Santana D’Aldeia, João Nestor de Carvalho, informou à Direção da Instrução Pública, que a escola estava com “vinte e cinco matriculados e a frequência era entre doze a vinte alunos, os quais davam bons resultados, pois, tal estabilidade na frequência conferia zelo e dedicação do professor”.<sup>278</sup> Percebe-se que nesses dois anos essa escola não teve grandes oscilações na quantidade de alunos, inclusive, o que pode ter garantido o respaldo junto às autoridades educacionais para a manutenção e continuidade das aulas, desde a época de sua abertura.

Em outro caso, o vigário da Freguesia de Riacho de Santana, hoje cidade de mesmo nome, e que fica entre as cidades de Vitória da Conquista e Brumado, Tiburtino Mainardes enviou um mapa de aula da escola noturna para a Inspeção, em 1874, com dados dos alunos, como nome, idade, profissão e onde moravam. Em seu relatório, Mainardes informou que era grande “o amor dos paroquianos” ao saber da existência daquela escola. Ele criou a aula noturna no consistório da igreja matriz daquela freguesia, afirmando que estava ficando pequeno para as atividades da escola devido à quantidade de alunos.<sup>279</sup>

**Tabela 6: Profissão dos alunos da escola noturna da freguesia de Riacho de Santana (1874)**

*Profissões / Quantidade de alunos*

Ferreiro (9)

Ourives (3)

Caixeiro (1)

Pedreiro (2)	Oleiro (1)	Fogueteiro (1)
Sapateiro (5)	Marceneiro (1)	Lavrador (1)
Negociante (2)	Alfaiate (1)	
Funileiro (1)	Carpina (3)	

**Fonte:** Sessão Colonial e Provincial: Doc. 541 Maço 3826. APEB.

Mainardes ainda informou que a maior parte dos alunos era “casada, pobre e vivendo de trabalho diurno, assim como tantos outros de muitas escolas desse mesmo tipo”. As idades eram de treze a cinquenta anos, sendo que dezoito deles tinham menos de vinte e um anos e os outros quarenta e sete eram adultos. O vigário, em ofício ao diretor da Instrução Pública, José Eduardo Freire de Carvalho, informou ter alunos lavradores e oficiais. Quanto a esta informação, resta saber melhor o que era ser lavrador, para além de trabalhadores do campo, e oficiais no final do século XIX.<sup>280</sup> Mayara Pláscido afirma que lavradores exerciam atividades de subsistência, relacionadas à pequena lavoura e a comercialização do excedente, como experiências na pequena produção agrícola, atuantes na prestação de serviços e no comércio informal nas ruas da cidade.<sup>281</sup> A grande quantidade de lavradores na escola noturna da Freguesia de Riacho de Santana pode ser um indicador que essa freguesia era mais rural do que urbana, e sendo assim, houve a iniciativa de alfabetização para os seus trabalhadores com uma quantidade grande de matriculados e de frequência, conforme tabela abaixo.

**Tabela 7: Idade dos alunos da escola noturna da freguesia do Riacho de Santana**

*Idade / Quantidade de alunos*

13 anos (1)	21 anos (4)	30 anos (3)	40 anos (1)
14 anos (1)	22 anos (4)	31 anos (2)	43 anos (1)
15 anos (2)	23 anos (2)	32 anos (2)	45 anos (1)
16 anos (2)	24 anos (4)	34 anos (2)	48 anos (1)
17 anos (3)	25 anos (1)	35 anos (1)	50 anos (1)
18 anos (4)	26 anos (5)	36 anos (2)	
19 anos (4)	27 anos (1)	38 anos (2)	
20 anos (2)	28 anos (2)	39 anos (1)	

**Fonte:** Sessão Colonial e Provincial: Doc. 541 Maço 3826. APEB.

Já os oficiais eram os trabalhadores mecânicos ligados a um ofício. Graça Leal explica que no final do século XIX “o trabalhador manual que era considerado oficial, artífice ou artesão aplicava a sua arte manual na execução ou fabricação de objetos de utilidade para consumo”.<sup>282</sup> Entre os dois mapas de aulas apresentados havia profissões que eram iguais, como a de pedreiro, marceneiro, carpina, alfaiate, caixeiro e a da área de ourivesaria. Entre as profissões dos alunos que estavam apenas na escola de Riacho de Santana, havia ferreiro, sapateiro, negociante, funileiro, oleiro, fogueteiro e lavradores; e só em Santana D’Aldeia: pescador, charuteiro, aprendiz de tanoeiro, aprendiz de padeiro e criado.

Entre os estudos que versam especificamente sobre algumas profissões recorrentes dos alunos das escolas noturnas na Bahia, há o de Maria de Fátima Hanaque Campos. Neste, a autora informa que no século XIX alguns artífices poderiam gozar de condição mais elevada, como os marceneiros, por serem na sua maioria brancos e militares, assim como o ofício de ourives que era vedado aos negros e pardos escravos ou forros.<sup>283</sup> Segundo Maria Helena Flexor, os ofícios mecânicos representavam 5% do total de ocupações declaradas mais as não declaradas como atividade mecânica na época. Foram contados, entre os ofícios mecânicos, os carregadores de cadeira de arruar, que concentrava o maior número de escravos e se aperfeiçoavam no ofício como os artesãos. Eram seguidos pelos ganhadores de rua, carapinas, sapateiros, barbeiros e sangradores, carpinteiros (4%), e mais calafates, tanoeiros, cabeleireiros, cavoqueiros, padeiros, caldeireiros e alfaiates (todos com 3%) e, ainda, ferreiros e oleiro. Aprendia-se na prática cotidiana, o que os hierarquizava como aprendiz, oficial pouco perito, ou de princípio de ofício.<sup>284</sup>

Anna Nascimento explica que entre os trabalhadores, que ela chama os de produção, havia destaque para a grande quantidade de sapateiros, alfaiates e marceneiros. Já os prestadores de serviço eram os negociantes, caixeiros, taberneiros, barbeiros e ganhadores. A autora informa que havia um maior número de negros, especialmente escravos, em profissões como alfaiate, sapateiro, carpina, tanoeiro, calafate, ferreiro, vendeiro, vendeira de porta ou ganhadora de rua.<sup>285</sup>

Essas autoras apontam que muitos desses trabalhadores (que tinham profissões dos alunos das escolas noturnas) poderiam ser pessoas “de cor” e até escravizados, o que recai sobre a possibilidade de muitos dos alunos das escolas noturnas serem oriundos da escravidão ou descendentes de homens e mulheres escravizados.

### 3.2 A MATRÍCULA E FREQUÊNCIA DE ESCRAVIZADOS

O professor público da vila de Capim Grosso, João José de Andrade Dantas, em fevereiro de 1872, enviou um ofício consultando o diretor da Instrução Pública, João Vitor de Carvalho, como deveria proceder no andamento da escola noturna que tinha aberto. Nessa escola, “trinta e quatro alunos livres e oito na condição servil” eram frequentes. O diretor da Instrução Pública, com interesse na situação apresentada, intermediou as informações entre o professor e o presidente provincial interino, João José de Almeida Couto. O argumento de Carvalho direcionava para o presidente responder positivamente à consulta de Dantas, como se ele mesmo, o diretor, fosse o responsável pelo aval, parecendo empolgado com a situação de ter escravizados estudando, o que evidencia sua simpatia pela atitude de Dantas ou até pela causa de proporcionar esse tipo de oportunidade a escravizados.<sup>286</sup>

Em seguida, José de Almeida Couto solicitou aval do Ministério imperial referente a questões educacionais e pediu orientação sobre aquela escola. Esse posicionamento requer saber um pouco sobre esse político e sua trajetória nas questões sociais de sua época, uma vez que buscou tal instância governamental para resolver a questão daquela escola noturna.<sup>287</sup> Almeida Couto foi filho de pais abastados e fez a faculdade Direito em 1830, dedicando-se certo tempo à advocacia. Em 1859 se tornou cavaleiro da Imperial Ordem de Cristo, pelo Imperador D. Pedro II, e, tempo depois, em 1873, comendador dessa ordem. Antes, em 1864, foi nomeado desembargador da Relação da Bahia, e procurador da coroa, soberania e fazenda nacional em 1872, sendo substituído em seguida, por ter sido designado para assumir interinamente a Presidência da província da Bahia.<sup>288</sup>

Almeida Couto fazia parte do Partido Conservador e foi nomeado o primeiro vice-presidente da província da Bahia até 1878, em seguida recebeu o título de Barão do Desterro, quando justamente seu partido não era mais dominante nos postos principais do governo imperial. Esse político governou a província por diversas vezes na ausência dos presidentes, foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Uma de suas mais importantes atuações foi ocupar o cargo de Presidente Provincial e a aprovação, em 30 de agosto de 1870, do Estatuto da Sociedade Libertadora 13 de maio, da Sociedade Abolicionista Comercial, em 27 de setembro do mesmo ano e da

Sociedade Emancipadora, em 25 de junho. Estes fatores evidenciam a importância desse governante e seu envolvimento com “o desejo de extinguir a escravidão”.<sup>289</sup>

No caso da escola noturna de Capim Grosso, Almeida Couto enviou um ofício ao Ministério Imperial informando a frequência dos escravizados naquela aula e, provavelmente, para outras noturnas baianas que viessem a ter esse público. Em resposta à diretoria da Instrução Pública, o presidente da província informou:

Declarando-me o Ministério do Império em aviso de 8 do corrente, que se deve proceder de acordo com a legislação provincial sobre admissão de alguns escravos com consentimento de seus senhores nas escolas de adultos da vila de Capim Grosso e que a mesma legislação não proíbe a admissão de escravos nos estabelecimentos públicos de instrução, não há inconveniente em que sejam recebidos, uma vez que seus senhores consentam.<sup>290</sup>

Provavelmente, essa deliberação, que não seguia a determinação da Constituição vigente de 1824, foi com base na determinação do Ato Adicional de 1834, na parte que se referia à educação, que dizia que as províncias deveriam promover a instrução e suas casas escolares no nível elementar e secundário de forma autônoma.<sup>291</sup> Esse empenho governamental pode ser um indicativo de maior flexibilidade no ingresso de cativos em ambientes escolares, pois o regulamento educacional de 1854 (imperial) e o de 1873 (provincial) seguiam o fluxo da Constituição de 1824, negando a possibilidade de escravizados frequentarem escolas públicas.<sup>292</sup> Essa flexibilidade pode ser atribuída às convicções e interesses do presidente em exercício, que poderia não só ter interesse em conceder escolarização pública aos escravizados, como ser uma pessoa interessada nas ações para o fim do trabalho escravo no Brasil.

Pelo Censo de 1872, na vila de Capim Grosso havia 8.737 pessoas. Destas, 331 eram escravizados, 390 escravizadas, 5.578 considerados pardos e 2.296 pretos. Entre as duas últimas categorias raciais, possivelmente, tratava-se pessoas que já tinham vivido a experiência da escravidão ou tinham grande probabilidade de descender de pessoas que já foram escravizadas. Desta forma, é possível verificar que entre esses 331 homens estavam os oito alunos escravizados da escola noturna do professor Dantas, o que equivale a 2% do total de homens escravizadas na vila. A outra classe, a dos não escravizados, poderia ser composta pelas pessoas de outra condição sócio jurídica, inclusive, libertas.<sup>293</sup>

A questão sobre o ingresso de escravizados nas escolas noturnas baianas conduz à reflexão sobre as tensões, conflitos, os projetos e as estratégias dos sujeitos, tantos as

autoridades políticas e educacionais quantos os alunos na disputa pela escolarização. Na variação da possibilidade de escravizados irem às escolas públicas o que prevaleceu foi a proibição, inclusive expressa no decreto educacional baiano em 1873. Mas, se uma escola como a de Capim Grosso teve escravizados frequentando as aulas, antes mesmo do aval da presidência provincial, é possível até que outras escolas tivessem esse público, sem que isto chegasse ao conhecimento dos setores responsáveis por fiscalizarem essa situação. O caso peculiar dessa escola suscita a possibilidade de que nas escolas particulares poderiam ter a frequência de escravizados e até escravizadas. Outra questão é que os fiscais da Instrução Pública talvez permitissem ou até fizessem “vistas grossas” para a presença desses sujeitos nas escolas públicas por algum motivo, sem causar grandes alardes na educação pública da época.

Sobre a concessão do Ministério imperial ao presidente provincial, constata-se que, ainda que sem direito à cidadania, escravizados tiveram a oportunidade de ingressar nas escolas noturnas públicas. Em certa medida, era conveniente aos poderes públicos realizarem concessões desse tipo, antes que esse público buscasse fazer por meio do que podia ser considerada subversão ou revolta, indo de encontro à ordem estabelecida. Segundo a concessão do Ministério imperial, a matrícula dos escravizados dependia da autorização dos senhores, em tempos de movimentações e leis que possibilitavam, diante de algumas condições, a carta de alforria a pessoas escravizadas. É importante refletir sobre esse ponto, ainda que de alguma forma favorecesse os proprietários de escravos, como os que tinham escravizados de ganho. É possível também pensar que sujeitos escravizados e libertos se disponibilizassem a ir às aulas por influência dos professores ou por esforço próprio, para alcançar algum tipo de autonomia.

Refletindo sobre a escolarização de escravizados, Maria Cristina Winsenbach afirma que o domínio da escrita estaria ligado não só às regalias, como também às exigências decorrentes do desempenho autônomo de escravos e libertos que, com seus ofícios especializados, eram obrigados a participar de um mercado de trabalho competitivo e agenciar por conta própria seus serviços. Assim, o escravo de ganho, por exemplo, não só precisava da habilidade de ler e escrever, da posse de papel, lápis e canetas, como também certa destreza em contabilizar e administrar ganhos monetários.<sup>294</sup> De fato, a permissão de escravizados ingressarem em uma escola noturna pública foi um feito que precisa ainda de mais estudos. Nesse ponto, verifica-se que há

uma historiografia da educação em diálogo muito próximo com uma historiografia que evidencia a atuação de escravizados como protagonistas de muitas de suas vivências.<sup>295</sup>

Lysie Reis afirma que possuir escravos qualificados era algo rentável aos senhores, principalmente, se aqueles fossem aptos para as ocupações valorizadas no mercado de trabalho.<sup>296</sup> Entre as possibilidades de ser qualificado, estudar era uma das situações que explicam esse termo na época, conforme a documentação dessa pesquisa. Já Hebe Mattos afirma que as “virtudes e talentos” dos próprios escravos e a politização cotidiana de suas ações desempenharam papel preponderante, seja para a “aprovação da Lei do Ventre Livre, seja para a abolição final do cativo, sem indenização, em 1888”.<sup>297</sup>

Importante ressaltar que na bibliografia da História da educação, que discute a presença de escravizados em escolas noturnas, em alguns trabalhos há inferência desse público como aluno, em outros há uma discussão empírica. Sobre essa participação, por exemplo, Mauriceia Ananias afirma que o objetivo dos cursos noturnos era para formar um trabalhador “nacional”, na maioria livre, e infere que havia alunos escravizados nesses cursos.<sup>298</sup> Surya de Barros verifica, assim como há na documentação pertinente à Bahia, que só foi permitido a frequência de escravizados nas escolas noturnas caso tivessem o consentimento dos senhores, porém, essa permissão, no caso de São Paulo, só aconteceu às vésperas da abolição.<sup>299</sup>

Por sua vez, Maria Wissenbach afirma que o acesso de escravos e libertos aos mundos da leitura e da escrita possibilitava garantias de espaços autônomos, meios “de legitimar posses” e a socialização das práticas de escrita. Ela aponta a importância da inserção desse público em projetos e práticas educacionais do século XIX. Muitos intelectuais, políticos e juristas, professores públicos e particulares, entre os anos de 1870 e 1888, debateram e se engajaram na luta pela instrução e pela incorporação em diversas partes do país dos negros livres, libertos e escravizados, por meio de várias frentes, como a imprensa, as conferências públicas, o ingresso em *Sociedade de instrução*, clubes abolicionistas, assim como pela abertura de aulas noturnas nas suas próprias escolas.<sup>300</sup>

No Rio de Janeiro também ocorreram discussões sobre a presença de escravizados em escolas noturnas, como destaca Alessandra Schueler. Ela indica que o presidente da *Sociedade Propagadora da Instrução das Classes Operárias da Lagoa*, em 1871, declarou, ante a possibilidade de admitir escravizados nas aulas noturnas, que elas seriam direcionadas às classes operárias, pois “o escravo que frequentasse uma

escola, que aprendesse a ler, que ficasse com a consciência de seus direitos, não poderia mais ser escravo.”<sup>301</sup> Também sobre a capital brasileira da época, Kátia Lopes analisa o livro de matrículas da escola da *Imperial Quinta da Boa Vista*, de 1884, informando que foi possível identificar o registro de seis alunos sem sobrenome, o que pode ser interpretado como indicativo da proximidade desses indivíduos com a escravidão.<sup>302</sup>

Em Alagoas, o presidente da província, em 1871, João Viera de Araújo, autorizou a presença de escravos nas escolas noturnas “para que a sorte dos escravos não escapasse à vossa providência”. Segundo Marilza Correia, a intenção do presidente da província era compreensível, uma vez que na segunda metade do século XIX houve intensas discussões e debates abolicionistas em defesa da libertação da mão de obra escrava.<sup>303</sup> No Maranhão, Marileia Cruz aponta que “as aulas noturnas se multiplicaram durante a segunda metade do século e tiveram maior possibilidade de receber matrícula de negros, inclusive na condição de escravizados”.<sup>304</sup>

Sobre o Paraná, Juarez Anjos afirma que os escravizados frequentarem as escolas noturnas era uma questão ligada à ideia de liberdade concebida no Brasil daquele momento, uma liberdade “dada e patrocinada pelo Estado”.<sup>305</sup> Noemi Silva, também sobre o Paraná, aponta que a documentação produzida por autoridades provinciais não deixa dúvidas quanto à presença de escravizados em escolas noturnas públicas ou particulares. Tanto que na região da Lapa, uma dessas escolas noturnas particulares foi frequentada por trabalhadores livres, escravizados, ingênuos.<sup>306</sup>

Maria Helena Machado e Flávio Gomes analisam casos em que escravizados frequentaram escolas de primeiras letras e de que forma os conhecimentos que adquiriam puderam significar a possibilidade de negociarem suas relações com senhores, abolicionistas, com outros escravizados e libertos na sociedade em que viveram. Isso é uma prova do nível de abstração que os estudos sobre a historiografia da educação da população negra não se limitam em situar geograficamente e cronologicamente que esse público esteve em espaços escolares.<sup>307</sup>

Diante da atmosfera social das últimas décadas do século XIX, percebe-se que as autoridades educacionais evidenciaram, na situação de Capim Grosso e de outras províncias, o interesse que escravizados continuassem nas escolas noturnas. Esse público era considerado legalmente apenas como indivíduos e não como cidadãos. O professor Dantas descumpriu uma prerrogativa legal, a da constituição vigente, provavelmente, por ter envolvimento com as mobilizações emancipacionistas do momento, tanto que disse não ter conseguido, “por conta de seus sentimentos, impedir o

acesso daqueles alunos”. Daí, ele buscou oficializar tal medida ou se respaldar diante de tal “ilegalidade”, mas legal diante do Ato adicional (1834) à Constituição (1824), informando à Diretoria da Instrução Pública a situação.

O fato é que a escola noturna de Capim Grosso teve permissão legal para continuar com suas atividades da mesma forma que tinha começado, com a presença de escravizados, em uma classe separada da dos livres. Essa separação pode ser somente uma afirmação do professor para ter seu pedido atendido. De qualquer forma, esses oito homens, e talvez, alguns outros e mulheres escravizadas, tiveram e/ou buscaram a oportunidade de ter conhecimentos que os tiravam da condição de analfabetismo e que os inseriam no mundo dos letrados. Letramento este que os diferenciariam de grande parte da população brasileira de analfabetos e que poderia permitir outras condições sociais, outras habilidades para além das que já tinham em suas atividades cotidianas e até a conquista da carta de alforria.

O caso da escola noturna dirigida por Dantas se destaca por sua iniciativa de lecionar a escravizados e pela reação das outras autoridades educacionais ao se mobilizarem para o funcionamento dessa escola. Destaque para a ação do diretor da Instrução Pública, pelo nítido interesse em dar uma resposta positiva ao professor e do próprio presidente provincial, ao consultar instâncias imperiais para responder à solicitação do professor. A deliberação imperial de 1872 também pode evidenciar a posição que cabia a esse tipo de escolarização dentro do que era a Instrução Pública naquele período. Talvez fosse considerada apenas um complemento à organização da educação da época, mas também se apresentava como um tipo de escolarização que foi consequência das ideias presentes nos discursos de governantes em preparar, qualificar e aperfeiçoar trabalhadores das diversas atividades mecânicas para o “universo” do trabalho livre. Ela teve também os esforços dos sujeitos escravizados e não escravizados, que tinham interesse em aprender o que era considerado um dos passos fundamentais para a cidadania política.

No ano seguinte a deliberação de escravizados frequentarem escolas noturnas na Bahia, um cidadão da Vila do Brejo Grande, onde hoje é a cidade de Ituaçu, região da Chapada Diamantina, Hermógenes José de Castro, apenas comunicou a abertura de uma escola noturna para escravos adultos. O diretor da instrução pública, João Vitor de Carvalho, considerou uma honra tal medida ao enviar o ofício ao presidente provincial, João José de Almeida Couto, que também não se opôs quanto ao acesso de escravizados nessas escolas.<sup>308</sup> O fato de Hermógenes apenas comunicar a abertura de uma escola

noturna para escravizados pode ter sido em consequência da deliberação de 1872. O diferencial da sua escola noturna em relação à de Capim Grosso é que ela foi criada especificamente para esse público, o que demonstra um avanço na questão de escravizados frequentarem escolas em tempos que a cidadania da época lhes era negada.

Em relação à escola noturna de Hermógenes, infelizmente não foram encontrados mais dados, mas, mesmo sendo uma documentação pontual, é relevante trazê-la a essa discussão. Embora sejam poucos os casos encontrados sobre a frequência declarada desses sujeitos nesse tipo de escolarização, o fato de estarem nessas escolas já demarca que tiveram experiências em espaços de sociabilidades educacionais como a escola, além de revelar elementos do perfil social dos alunos das aulas noturnas para trabalhadores. Para além do perfil proposto pelas autoridades educacionais, há evidência de que as ações de pessoas que não integraram as altas camadas da sociedade também impactaram na constituição das determinações políticas e sociais.

Outro caso de escola noturna na Bahia que consta a frequência de escravizados é o do professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca, na década de 1880, na cidade de Cachoeira, onde abriu uma escola noturna para trabalhadores adultos. Com mais de cem alunos matriculados e com um posicionamento declarado em defesa não só da educação, mas do acesso de escravizados, libertos e ingênuos em espaços escolares de alfabetização, Cincinato Franca foi um dos primeiros professores a declarar e efetivar seu envolvimento com a causa abolicionista na educação.<sup>309</sup> Franca afirmou prioridade de suas aulas noturnas aos egressos da escravidão, o que não foi feito por muitos outros professores, que até podiam ser abolicionistas, mas que não declararam ao abrir uma escola para lecionar à noite. Esse professor, depois de formado pela Escola Normal, lecionou em Salvador, mas iniciou sua carreira em Cachoeira.<sup>310</sup>

Ione Celeste de Sousa aponta que a criação de escolas para libertos, ingênuos, livres pobres foi umas das práticas mais recontes entre sujeitos letrados como professores e estudantes universitários.<sup>311</sup> Nas páginas do jornal cachoeirano, *O Asteroide*, Cincinato Franca liderou a campanha pela libertação de pessoas escravizadas, sendo um dos professores mais aguerridos nas mobilizações abolicionistas de sua época, estando diretamente envolvido nas celebrações da abolição. Esta gazeta tinha como proposta “promover a emancipação escrava”, e seu redator, o professor Cincinato Franca, entendia ser a educação a base para o desenvolvimento da nação.<sup>312</sup> Jacó de Souza afirma que na escola desse professor tinha escravizados, tanto que o jornal *O Asteroide* noticiou a formação de uma turma presidida por ele, acrescentando o seguinte

aviso: “sendo livre [o aluno] pagará uma pequena mensalidade, escravizado, gratuitamente”. Jacó de Souza ainda afirma que a instrução de escravos fazia parte do programa abolicionista do professor Cincinato Franca, que abria as portas de suas salas de aula para ensinar cativos a ler e escrever.<sup>313</sup>

Ainda em abril de 1888, o professor Cincinato Franca convocou os interessados em “aprender a ler e escrever, sendo livre ou escravo”. Funcionando todas as noites, as aulas dessa escola foram de francês, português, aritmética e sistema métrico. A matrícula nesta escola noturna, em 1888, foi de cento e dois alunos, e a “frequência foi de oitenta a mais”.<sup>314</sup> Em dezembro de 1889, o professor informou o mapa de aula que continha as escritas dos alunos, os quais “prestaram exame na noite de 3 do corrente mês”. Franca também enviou a lista dos alunos que completaram o curso de primeiras letras e que receberam o diploma de habilitação do ensino primário.<sup>315</sup> Interessante que, na documentação encontrada, percebe-se mais uma vez, poucos professores enviaram os resultados de conclusão de primeiras letras dos seus alunos, muito menos em relação à formação para escravizados e libertos.

As iniciativas de escravizados frequentarem escolas noturnas se revelam poucas na Bahia. Segundo Ione Sousa, as escolas noturnas na Bahia era uma educação para cidadãos e os “escravos não eram assim considerados, bem como não eram desejáveis partícipes deste processo”.<sup>316</sup> Ela considera que “em nenhuma das experiências de escolarização noturna os escravos foram legalmente admitidos, ainda que debates sobre esta possibilidade tenham ocorrido, o que indica que grupos a defendiam”.<sup>317</sup> No entanto, o caso da escola noturna de Capim Grosso, o de Santana da Aldeia e o de Cincinato Franca evidenciam que sujeitos escravizados tiveram a possibilidade de matrícula em escolas noturnas públicas.

Portanto, o fato de escravizados irem às escolas, independente do turno em que as aulas ocorriam, está ligado, também, à ação desses sujeitos em estudarem. Estudaram mesmo na condição de subalternos em que os colocavam, não necessariamente limitados a qualquer possibilidade de autonomia, mas com a possibilidade de nessas oportunidades estarem embutidas a busca de seus objetivos e interesses. Irem às escolas noturnas é mais uma evidência de que ser escravizado é, além de tudo, ser trabalhador, conforme a prerrogativa das propostas dessas escolas. Esse público frequentar aulas pode significar consequência das mobilizações em prol das liberdades almejadas e conquistadas por tantos percursos, ainda que essa frequência não fosse em quantidade considerável. Ocupar esses espaços de educação, ainda que alguns senhores ou os

próprios escravizados não tivessem planos de continuidade em outros níveis escolares, servia de referência para que outros cativos pudessem estudar também em escolas públicas.

### **3.3 A “INSTRUÇÃO DO POVO” EM UM PERÍODO PRÓXIMO DA ABOLIÇÃO**

Em junho de 1888, um mês após a Lei da Abolição, na Assembléia Legislativa provincial da Bahia, o deputado Isaias Guedes de Melo defendeu com insistência a escolarização noturna através do projeto de número 290. Esse projeto era para a ampliação das escolas noturnas nas freguesias da capital e a para a criação de pelo menos uma escola noturna em cada cidade da província. O deputado apresentou esse projeto pela primeira vez no ano de 1883, após o fechamento de escolas noturnas pelo diretor da Instrução Pública da época, Romualdo Barroso, em 1881, quem muito suscitou esse debate na época. O debate aconteceu na Assembléia Legislativa de forma bastante acalorada:

Sr. Isaias: Darei a resposta à resistência inqualificável de V Ex. a uma ideia boa, a bem da ordem pública. V Ex é caprichoso, porque tenho esgotado todos meios suasórios para com V. Ex.; invoquei até as nossas relações particulares;

Sr. Tosta: O nobre deputado julga-se dominado das melhores intenções, requerendo reiteradas vezes a discussão do projeto de escolas noturnas com preterição da lei de orçamento municipais e louvo V. Ex. que nesta sessão tem dado provas exuberantes de que se interessa pelo bem público, confeccionado este projeto para propagar o ensino primário para os restituídos a liberdade.<sup>318</sup>

No mês seguinte, em outra sessão ordinária para discussão do orçamento municipal de Salvador, mais uma vez as escolas noturnas protagonizaram pautas da Assembléia, apesar da resistência de alguns deputados. Essa discussão foi travada de um lado pelos deputados Isaias Guedes de Melo e Antônio Bahia da Silva Araújo, que era professor, inclusive, o primeiro professor de escola noturna em Cachoeira, em 1871, ambos do Partido Liberal. Do outro lado, do Partido Conservador, estavam os deputados Joaquim Reis Magalhães e o Manuel Vieira Tosta, quem afirmava que “a Instrução Pública não precisa necessariamente de criação de mais escolas, mas de reformas radicais, completas. Tudo mais é inútil e não corresponde aos intuitos práticos que

devemos ter como legisladores da província”. Vê-se que a escolarização noturna passou a fazer parte, de maneira mais evidente, das discussões entre políticos do Partido Liberal e Conservador. Não é tão óbvio que essas escolas fossem defendidas somente pelos políticos liberais. Elas foram criadas, desde 1871, por muitos políticos do Partido Conservador, como Francisco Gonçalves Martins, Abílio César Borges, Francisco José da Rocha e João José de Almeida Couto.

O deputado Tosta se baseava em dois argumentos para se contrapor ao projeto referente às escolas noturnas: a necessidade de uma reforma intensa na Instrução Pública da Bahia e a falta de recursos financeiros suficientes para que mais escolas fossem criadas em toda a província. Para ele a proposta não era viável, como percebe-se no debate com o deputado Antonio Bahia Araújo:

Sr. Tosta: Quais são os prédios escolares existentes para escolas noturnas?

Sr. Bahia: Existem todos, menos os que o conselheiro Bandeira de Mello deu .[ex-presidente provincial]

Sr.Tosta: Teremos incontestavelmente uma despesa de 60 contos e pergunto: há verba no orçamento provincial para dispender 60 contos com escolas noturnas?

Sr. Bahia: Quer mais verba? Lá estão os 6% sobre a importação geral que a assembléia não pode taxar e taxou.

Sr. Tosta: O relator da comissão primeira de fazenda diz que no orçamento não há saldo que pelo contrário, há *déficit*. O que precisa na Instrução Pública são medidas enérgicas; é necessária uma reforma completa e que não estejamos a legislar criando cadeiras sem uma base estatística. Tenho um relatório a respeito da Instrução Pública e nele está demonstrado que a prosperidade do ensino público não depende da criação de escolas. É verdade que dizia um escritor francês que onde havia um menino em condições de educar-se devia haver uma escola. Isto é poético, bonito e magnífico, mas não é prático.<sup>319</sup>

Os argumentos do deputado Tosta são como se ele quisesse “esvaziar” a ideia do projeto das escolas noturnas, justificando com problemas que já existiam antes mesmo das primeiras escolas noturnas serem criadas na província. Problemas tão gerais e amplos quanto o modelo de reforma proposto pelo próprio deputado. No final de julho de 1888, o deputado Isaias Guedes de Melo apresentou a nova versão do projeto de ampliação das escolas noturnas, o 297, que propunha o seguinte:

1ª. Artigo: Ficam mantidas as escolas noturnas da capital das paróquias da Sé, São Pedro, Santana, Santo Antônio e Mares e serão criadas mais dezenove escolas com o mesmo fim e distribuídas entre as paróquias da província

- Nessas escolas se ensinarão a escrever, contar, noções de geografia e de história pátria, especialmente da província da Bahia, e os deveres políticos do cidadão.

- Os fiscais dos cursos noturnos enviarão dentro dos dez primeiros dias de cada mês à presidência, por intermédio do diretor geral, um relatório circunstanciado sobre o resultado da inspeção escolar no mês anterior.

- O professor da escola noturna não poderá ter pendência criminal nem passada e nem em julgamento.

- A presidência expedirá para os cursos noturnos o necessário regimento, indicando no mesmo o método que mais apropriado for às condições de ensino de adultos.

Após aplausos dos deputados, depois do deputado Isaias de Mello ler o projeto, o deputado Antônio Bahia pede a fala:

- Não era para admirar que a maioria provincial, nas circunstâncias atuais do país e particularmente da província da Bahia, apresentasse a consideração criteriosa da assembléa, hoje que se faz a transformação do trabalho e quando por incúria do governo, a ignorância é apanágio dessa província. Deveriam habilitar as classes pobres a sofrer dignamente a transformação do trabalho e a obter recursos indispensáveis para o trabalho honesto, que torna digno o cidadão.<sup>320</sup>

Verifica-se um refinamento na proposta para a criação de novas escolas noturnas, especificando mais seus critérios com base nas experiências anteriores. Houve a proposição de mais matérias com a inclusão de História, Geografia e Civismo, disciplinas que no século XIX tinham forte conexão com o modelo teórico positivista e que no Brasil teve como uma de suas fortes consequências a criação de Institutos Históricos e Geográficos, que estavam a serviço do Estado monárquico. Houve ainda uma especificação maior na fiscalização da rotina da escola, principalmente pelos mapas de aulas terem que ser enviados mensalmente. Por fim, o método de ensino dessas escolas seria decidido pelos presidentes da província.

Em março de 1889, o deputado Isaias de Melo criticou a posição do deputado Tosta em relação ao projeto. Essa fala evidencia também as divergências entre os políticos dos partidos Liberal e Conservador. Mesmo com todas as semelhanças que os dois partidos possuíam, principalmente a de serem, muitos deles, integrantes das elites políticas e proprietárias da época debateram:

Faz notar grande divergência das palavras de hoje do Sr. Tosta com as que ouvi na memorável sessão desta assembleia de 14 de maio do ano próximo passado, quando saudava a passagem da lei que extinguiu a escravidão no Império. Pedia o mesmo deputado luz, muita luz, para que os remidos, os que vivem envoltos na mais impenetrável ignorância, puder sem usar do direito que a lei concedeu-lhes e compreende o sacrifício dos seus deveres. Que diferença de ontem para hoje! O que pedíeis ontem, recusais hoje! O projeto que amplia

cursos noturnos destinados para o ensino de adultos não tem outro fim, senão dar aos remidos aquilo mesmo que o ilustríssimo líder da minoria pedia para eles. Não faremos senão o nosso rigoroso dever, proporcionando aos libertos os meios de tornarem-se úteis a si e a pátria.<sup>321</sup>

Após a fala de deputado Isaias de Melo, o deputado Joaquim Reis Magalhães se posicionou diante da discussão final sobre o projeto, apresentando suas considerações a respeito, dizendo:

Não sou de modo algum infenso ao alargamento da Instrução Pública. Quando a lei de 13 de maio arrancando da escravidão milhares de brasileiros, a ideia de dar-se a eles instrução levantou-se. Por isso, o Exm Sr conselheiro Portela, como o talento e o critério administrativo, fundou a Sociedade Treze de Maio, cujo fim principal é facilitar instrução aos libertos, tendo, além disso, como obrigação, defendê-los e auxiliá-los na obtenção de trabalho. Não recuso seu trabalho, fraco é verdade, mas sincero e pronto para dar instrução ao nosso povo, que tanto dela precisa. O deputado com o seu projeto quer luxuosamente ostentar uma estatística de existências de escolas, as quais talvez não produzam os resultados que patrioticamente deseja. Será preciso criar um novo tipo de escola? O que se torna preciso é que a assembléia legisle já e já sobre a instrução pública, fazendo uma reforma. Sou contrário a esse projeto, porque vem trazer maior irregularidade sem trazer benefício real à instrução pública.<sup>322</sup>

Mais um deputado propôs uma reforma mais ampla na Instrução Pública e que não tratava especificamente das peculiaridades do público a que se destinou o projeto do deputado Isaias de Melo naquele momento social. Muitos integrantes desse público saíam de uma instituição secular no Brasil e que até aquele momento não havia um projeto amplo de inclusão e reparação que os inserissem naquela sociedade, levando em consideração a condição que passavam a ter, a possibilidade de cidadania e não mais de indivíduos apenas. O deputado César Zama após agitado debate e a decisão final dos deputados sobre o projeto educacional, 297, deu como encerrada a discussão afirmando: “é aprovado o projeto com as emendas e vai à comissão respectiva para ter a redação final, sendo rejeitado o requerimento do Sr. Tosta.”<sup>323</sup>

Houve também no bojo das leis abolicionistas, das discussões na Assembleia Legislativa Provincial e no período imediato após a abolição, a criação de escolas noturnas em algumas instituições e *Sociedades* de trabalhadores, como a da associação criada para tratar de questões ligadas aqueles ex-escravizados, a Sociedade Treze de Maio, mencionada pelo deputado Reis Magalhães. Em 18 de maio de 1888, o *Diário da*

*Bahia*, em meio às comemorações com a lei da abolição do trabalho escravo, noticiou que:

A convite do Sr. Conselheiro Machado Portella, reuniram-se anteontem à uma hora da tarde, no palácio da presidência, representantes da imprensa, das diversas classes e instituições com o fim de organizarem uma sociedade destinada a proporcionar educação e trabalho aos ingênuos e libertos.<sup>324</sup>

Essa *Sociedade* foi criada em 28 de setembro de 1888, exatos dezessete anos da “lei do ventre livre”. Houve uma reunião com “crescido número de cidadãos”, foi justificada pelo governo provincial como uma ação de prevenção à vadiagem por meio da promoção da instrução dos ingênuos e libertos. Nas palavras do presidente provincial Manuel Machado Portela:

Esta capital durante muitos dias conservou-se em festa e em nenhuma localidade foi preciso a intervenção direta da polícia para que os ex-escravos entrassem em pleno gozo da liberdade. Parecendo-me de máxima conveniência promover a instrução de libertos, defendê-los quando preciso e dar-lhes colocação e trabalho, evitando-se os perigos que da vagabundagem, convidei crescido número de cidadãos para uma reunião em palácio e efetuada ela no dia 16 de maio, mostrando as vantagens que para os libertos e a província adviram dela.<sup>325</sup>

Na escola noturna da *Sociedade* foram matriculados 197 alunos, tendo frequência diária de 100 a 130. Além disso, diversos professores, segundo o presidente da província, abriram na capital e no interior, escolas noturnas para os libertos.<sup>326</sup> Segundo Iacy Mata, a ideia proposta pela *Treze de Maio* para os libertos era de “defendê-los quando preciso”, provavelmente uma resposta às denúncias de que no interior da província muitos ex-senhores tentavam, mesmo depois da abolição, manter o vínculo escravista com seus ex-escravos. Segundo a autora, a *Sociedade* também tinha por fim informar às autoridades quais os libertos que não queriam “ter colocação” e viviam sem trabalho algum, para que fossem usados contra eles os meios legais.<sup>327</sup> Pode-se perceber que havia um ponto de encontro entre os projetos de liberdade das autoridades governamentais: educação para o trabalho e aumento da força policial. A escolarização noturna se apresentava nesse momento com mais ênfase como uma alternativa à ação da crescente força policial.

O presidente Portela após a criação da *Sociedade*, finalizando os atos de abertura da instituição para ingênuos e libertos, ainda enviou um telegrama para Princesa Isabel

informando tal medida, mostrando como setores governamentais da província atuaram para lidar com o fim da escravidão e considerando redentora a lei sancionada pela princesa. Em suas palavras, “A Sociedade Treze de Maio inaugurando hoje sua primeira escola para instrução dos libertos e seus descendentes, saúda a Vossa Alteza como signatária das leis de 28 de setembro de 1871 e 13 de maio de 1888.”<sup>328</sup>

No mesmo ano de 1888, como uma das medidas que teve como referência a criação da *Sociedade Treze de Maio*, o professor público Antônio José de Moraes solicitou lecionar à noite, gratuitamente, para ingênuos e libertos na Freguesia de Santo Antônio.<sup>329</sup> Segundo Anna Nascimento, no final do século XIX, essa freguesia tinha muitos habitantes escravos e libertos, os quais eram lavradores e alguns negociantes.<sup>330</sup> Já Ione Sousa afirma que essa freguesia era caracterizada por uma população livre e pobre que concentrava marítimos e artesãos ligados à pesca, era semi rural e constituída de muitos libertos.<sup>331</sup> Enquanto Nascimento enfoca a condição sócio jurídica de seus moradores, Sousa destaca os tipos profissionais que lá residiam. Segundo a análise de Ione Sousa, “ter discriminado a profissão de cada um e não ofício, ganho ou ocupação, aponta a uma percepção moderna das atividades e desses sujeitos como trabalhadores, como profissionais”.<sup>332</sup> Ou seja, mais informações que permitem inferir acerca de um perfil profissional dos que seriam os possíveis alunos (ingênuos e libertos) da escola noturna Freguesia de Santo Antônio.

O professor desta escola, Antônio Moraes, enviou um ofício à Diretoria da Instrução Pública afirmando que era o professor público mais antigo da freguesia, o que pode ser uma evidência de ele ter acompanhado o processo de criação das escolas noturnas na Bahia desde o início. Ele demonstrou envolvimento com a questão de atendimento aos libertos e ingênuos através de suas atividades profissionais com a abertura dessa escola, assim como a escola noturna da *Sociedade Treze de Maio*, como se observa abaixo:

Desejando corresponder aos bons desejos do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Manoel Nascimento Machado Portela, o presidente da província, zeloso administrador desta província, que acaba de dar a mais exuberante prova de interesse que liga ao desenvolvimento da instrução pública, instituindo a associação 13 de Maio, para incumbir-se dos meios de proporcionar o ensino aos ingênuos e libertos, vou respeitosamente pedir a Vossa Senhoria se digne levar ao conhecimento do governo da província que eu, na qualidade de professor mais antigo dessa freguesia, ofereço-me para gratuitamente lecionar à noite aos que se quiserem utilizar de meu ensino.<sup>333</sup>

Outra escola que foi aberta no mesmo ano de fundação da *Sociedade Treze de Maio*, também com um argumento que coadunava com a iniciativa do presidente Manoel Portela, foi a do professor Clarimundo Jerônimo dos Santos Lima. A proposta era para ser uma escola gratuita para libertos e ingênuos na Freguesia da Maré: “desejando concorrer de alguma forma para a instrução de libertos e ingênuos, aderindo a ideia do presidente provincial venho declarar a Vossa Senhoria que, desde já, tenho aberto uma escola noturna para lecionar a meus concidadãos.”<sup>334</sup>

Interessante perceber que comunicados como o de Antônio Moraes e o de Clarimundo Lima informaram que abriram escolas especificamente para o público de ingênuos e libertos. Estes dados antes da lei da abolição não eram declarados na documentação sobre os pedidos de abertura de escolas noturnas, evidenciando ainda mais a conexão que essa escolarização passou a ter com o processo de mobilização para o fim do trabalho escravo sistêmico no Brasil. Ione Sousa afirma que essas escolas aumentaram quantitativamente no bojo do movimento abolicionista e logo após a abolição, com o objetivo descrito diretamente de educar libertos, libertandos e ingênuos. Nesse sentido, a autora cita um ofício de 1888, enviado de uma aula noturna ao diretor da Instrução Pública, Eduardo Pires Ramos, da região de Valença, sendo escrito que:

A parte ativa, que tomei nos festejos, que aqui fizeram, por ocasião da notícia da sanção da lei da abolição, fez-me oferecer aos libertandos desta vila meus serviços, como professor primário. Circulou naqueles dias de máximo entusiasmo meu oferecimento com algum interesse para todos que dele tinham notícia. Abri o curso noturno e uma frequência ainda que diminuta se fez efetiva; para não precipitar uma notícia que poderia ser pouco verossímil: deixei que ficasse acentuada a estabilidade, até porque atravessando um período de férias de S. João e dois de Julho podiam desertar aqueles que já a frequentavam. Agora, porém, que apesar de pequena frequência (6) continuo a lecionar com desperdício de tempo que melhor seria aproveitado se maior fosse a concorrência, levo ao conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> para que não passe despercebido esse, que é o maior movimento impulsor do progresso instrutivo nesta vila.<sup>335</sup>

O professor dessa escola, talvez tomado pela euforia da lei de abolição, enfatizou seu gesto de “benfeitoria” aos libertos como foco de seu ofício de informação ao diretor da Instrução Pública. Seu ofício parece consequência de uma empolgação de um senhor que buscou negociar sua condição naquele momento, diferente dos que ainda insistiam na crença em receber indenização pela perda de propriedades humanas.<sup>336</sup> Ele declarou seu feito mesmo com a baixa frequência nas aulas, assim como mostrou receio de deserção (termo utilizado em ambientes militares para significar o abandono do

serviço obrigatório) dos alunos em recesso, pois segundo os critérios de continuidade de uma escola noturna, essa não continuaria aberta. Talvez seu gesto tenha sido mais observado pela Direção da Instrução Pública, do que a frequência de quase um terço do mínimo exigido para as aulas noturnas continuarem funcionando, como aconteceu com outras escolas noturnas desde o período de criação das primeiras.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das primeiras coisas que o leitor pode estar se perguntando é como as escolas noturnas continuaram após a lei de abolição da escravidão. Pelo trabalho em tela, elas se mostraram prolíferas no discurso das autoridades que as justificavam e buscavam criá-las, talvez, também para os sujeitos que as frequentavam. Entretanto, de fato, duas questões foram cruciais para pensar sobre os efeitos dessas escolas e os interesses de quem as fomentavam: a grande oscilação na frequência e a situação de a maioria delas no Brasil só ofereceram o nível das primeiras letras.

Aos olhos de um pesquisador que defende oportunidades de melhores condições de vida para a população negra, mais espaços de poder e o combate ao racismo em geral, essas escolas podem até ter um saldo pouco transformador de vida. Mas, se for pensar em uma sociedade em que cerca de 80% da população era analfabeta, que vivia o declínio de uma instituição opressora, enraizada desde a fundação do país e considerada lógica por quase quatro séculos, ter a oportunidade de ler, escrever e fazer cálculos pode ter sido uma esperança de melhores dias, para além das lutas por abolição da escravidão, possibilidade de outras condições sociais, econômicas e políticas.

Se a educação, desde o processo de independência se tornou um dos aspectos fundamentais no discurso das elites, que ansiavam pela consolidação da nação, os debates para o fim da escravidão funcionaram como um catalisador a mais para a importância da educação das camadas populares brasileiras. Entre esses dois processos fundamentais, houve a criação das escolas noturnas em várias províncias, justamente, nas três últimas décadas do século XIX, podendo até se considerar uma escolarização imperial com continuidade na República, mesmo sendo oficializada pelo Ministro Leôncio de Carvalho somente na reforma educacional imperial de 1878.

Importante destacar que uma escolarização que partiu de uma recomendação na reforma educacional de 1870, passou a ser uma das pautas prioritárias da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia nos anos de 1888 e 1889, o que demonstra a dimensão que ela tomou e de que forma esteve interligada a pautas fundamentais daquela sociedade que passava por transformações profundas, como enfaticamente apontou o deputado Antônio Bahia, no final da sessão de julho de 1888.

A possibilidade de aprender as primeiras letras na fase adulta, em meio ao contexto de declínio da escravidão no Brasil e também do Império brasileiro, é algo

relevante, pois evidencia como alguns governantes pensaram a educação de trabalhadores “manuais”, grande parte analfabetos. A intensidade e a recorrência dos debates demonstram nitidamente, entre outras coisas, o quanto as ações governamentais pretendiam determinar até que nível escolar seria possibilitado a esses sujeitos.

É possível observar também como os professores e os diretores da Instrução Pública articularam essa escolarização, como os alunos buscaram o aprimoramento de suas atividades laborais e/ou a mudança da condição de letramento que tinham, também em contraponto aos interesses de governantes e senhores. Assim sendo, o processo de abolição da escravidão foi um motivador para as discussões acirradas sobre as escolas noturnas na Bahia. Neste sentido, o debate interessava tanto aos que defenderam o fim da escravidão e se mostravam preocupados com as condições de trabalho dos egressos do cativeiro quanto por aqueles que temiam a liberdade dos “treze de maio” por questão de segurança, temendo crimes por parte desses sujeitos. Essa abolição gerou expectativas em todos os setores daquela sociedade, que foi construída tendo a escravidão como um de seus pilares.

As escolas noturnas continuaram a funcionar e a serem discutidas quanto à viabilidade de seu funcionamento, mesmo após o decreto de fim da escravidão e a proclamação da República no Brasil. Elas foram estudadas nesse trabalho focando no processo de uma das maiores transformações no Brasil do século XIX, e a esse tempo dediquei a análise de como essas escolas foram criadas e discutidas em meio a essas e a outras questões próprias desse tempo. No processo de criação e permanência dessas escolas houve aderências, ressalvas e resistências, dentro das concepções políticas, sociais e econômicas dessa época, mas com a participação ativa das pessoas que estudaram nessas aulas.

Por tudo isso, penso que o campo historiográfico da História Social da Educação é muito importante e tem grande relevância, não só por estar intimamente conectado com os considerados “grandes temas” históricos e historiográficos, mas por ser essencial para compreender os processos e organizações de ensino ao longo do tempo, dentro e fora do espaço escolar, levando em consideração a atuação dos sujeitos inseridos nos processos. Particularmente, integrantes da população negra que até os dias atuais não partilham das mesmas condições de vida de pessoas de outras origens.

Não é a toa que na chamada História contemporânea, a formação dos Estados nacionais têm como uma de suas pautas principais as formas de como a educação deve ser dirigida e organizada para ser concebida, inclusive no momento atual, quando uma

“onda” conservadora urge em vários países. As formas de educação têm sido redesenhadas de acordo com os governos que têm sido colocados no poder, portanto, este é mais um motivo importante para buscar compreender tais questões, analisando como os tipos de ensino foram elaborados na história brasileira.

**BIBLIOGRAFIA**

ABREU, Sandra Elaine Aires de. *A instrução primária na Província de Goiás no século XIX*. 201f. Tese (Doutorado) - Programa de Educação: História, Política e Sociedade - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMORIM, Simone Silveira. *Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX- 1827 a 1880*. 144 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade da Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.

ANANIAS, Mauriceia. "Propostas de educação popular em Campinas". *Cadernos Cedex*. ano XX, n. 51, novembro, 2000.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador (1811-1860)*. São Paulo: Corrupio, 1988.

ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. *Uma trama na história: A criança no processo de escolarização nas últimas décadas do período imperial. 1866-1886*. 309 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*, Campinas: Editora da UNICAMP; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahiandão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

BASTOS, Maria Helena Camara, FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs). *A Escola Elementar no Século XIX: O Método Monitorial/Mútuo*. Passo Fundo: Editora Ediupf, 1999.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs.). *Leituras, práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BRITO, Jailton Lima. *A Abolição na Bahia, 1870-1888*. Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

BRITTO, J.M.; FÁVERO, M.L.A. (Ed.). *Dicionário dos educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. “O novo e o velho: mestres e aprendizes na pintura baiana. (1790-1850)”. *VII Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte*. Porto, 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6160.pdf>.

CARVALHO, José Murilo de. “A vida política”. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *História do Brasil nação* (1808-2010): A construção nacional. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, Fundação Mapfre, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cidadania no Brasil: O longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. 262 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CASTILHO, Lisa Earl. “O terreiro do Alaketu e seus fundadores: História e genealogia familiar, 1807-1867”. *Afro-Ásia*, n. 43, (2011). p. 227-8. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21225>.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

\_\_\_\_\_. *Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. *O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

CORREIA, Marilza da Silva. *A educação popular no Brasil Império: As primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas, 1870-1889*. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À Luz das Lamparinas: As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)*. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CRUZ, Marileia dos Santos. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX*. 195 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação escolar / Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

DAMASCENO, Ana Daniella. *Escolas Noturnas no Ceará: Ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República*. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Programa

de Pós- graduação do Centro de Educação - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.

DICK, Sara Martha. *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o liceu provincial. 1860-1890*. 280 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Bahia - Universidade Federal de Bahia. Salvador, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

\_\_\_\_\_. “Representações da escola e do alfabetismo no século XIX”. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes, GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs.). *Leituras, práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de, ROSA, Walquíria Miranda e INÁCIO, Marcilaine Soares. O método mútuo e a formação docente no Brasil no século XIX: a qualificação da escola e a desqualificação do trabalho docente. *Educação em foco*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Set. 2002/fev. 2003. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/apresentacao-revista-educacao-em-foco/edicoes-anteriores-2/ano-2002/historia-da-educacao-setembro-2002fev-2003/>.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Os ofícios mecânicos e o negro no espaço urbano de Salvador. *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Íbero Americano*. Universidade Federal de Minas Gerais, nov. 2006.

FONSECA, Luís Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Recife: Editora Massangana, 1987.

FONSECA, Marcus Vinícius e BARROS, Surya Pombo de (Org). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado) - Programa de pós graduação em educação - USP. São Paulo 2007.

FONSECA, T. N. de L e. Ver para compreender: arte, livro didático e história da nação. In: KÖPKE, J. (coleção de) *Quarto livro de leituras: para uso das escolas primárias e secundárias*. 20ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

FRANÇA, Aldaires Souto. *Uma educação imperfeita para uma liberdade imperfeita: escravidão e educação no Espírito Santo – 1869 a 1889*. 312 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

FRANKLIN, Benjamin. *A ciência do bom homem Ricardo ou meios de fazer fortuna (1706-1790)*. - Lisboa: Typ. Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1825.

GAMA, Hugo e NASCIMENTO, Jaime (Org). *A urbanização de Salvador em três tempos Colônia, Império e República: Textos críticos de História urbana*. Volume I. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, 2011.

GONÇALVES, Vera Teresa Valdemarin. *O liberalismo demiurgo: Estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GRINBERG, Keila, *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HAMILTON, David. Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna. *Revista Brasileira de História de Educação*. n. 1 jan./jun. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38750>.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. trad. Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*. n° 1, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/26>

KÖPKE, J. (coleção de) *Quarto livro de leituras: para uso das escolas primárias e secundárias*. 20ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda”: O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888. *Afro-Ásia*, n. 17, 1996.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A arte de ter um ofício (1872-1996): Liceu de artes e Ofícios da Bahia*. Liceu de artes e Ofícios da Bahia, Salvador, 1996.

LEÃO, Michele. *A participação de Rui Barbosa na reforma eleitoral que excluiu os analfabetos do direito de voto no Brasil*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOPES, Katia Geni Cordeiro. *A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade-corte: O caso da Escola da Imperial Quinta da Boa Vista*. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

LUZ, Itacir Marques da. *Compassos letrados: Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPB, João Pessoa, 2008.

MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas, SP: Ed Unicamp, 2012.

MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. O aprendizado da leitura no Brasil do século XIX. *Sociedade Brasileira de História da Educação*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/87.pdf>

MACHADO, Maria Cristina Gomes. O projeto de Rui Barbosa: O papel da educação na modernidade da sociedade. *Fundação Casa de Rui Barbosa*. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB\\_MariaCristina\\_Projeto\\_RuiBarbosa.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_MariaCristina_Projeto_RuiBarbosa.pdf)

MACHADO, Maria Helena Machado e GOMES, Flávio dos Santos. “Eles ficam “embatucados”, seus escravos sabiam ler: abolicionista, senhores e cativos leitores no alvorecer da liberdade”. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017.

MAGALHÃES, Justino. “Um contributo para a História do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do Antigo Regime”. In: *Educação, Sociedade e Culturas*, n 5. Porto: Afrontamento, 1996.

MATA, Iacy Maia. *Os treze de maio: ex senhores, polícia e libertos na Bahia (1888-1889)*. 98f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002.

MATTOS, Hebe M. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., (Descobrimos o Brasil), 2000.

MENDES, Luciano. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz. *Liberdade, Igualdade Pluralismo e cidadania: O Acesso à educação dos negros e mestiços na Bahia*. 452 f. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Córdoba, Argentina, 1997.

MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939.

NASCIMENTO, Anna Amélia. *Dez freguesias da cidade de Salvador*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, Secretaria de Cultura e Turismo, 1986.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. *Escola noturna primária em Minas gerais (1891-1924)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

NUNES, Maria Antonieta D’Aguiar. A formação dos sistemas públicos de educação no século XIX e sua efetivação na Província da Bahia. *Revista de História da Educação*.

2011. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Antonietta\\_Nunes2\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Antonietta_Nunes2_artigo.pdf).

\_\_\_\_\_ A trajetória de um político dedicado à educação: Sátiro de Oliveira Dias. *Gestão em Ação*, Salvador, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001. p. 33-47. Disponível em: <file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/NUNES%20-%20S%C3%A1tiro%20Dias.PDF>.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. 5ª edição. São Paulo: Edições Loyola – Ibrades, 1987.

PERES, Eliane. *Templo de Luz: Os Cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense 1875 – 1915*. Pelotas: Seiva publicações, 2001.

PINHEIRO, Eloisa Petti. Intervenções na freguesia da Sé 1850-1920. In: GAMA, Hugo e NASCIMENTO, Jaime (Org). *A urbanização de Salvador em três tempos Colônia, Império e República: Textos críticos de História urbana*. Volume I. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador, 2011.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003

\_\_\_\_\_ A greve negra de 1857 na Bahia. *Revista USP*, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25988>

\_\_\_\_\_ De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Afro-Ásia*. n. 24, 2000.

REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012.

RIZZINI, Irma. *O cidadão Polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. 453 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

ROCHA, Lúcia Maria da Franca. A escola normal na província da Bahia. *Sociedade Brasileira da História da Educação*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/10.pdf>.

SACRAMENTO, Cleivaldo de Almeida. *Mundos do Trabalho no Recôncavo Sul: Cotidiano, trabalhadores, costumes, conflitos e solidariedade (1879 – 1910)*. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador (1900-1950)*. 189 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998.

SANTANA NETO, José Pereira. *A alforria nos termos e limites da lei: o fundo de emancipação na Bahia (1871-1888)*. 170 f. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *A instrução popular na Corte imperial – 1870 a 1889*. 241 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

\_\_\_\_\_ De mestres-escolas a professores públicos: histórias de formação de professores na Corte Imperial, *Revista Educação*, Porto Alegre – RS, ano XXVIII, n. 2 (56), Maio/Ago. 2005.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEBRÃO, Graciane Daniela. *Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

\_\_\_\_\_ *Educação dos negros em Santa Catarina: narrativas, expectativas, experiências (1850-1889)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação - Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

SENA, Fabiana. Tesouro de meninas e tesouro de meninos: leitura de civilidade na América Portuguesa. *Educação Unisinos*, 2014, 312-319, Disponível em: [revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/download/edu.2014.183.10/4466file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/5348-27761-1-PB.pdf](http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/download/edu.2014.183.10/4466file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/5348-27761-1-PB.pdf).

SILVA, Fabiana de Cássia Tavares. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa?. *Educar*, Curitiba, n. 28, 2006, p. 201-216.

SILVA, José Carlos de Araújo. *O Recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras. (1827-1852): Um estudo do cotidiano escolar'*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. 373 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História Social – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SILVA, Mayara Plácido. *Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)*. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.

SILVA, Noemi Santos da. *O Batismo na Instrução Pública: Projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial*. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SILVA, Vicente Moreira da, *Escravos e criados nas escolas noturnas de primeiras letras na província do Paraná (1872-1888)*. 163 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação -Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia - 1870 a 1890*. 400 f. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós Graduados em História / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. “Padres educadores, abolicionismo e instrução pública na Bahia, 1878 a 1884” In: FONSECA, Marcus Vinícius e BARROS, Surya Pombo de. *A história da educação dos negros no Brasil* (Org). Niterói: EdUFF, 2016.

SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *A educação como prática política: formação e renovação de repertórios pedagógicos no segundo reinado (o Colégio Pedro II, o Ginásio Baiano e o culto à Ciência)*. 238 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SOUZA, Jacó Santos de. *Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*. 160 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - Universidade do Estado da Bahia, 2010.

TEIXEIRA, Eliane; FARIA FILHO, Luciano (Orgs). *500 anos de educação brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 91.

TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão e SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (orgs). *UFBA: do século XIX ao século XXI / Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação*. Salvador: EDUFBA, 2010.

VALDEZ, Diane. *A representação de Infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio César Borges: o Barão de Macahúbas (1856-1891)*. 207 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Unicamp, 2006.

VEIGA, Cynnthia Greive. História política e História da educação. In: FONSECA, Thais Nívea de Lima; VEIGA, Cynnthia Greive (Org). *História e historiografia da educação no Brasil*. 1ª Ed. 1ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

VENÂNCIO FILHO, A. Rui Barbosa. In: BRITTO, J.M.; FÁVERO, M.L.A. (Ed.). *Dicionário dos educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

WILDBERGER, Arnold. *Os presidentes da província da Bahia (1824-1889)*. Salvador: Tip. Beditina, 1849.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira”. *Revista Brasileira de História da Educação*. n° 4. jul./dez, 2002.

## FONTES

### Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)

- *Seção Provincial e Colonial: Documentos sobre a Instrução Pública*

Abaixo assinado dos alunos das aulas noturnas no Lyceu de Artes e Ofícios da Bahia ao Presidente da província da Bahia, João Antônio de Araujo Freitas Henriques, 15/05/1872. Seção legislativa, maço 986, documento s/n.

Fala do deputado Wenceslau Guimarães na Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa provincial, Julho de 1888. Annaes da Assembléia Legislativa Provincial, p. 109.

Informação de abertura da escola noturna da freguesia dos Mares, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco Jose da Rocha, 13/06/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3816, documento 397.

Informação sobre a frequência nas aulas noturnas do Inspetor geral das aulas Aristides Justo Cajueiro, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor de Carvalho, 22/09/1873. Seção Colonial e Provincial: maço 6547, documento s/n.

Mapa de aula do professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Manoel Machado Portela, 08/12/1889. Seção Colonial e Provincial: documento s/n.

Mapa de aula anexo ao ofício de informação de abertura de escola noturna do professor público, João Jonathas Martins Moscovó, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 20/10/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3816, documento 675.

Mapa dos alunos matriculados nas aulas do Imperial Liceu de Artes e Ofícios no ano de 1875, da secretaria do Liceu à Diretoria da Instrução Pública, Dr. Aprígio Amâncio Gonçalves, 1<sup>a</sup>. Secretário da Instrução Pública, 31/12/1875. Seção Colonial e Provincial: maço s/n, documento s/n.

Memorial do Liceu de Artes de Ofício da Bahia ao Presidente da Província, João Antônio de Araujo Freitas Henriques, 18/07/1878. Seção Colonial e Provincial: maço s/n, documento s/n.

Nomeação a professor interino de João José de Brito, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao Presidente da província, Francisco Gonçalves Martins, 29/12/2016. Seção Colonial e Provincial: maço 6543, documento s/n.

Ofício de informação de abertura de escola noturna na freguesia de Cachoeira, do professor, Antonio Bahia, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 19/07/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3816, documento 470.

Ofício de informação de abertura de escola noturna do professor público substituto André Avelino dos Santos Carnahiba ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 21/01/1872. Seção Colonial e Provincial: maço 6545, documento s/n.

Ofício de comunicação do advogado capitão Luiz José de Amorin ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Antônio de Araújo Freitas Henriques, 19/01/1872. Seção Colonial e Provincial: maço 3818, documento 33.

Ofício de informação de abertura de escola noturna no arraial do Cipó, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao Presidente da Província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques, 26/01/1872. Seção Colonial e Provincial: maço 6545, documento s/n.

Ofício de informação de abertura de escola noturna do professor Bernardino Antônio Ribeiro, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 22/01/1872. Seção Colonial e Provincial: maço s/n, documento s/n.

Ofício de informação de abertura escolas noturna do padre e professor Romualdo Maria de Seixas Barroso à Diretoria Geral da Instrução Pública, 13/06/1871. Seção Colonial e Provincial: documento 397, maço 3816.

Ofício de pedido de abertura de escola noturna feminina do professor Pedro Luís de Jesus ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Romualdo Maria Barroso de Seixas, 19/10/1882. Seção Colonial e Provincial: maço 6045, documento 1804.

Ofício de solicitação de móveis velhos na da repartição das obras públicas, da professora Adélia Franklin da Conceição Lessa ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Romualdo Maria Barroso de Seixas, 22/05/1882. Seção Colonial e Provincial: maço 3350, documento 339.

Ofício de informação de abertura de escola noturna da freguesia do Pilar, do professor, Astério Marques Oliveira, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 20/11/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3827, documento 705.

Ofício de solicitação de abertura de primeira escola noturna da freguesia do Curato Sé, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao Presidente de Província, Francisco Martins, 15/06/1871. Seção Colonial e Provincial: documento 401, maço 3816.

Ofício de pedido de mobília e gratificação do professor Asterio Marques Oliveira ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco Jose da Rocha, 29/11/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3816, documento 756.

Ofício de solicitação de abertura de primeira escola noturna da freguesia do Curato Sé, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao Presidente de Província, Francisco Gonçalves Martins, 15/06/1871. Seção Colonial e Provincial: documento 401, maço 3816.

Ofício de solicitação de livros para segunda cadeira noturna da Sé, do professor João José de Brito, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor de Carvalho, 06/11/1873. Seção Colonial e Provincial: maço 6542, documento s/n.

Ofício do Diretor da Instrução Pública da Bahia, informando a doação de exemplares de livros do Dr. Abílio César Borges, para Instrução Pública, 08/01/1972. Seção Colonial e Provincial: maço 6543 documento s/n.

Ofício de informação de abertura de escola noturna da freguesia de Nossa Senhora Penha, do professor, Valentin da Rocha Bitencourt, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 04/11/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3818, documento 18.

Ofício de informação de abertura de escola noturna de Alcobaça, do Diretor da Instrução Pública da Bahia ao Presidente da Província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques, 21/01/1872. Seção Colonial e Provincial: maço 6542, documento s/n.

Ofício de aceitação de nomeação para professor substituto da escola noturna da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia do professor Aurélio Benigno Castilho ao vice diretor da Instrução Pública da Bahia, Antônio Franco da Costa Meireles, 30/10/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3827, documento 728.

Ofício de informação do pedido de abertura de escola noturna na freguesia de Nossa Senhora da Conceição Itapuã, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, ao Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, 29/11/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3816, documento 755.

Ofício de informação de encerramento de escola noturna da freguesia de Santo Antônio Além do Carmo pelo professor, Aristides Guedes Cabral, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 10/12/ 1871. Seção Colonial e Provincial: maço 6543, documento S/N.

Ofício informando o fechamento da escola noturna da freguesia de Umburanas, do professor, Martiniano de Santana ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 06/06/1872. Seção Colonial e Provincial: maço 3818, documento 693.

Ofício de informação de devolução de livro da escola noturna da freguesia de Riacho de Santana, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Jose Eduardo da Silva Freire, ao Presidente da Província da Bahia, Luiz Antônio da Silva Nunes, 1875. Seção Colonial e Provincial: maço 3830, documento 101.

Ofício sobre a reabertura da escola noturna da freguesia de São Pedro, Diretor da Instrução Pública da Bahia, José Eduardo da Silva Freire, ao Presidente da Província da Bahia, Luiz Antônio da Silva Nunes, 1875. Seção Colonial e Provincial: maço 3831, documento 351.

Ofício de informação do vice-diretor geral da Instrução Pública da Bahia, Antonio Franco da Costa Meireles, ao Presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins, 28/08/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3816, documento s/n.

Ofício de solicitação de progressão na carreira docente do professor Alcides Jorge Ferreira ao Presidente da província, O Barão Homem de Melo, Agosto de 1878. Seção Colonial e Provincial: maço 6560, documento s/n.

Ofício de requerimento de abertura de escola noturna em Ilhéus do professor público, João Dias Guimarães Caldas, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 16/10/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3815, documento 662.

Ofício de solicitação de abertura de escola noturna na freguesia de Santana, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, 16/10/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3816, documento 664.

Ofício informação de pedido de abertura de escola noturna dos moradores da freguesia de Brotas do Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Eduardo Freire de Carvalho, ao Presidente da Província, Antônio Cândido da Cruz Machado, 18/04/1874. Seção Colonial e Provincial: maço 3827, documento 283.

Ofício informação de pedido de abertura de escola noturna dos moradores da freguesia de Brotas, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Eduardo Freire de Carvalho, ao Presidente da Província, Antônio Cândido da Cruz Machado, 18/04/1874. Seção Colonial e Provincial: documento 283, maço 3827.

Ofício de pedido de abertura de escola noturna por moradores da freguesia de Trindade do Massacará, do diretor da Instrução Pública da Bahia, João Eduardo Freire de Carvalho, ao presidente da província, Antônio Cândido da Cruz Machado, 28/09/1874. Seção Colonial e Provincial: maço 3827, documento s/n.

Ofício sobre o andamento da aula noturna do vigário da freguesia de Santana da Aldeia, João Nestor de Carvalho, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor de Carvalho, 25/10/1873. Seção Colonial e Provincial: maço 3816, documento 675.

Ofício de orientação para o andamento para a escola noturna de Capim Grosso, do professor, João José de Andrade Dantas, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor Carvalho, 08/02/1872. Seção Colonial e Provincial: maço 6545, documento s/n.

Ofício de orientação para o andamento para a escola noturna de Capim Grosso, do professor, João José de Andrade Dantas, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor Carvalho, 08/02/1872. Seção Colonial e Provincial: maço 6545, documento s/n.

Ofício de orientação para o andamento para a escola noturna de Capim Grosso, do professor, João José de Andrade Dantas, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor Carvalho, 08/02/1872. Seção Colonial e Provincial: maço 6545, documento s/n.

Ofício de informação de abertura de escola noturna do professor público, João Jonathas Martins Moscovó, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 20/10/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3816, documento 675.

Ofício de informação de abertura de escola noturna pra escravos na freguesia de Brejo Grande, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor de Carvalho, ao

Presidente da Província, João José de Almeida Couto, 1873. Seção Colonial e Provincial: maço 3821, documento 82.

Ofício do Professor Antônio José de Moraes Antônio José de Moraes ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Eduardo Freire de Carvalho, 12/05/1888. Seção Colonial e Provincial: maço 3863, documento 39.

Ofício de informação de abertura de escola noturna para ingênuos e libertos na freguesia de Maré do professor, Clarimundo Jerônimo dos Santos Lima, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Eduardo Freire de Carvalho, 19/06/1888. Seção Colonial e Provincial: maço 3863, documento 392.

Pedido de gratificação encaminhado pelo Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins, 06/10/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 3816, documento 639.

Relatório da primeira cadeira da escola noturna da Sé professor, Argiro José dos Santos Machado, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 31/12/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 6543, documento s/n.

Relatório anual do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 31/12/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 6543, documento S/N

Relatório do professor Adelino da Silva e Oliveira ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, dezembro de 1871. Seção Colonial e Provincial: maço 6545, documento s/n.

Relatório do inspetor literário, Aristides Justo Cajueiro, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor de carvalho, 16/03/1872, Seção Colonial Provincial, maço 6542, documento s/n.

Relatório do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 31/12/1871. Seção Colonial e Provincial: Instrução Pública, documento s/n, maço 6543.

Relatório do inspetor geral dos estudos Cynildo Sely Pessoa de Barros ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, 26 de janeiro de 1872. Seção Colonial e Provincial: documento s/n, maço 6545.

Relatório do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, 31/12/1871. Seção Colonial e Provincial: maço 6543, documento s/n.

Resposta do Ministério Imperial ao Presidente da Província da Bahia, João José de Almeida Couto, 21/06/1872. Seção Colonial e Provincial: maço 6545, documento s/n.

Solicitação de livros do professor João José de Brito, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor de Carvalho. Seção Colonial e Provincial: maço 6542, documento s/n.

Solicitação de livros do professor Tiburtino Alves Mainard, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, José Eduardo Freire de Carvalho, 10/07/1874. Seção Colonial e Provincial: maço 3826, documento 541.

- *Documentos da Assembléia Geral Legislativa da Bahia*

Annaes da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, 1888. Sessão Ordinária de junho, p. 36.

Annaes da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, 1888. Sessão Ordinária de 23 de julho, p. 68.

Annaes da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, 1888. Sessão Ordinária de 23 de julho, p. 137.

Annaes da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, 1889. Sessão Ordinária de Março, p. 46.

#### **Fontes disponíveis em formato digital**

- *Relatório de Presidentes Provinciais*

Antonio de Araújo de Aragão Bulcão. Relatório do Presidente da Província da Bahia, em 1882. p. 27. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u065/000302.html> Acessado em: 05 ago.2014.

Fala do conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza. 2ª Sessão da 24ª Legislatura da Assembleia Provincial da Bahia, em 3 de abril de 1883. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/159/000042.html>. Acessado em: 05 fev. 2014.

Fala do Presidente da Província Manuel Machado Portela. Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1889. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u068/000074.html> Acessado em: 12 mai. 2016.

Francisco Gonçalves Martins. Relatório do Presidente da Província da Bahia, em 1869. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/136/000030.html> Acessado em: 09 abr. de 2016.

Francisco Gonçalves Martins. Relatório do Presidente da Província da Bahia, em 1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/139/000097.htm>. Acessado em: 09 abr. 2016.

Francisco José da Rocha. Relatório do Diretor da Instrução Pública da Bahia à Assembléia Legislativa Provincial, 1872. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000264.html>. Acessado em: 05 ago. 2014.

João Antônio de Araújo Freitas. Relatório do Presidente da Província, 1872, p. 1-23. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000264.html>. Acessado em: 10 abr. 2016.

João Vitor de Carvalho. Diretor Instrução Pública da Bahia, Relatório ao Presidente da Província da Bahia, João José de Almeida Couto, 1872. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000263.html> Acessado em: 05 mar. 2013.

João José D'Almeida Couto. Relatório do Presidente da província, 1873, p. 1-5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/144/000075.html>. Acessado em: 05 mar. 2013.

Manuel Machado Portela. Relatório do Presidente da Província da Bahia, 1889. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u068/000074.html>. Acessado em: 12 mai. 2016.

Romualdo Maria de Seixas Barroso. Relatório do Diretor da Instrução Pública da Bahia, 1881. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u064/000136.html>. Acessado em: 05 mar. 2013.

Romualdo Maria de Seixas Barros. Relatório do Diretor da Instrução Pública da Bahia no Relatório do Presidente da Província da Bahia, Pedro Luiz Pereira de Sousa, 1883. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/159/000324.html>. Acessado em: 10 set. 2014.

Romualdo Maria de Seixas Barros. Relatório do Diretor da Instrução Pública da Bahia, no Relatório do Presidente da Província da Bahia, Pedro Luiz Pereira de Sousa, 1884. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/159/000284.html>. Acessado em: 05 fev. 2014.

- *Biblioteca Nacional Digital (BNDigital): Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*

ANNAES da Assembléia Legislativa Provincial da Bahia, 1874. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=238961&PagFis=0&>, p. 56. Acessado em: 18 out. 2016.

CORREIO da Bahia, 23 out. 1873. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 18 ago. 2016.

CORREIO da Bahia, 25 out. 1873, Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=303488&pesq=, p2>. Acessado em: 20 mai. 2016.

GAZETA da Bahia, 9 mai. 1882. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213454&pesq=,p1>. Acessado em 16 mai. 2016.

O GUAYACRU, 1 fev. 1851. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 16 mai. 2016.

O DEMOCRATA, 7 set. 1871. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=749729&pesq=,p2>. Acessado em: 18 ago. 2016.

O MONITOR, 12 jan. 1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&PagFis=267&Pesq=nocturnas>. Acessado em: 18 ago. 2016.

6ª Sessão Ordinária da Assembléia legislativa Provincial da Bahia, 06 mar. 1874. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 02 ago. 2016.

10ª Sessão Ordinária da Assembléia legislativa Provincial da Bahia, 15 mar. 1875. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 25 ago. 2016.

15ª Sessão Ordinária da Assembléia legislativa Provincial da Bahia, 14 mar. 1873. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acessado em: 18 ago. 2016.

- *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE*

IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> Acessado em: 18 de out. de 2016.

IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. (Província da Bahia/Freguesia de Brotas). Disponível em: <https://archive.org/stream/recenseamento1872ba/ProvinciaDaBahia#page/n27/mode/2up> Acessado em: 18 de out. de 2016.

IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. (Província da Bahia/Freguesia de Trindade do Massacará). Disponível em: <https://archive.org/stream/recenseamento1872ba/ProvinciaDaBahia#page/n373/mode/2up> Acessado em: 18 de out. de 2016.

IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. (Província da Bahia/Freguesia de Santana d'Aldeia). Disponível em: <https://archive.org/stream/recenseamento1872ba/ProvinciaDaBahia#page/n207/mode/2up> Acessado em: 18 de out. de 2016.

IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. (Província da Bahia/ Vila de Capim Grosso). Disponível em: <https://archive.org/stream/recenseamento1872ba/ProvinciaDaBahia#page/n417/mode/2up> Acessado em: 18 de out. de 2016.

- *Legislação*

COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil (1878). *Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html> Acessado em: 10 Maio 2017

IMPÉRIO DO BRAZIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Império (Ato Adicional de 1834). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm). Acessado em 09 abr. 2016.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Decreto Nº 1.331-A de 17 de Fevereiro de 1854*. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acessado em 09 abr. 2016

## NOTAS

<sup>1</sup> TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão e SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da (Orgs). *UFBA: do século XIX ao século XXI* / Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação. Salvador: EDUFBA, 2010.

<sup>2</sup> MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório do Presidente da Província da Bahia* (1870). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/139/000097.htm>. Acessado em: 09 abr. 2016.

<sup>3</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

<sup>4</sup> As escolas normais foram criadas em 1836 para formação de professores. Cf: SILVA, José Carlos de Araújo. *O Recôncavo baiano e suas escolas de primeiras letras*. (1827-1852): Um estudo do cotidiano escolar'. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999.

<sup>5</sup> SILVA, José Carlos de Araújo. op. cit., p.71.

<sup>6</sup> PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil; educação popular e educação de adultos*. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

<sup>7</sup> José Carlos de Araújo. op. cit., p.71.

<sup>8</sup> SOUSA, Ione Celeste de Jesus. "Padres educadores, abolicionismo e instrução pública na Bahia, 1878 a 1884" In: FONSECA, Marcus Vinícius e BARROS, Surya Pombo de. *A história da educação dos negros no Brasil* (Org). Niterói: EdUFF, 2016. p. 217-245.

<sup>9</sup> SILVA, José Carlos de Araújo. op. cit., p.71.

<sup>10</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. "Representações da escola e do alfabetismo no século XIX". In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira (Orgs). *Leituras, práticas, impressos, letramentos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 143-164.

<sup>11</sup> Sobre ensino mútuo, ver: BASTOS, Maria Helena Camara, FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Orgs). *A Escola Elementar no Século XIX: O Método Monitorial/Mútuo*. Passo Fundo: Editora Ediupf, 1999.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de, ROSA, Walquíria Miranda e INÁCIO, Marilaine Soares. "O método mútuo e a formação docente no Brasil no século XIX: a qualificação da escola e a desqualificação do trabalho docente". *Educação em Foco*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Set. 2002/fev. 2003. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/apresentacao-revista-educacao-em-foco/edicoes-antiores-2/ano-2002/historia-da-educacao-setembro-2002fev-2003/Acessado em: 01 set. 2017>.

<sup>12</sup> SILVA, José Carlos de Araújo. op. cit., p. 52.

<sup>13</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. E FERRAZ, Luiz Pedreira do Coutto. *Decreto Nº 1.331-A de 17 de Fevereiro de 1854*. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acessado em 09 abr. 2016.

<sup>14</sup> FONSECA, Luís Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Recife: Editora Massangana, 1987. p. 486.

<sup>15</sup> FONSECA, Marcus Vinícius. *A educação dos negros: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. BARROS, Surya Pombo de (org). *A história da educação dos negros no Brasil*. Niterói: EdUFF, 2016.

\_\_\_\_\_. *Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX*. Tese (Doutorado) - Programa de pós graduação em educação - USP. São Paulo 2007.

<sup>17</sup> SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez de. *Educar e Instruir: A instrução popular na corte Imperial –1870 a 1889*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Mestrado e Doutorado da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997 e RIZZINI, Irma. *O cidadão Polido e o selvagem bruto: a educação dos meninos desvalidos na Amazônia Imperial*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

<sup>18</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 281.

<sup>19</sup> MENEZES, Jaci Maria Ferraz. *Liberdade, Igualdade Pluralismo e cidadania: O Acesso à educação dos negros e mestiços na Bahia*. Tese (Doutorado) - Universidade Católica de Córdoba, Argentina, 1997. p. 79.

- <sup>20</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao Povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia - 1870 a 1890*. Tese (Doutorado) - Programa de Estudos Pós Graduados em História / Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.
- <sup>21</sup> AMORIM, Simone Silveira. *Configuração do trabalho docente e a instrução primária em Sergipe no século XIX- 1827 a 1880*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade da Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2013.
- <sup>22</sup> SANTOS, Jucimar Cerqueira dos. "O estabelecimento das escolas noturnas baianas no final do século XIX". *Cadernos do CEOM*. Chapecó, v. 30, n. 46, Jun/2017. p. 81-90.
- <sup>23</sup> Serão utilizadas algumas nomenclaturas presentes na documentação do final do século XIX. Assim, para se referir aos alunos não brancos, o termo utilizado será "alunos de cor".
- <sup>24</sup> CRUZ, Marileia dos Santos. *Escravos, forros e ingênuos em processos educacionais e civilizatórios na sociedade escravista do Maranhão no século XIX*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação escolar / Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008. p. 81.
- <sup>25</sup> Cf: LUZ, Itacir Marques da. *Compassos letrados: Profissionais negros entre instrução e ofício no Recife (1840-1860)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, UFPB, João Pessoa, 2008.; MAC CORD, Marcelo. *Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife oitocentista*. Campinas: Ed Unicamp, 2012.
- <sup>26</sup> CORREIA, Marilza da Silva. *A educação popular no Brasil Império: As primeiras iniciativas de escolas noturnas em Alagoas, 1870-1889*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011. p. 34.
- <sup>27</sup> MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1939. p. 604.
- <sup>28</sup> RIZZINI, Irma. *O cidadão...* op. cit., p. 71.
- <sup>29</sup> ABREU, Sandra Elaine Aires de. *A instrução primária na Província de Goiás no século XIX*. Tese (Doutorado) - Programa de Educação: História, Política e Sociedade - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006. p. 118.
- <sup>30</sup> FRANÇA, Aldaires Souto. *Uma educação imperfeita para uma liberdade imperfeita: escravidão e educação no Espírito Santo - 1869 a 1889*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.
- <sup>31</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Educar...* op. cit., p. 168.
- <sup>32</sup> COSTA, Ana Luiza Jesus da. *À Luz das Lamparinas: As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- <sup>33</sup> HAMILTON, David. "Notas de lugar nenhum: sobre os primórdios da escolarização moderna". *Revista Brasileira de História de Educação*. n. 1 jan./jun. 2001. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38750>. Acesso em 07 mar. 2019.
- <sup>34</sup> MAGALHÃES, Justino. "Um contributo para a História do processo de escolarização da sociedade portuguesa na transição do Antigo Regime". *Educação, Sociedade e Culturas*, n 5. Porto: Afrontamento, 1996. p. 10.
- <sup>35</sup> LOPES, Katia Geni Cordeiro. *A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade-corte: O caso da Escola da Imperial Quinta da Boa Vista*. (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.
- <sup>36</sup> BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. *Negrinhos que por ahilandão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação / Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- <sup>37</sup> AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*, Campinas: Editora da UNICAMP; Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 1999. p. 94.
- <sup>38</sup> ANANIAS, Mauriceia. "Propostas de educação popular em Campinas". *Cadernos Cedex*, ano XX, n. 51, novembro, 2000. p. 72.
- <sup>39</sup> PERES, Eliane. *Templo de Luz: Os Cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense 1875 - 1915*. Pelotas: Seiva publicações, 2001.
- <sup>40</sup> ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. *Uma trama na história: A criança no processo de escolarização nas últimas décadas do período imperial. 1866-1886*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. p. 102.
- <sup>41</sup> SILVA, Vicente Moreira da, *Escravos e criados nas escolas noturnas de primeiras letras na província do Paraná (1872-1888)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.
- <sup>42</sup> SILVA, Noemi Santos da. *O Batismo na Instrução Pública: Projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. p. 9.

<sup>43</sup> Cf: SEBRÃO, Graciane Daniela. *Presença/Ausência de africanos e afrodescendentes nos processos de escolarização em Desterro – Santa Catarina (1870-1888)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010; SEBRÃO, Graciane Daniela. *Educação dos negros em Santa Catarina: narrativas, expectativas, experiências (1850-1889)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

<sup>44</sup> IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> Acessado em: 09 abr. 2016

<sup>45</sup> MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório do Presidente da Província da Bahia (1869)*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/136/000030.html> Acessado em: 09 abr. 2016.

<sup>46</sup> \_\_\_\_\_. *Relatório do Presidente da Província da Bahia (1870)*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/139/000097.htm>. Acessado em: 09 abr. 2016.

<sup>47</sup> Sobre teorias racialistas, Cf: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>48</sup> BRITO, Jailton Lima. *A Abolição na Bahia, 1870-1888*. Salvador, Centro de Estudos Baianos da UFBA, 2003.

<sup>49</sup> PINHEIRO, Eloisa Petti. “Intervenções na freguesia da Sé 1850-1920”. In: GAMA, Hugo e NASCIMENTO, Jaime (Org). *A urbanização de Salvador em três tempos Colônia, Império e República: Textos críticos de História urbana. Volume I. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Salvador, 2011. p. 131-132.

<sup>50</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

<sup>51</sup> Alessandra Schueler discute a diferença entre os termos educação e instrução que foi estabelecida por Ilmar Mattos. Segundo ela, a educação se referia aos sentimentos religiosos e morais cuja transmissão deveria ser reservada às famílias e, instrução era o conjunto de conhecimentos que o Estado deveria proporcionar aos cidadãos. No Império brasileiro essa distinção não parece ter se imposto tão plenamente. Nesse sentido, Ilmar R. de Mattos, ao realizar uma análise da política no Brasil do século XIX, demonstra a educação e a instrução como elementos de construção do Estado e do monopólio da Coroa. SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. op. cit.,; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema*. 5ª edição, São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 265-266.

<sup>52</sup> MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório do Presidente da Província da Bahia (1869)*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/136/000030.html> Acessado em: 09 abr. 2016.

<sup>53</sup> Cf: CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania...* op. cit.,; CHALHOUB, Sidney. *Machado...* op. cit.,

<sup>54</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Educar...* op. cit., p. 13.

<sup>55</sup> MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório do Presidente da Província da Bahia (1870)*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/139/000097.htm>. Acessado em 09 abr. 2016.

<sup>56</sup> VEIGA, Cynnthia Greive. História política e História da educação. In: FONSECA, Thais Nívea de Lima; VEIGA, Cynnthia Greive (Org). *História e historiografia da educação no Brasil*. 1ª Ed. 1ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 39.

<sup>57</sup> IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> Acessado em: 09 abr. 2016

<sup>58</sup> CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. *O aprendizado da liberdade: educação de escravos, libertos e ingênuos na Bahia oitocentista*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 25.

<sup>59</sup> SANTANA NETO, José Pereira. *A alforria nos termos e limites da lei: o fundo de emancipação na Bahia (1871-1888)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.

<sup>60</sup> SOUZA, Jacó Santos de. *Vozes da abolição: escravidão e liberdade na imprensa abolicionista cachoeirana (1887-1889)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local - Universidade do Estado da Bahia, 2010. p. 125.

<sup>61</sup> SOUSA, Ione Celeste de Jesus. *Escolas...* op. cit., p. 32.

<sup>62</sup> FONSECA, Marcus Vinícius da. op. cit., p. 33.

<sup>63</sup> BRITO, Jailton Lima. op. cit., p. 35.

<sup>64</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas...* op. cit., p. 114.

<sup>65</sup> MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório do Presidente da Província da Bahia (1869)*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/136/000030.html> Acessado em: 09 abr. 2016.

<sup>66</sup> Não foram encontradas mais informações sobre essa comissão e como se deu a elaboração da reforma em discussão.

- <sup>67</sup> WILDBERGER, Arnold. *Os presidentes da Província da Bahia (1824-1889)*. Salvador: Tip. Beneditina, 1849. p. 371.
- <sup>68</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- <sup>69</sup> O GUAYACRU. Bahia, 1 fev. 1851. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/ e http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=709794&PagFis=753&Pesq=1851> Acessado em: 16 out. 2016
- <sup>70</sup> WILDBERGER, Arnold. op. cit., p. 371.
- <sup>71</sup> FONSECA, Luís Anselmo da. op. cit., p. 214.
- <sup>72</sup> Ibidem, p. 271.
- <sup>73</sup> REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”. *Revista USP*, 2001, p. 21. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25988> Acessado em: 16 out. 2016
- <sup>74</sup> BRITO, Jailton Lima. op. cit., p. 71.
- <sup>75</sup> SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *A educação como prática política: formação e renovação de repertórios pedagógicos no segundo reinado (o Colégio Pedro II, o Ginásio Baiano e o culto à Ciência)*. Tese (Doutorado) - Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015. p. 38.
- <sup>76</sup> VALDEZ, Diane. *A representação de Infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio César Borges: o Barão de Macahúbas (1856-1891)*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Unicamp, 2006. p. 40.
- <sup>77</sup> SOUZA, Carlos Eduardo Dias. op. cit., p. 45.
- <sup>78</sup> MARTINS, Francisco Gonçalves. *Relatório do Presidente da Província da Bahia (1870)*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/139/000097.htm>. Acessado em 09 abr. 2016.
- <sup>79</sup> CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. op. cit., p. 57. E CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- <sup>80</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas...* op. cit., p. 212.
- <sup>81</sup> AMORIM, Simone Silveira. op. cit., p. 147.
- <sup>82</sup> FRANÇA, Aldaires Souto. op. cit., p. 194.
- <sup>83</sup> SOUSA, Ione Celeste de Jesus. *Escolas...* op. cit., p. 6.
- <sup>84</sup> SCHEUELER, Alessandra. op. cit., p. 11.
- <sup>85</sup> PERES, Eliane. op. cit., p. 46.
- <sup>86</sup> Cf: GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- <sup>87</sup> VEIGA, Cynntia Greive. op. cit. p. 36-7.
- <sup>88</sup> SOUSA, Ione Celeste de Jesus. *Escolas...* op. cit., p. 32.
- <sup>89</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes de, ROSA, Walquíria Miranda e INÁCIO, Marcilaine Soares. op. cit., p. 144-145.
- <sup>90</sup> DICK, Sara Martha. *As políticas públicas para o ensino secundário na Bahia: o liceu provincial. 1860-1890*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Bahia - Universidade Federal de Bahia. Salvador, 2001.
- <sup>91</sup> Sobre a realidade de professores no século XIX Cf: SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. “De mestres-escolas a professores públicos”: histórias de formação de professores na Corte Imperial, *Revista Educação*. Porto Alegre, ano XXVIII, n. 2 (56), Maio/Ago, 2005. p. 333 – 351; MENDES, Luciano. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.; VILLELA, Heloísa. “O mestre e a professora”. In: TEIXEIRA, Eliane; FARIA FILHO, Luciano (Orgs). *500 anos de educação brasileira*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 95-134.
- <sup>92</sup> RELATÓRIO do Inspetor Geral dos estudos Cynildo Sely Pessoa de Barros ao diretor da Instrução Pública (26 jan. 1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n. Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>93</sup> Idem.
- <sup>94</sup> Idem.
- <sup>95</sup> Idem.
- <sup>96</sup> Idem.
- <sup>97</sup> Idem.
- <sup>98</sup> Idem
- <sup>99</sup> Sara Dick analisa a escolarização para mulheres no final do século XIX, principalmente para o nível secundário, muito influenciado pelo Cônego Dom Romualdo Maria de Seixas Barroso. DICK, Sara Martha. op. cit., p. 118.

<sup>100</sup> RELATÓRIO do Inspetor Geral dos estudos Cynildo Sely Pessoa de Barros ao Diretor da Instrução Pública (26 jan. 1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>101</sup> OFÍCIO de pedido de abertura de escola noturna feminina do professor Pedro Luís de Jesus ao Diretor da Instrução Pública, Romualdo Maria Barroso de Seixas (19 out. 1882). Seção Colonial e Provincial: Documento 1804. Maço 6045. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>102</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas...* op. cit., p. 202.

<sup>103</sup> GAZETA da Bahia. Salvador, 10 mai. 1882. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=213454&pesq> Acessado em: 11 mai. 2017.

<sup>104</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril – Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>105</sup> OFÍCIO de solicitação de móveis velhos na da repartição das obras públicas, da professora Adélia Franklin da Conceição Lessa ao diretor da Instrução Pública, Romualdo Maria Barroso de Seixas (22 mai. 1882). Seção Colonial e Provincial: Documento 339. Maço 3350. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>106</sup> OFÍCIO de permissão para abertura de escola noturna na rua do Passo do professora Hermelinda Valeriano dos Santos ao presidente da província Manoel Machado Portela (08 jun.1888). Sessão Colonial e Provincial: Documento 799. Maço 6580. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>107</sup> OFÍCIO de permissão de abertura de escola noturna na povoação do Sacco, ao presidente da província Manoel Machado Portela (14 jun.1888). Documento 817. Maço 6580. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>108</sup> PERES, Eliane. op. cit., p. 48.

<sup>109</sup> RELATÓRIO do Inspetor Geral dos estudos Cynildo Sely Pessoa de Barros ao Diretor da Instrução Pública (26 jan. 1872). Sessão Colonial Provincial: Documento s/n, Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>110</sup> FREITAS, João Antônio de Araujo. *Relatório do Presidente da Província* (1872). p. 1-23. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000264.html> Acessado em: 10 Maio 2017.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial. 15ª Sessão Ordinária (14 mar. 1873). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=238961&pesq=>, p. 84. Acessado em: 10 Maio 2017

<sup>113</sup> ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial. 6ª Sessão Ordinária (06 mar. 1874). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=238961&pesq=>, p. 15. Acessado em: 10 Maio 2017

<sup>114</sup> OFÍCIO de informação de abertura de escola noturna da freguesia do Pilar, do professor, Astério Marques Oliveira, ao diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (20 nov. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 705. Maço 3827. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>115</sup> OFÍCIO de pedido de mobília e gratificação do professor Asterio Marques Oliveira, ao diretor da Instrução Pública, Francisco Jose da Rocha (29 nov. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 756. Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>116</sup> SILVA, José Carlos Araújo. op. cit., p. 137.

<sup>117</sup> PEDIDOS de gratificação encaminhados pelo diretor da Instrução Pública, Francisco José da Rocha, ao Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins (06 out. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 639. Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>118</sup> DICK, Sara Martha. op. cit., p. 126.

<sup>119</sup> COUTO, João José D'Almeida. *Relatório do Presidente da Província* (1873). p. 1-5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/144/000075.html>. Acessado em: 10 Maio 2017.

<sup>120</sup> COUTO, João José D'Almeida. *Relatório do Presidente da Província* (1873). p. 1-5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/144/000075.html>. Acessado em: 10 Maio 2017.

<sup>121</sup> Segundo Lúcia Maria da Franca Rocha, a lei de 1836, que criou a Escola Normal, determinava que a instituição fosse destinada, principalmente, à formação de alunos do sexo masculino, embora estivesse prevista a formação de mestres femininos para a instrução primária em um curso especial, com o currículo voltado para o ensino das matérias do ensino primário, acrescido de desenho linear e prendas domésticas. Apesar do plano de estudos ser diferenciado, os professores eram os mesmos para ambos os sexos e lecionavam alunas e alunos em dias alternados. Os alunos deveriam ter entre 16 e 20 anos, terem sido aprovados em alguma aula de instrução primária e dar provas de bom comportamento, uma vez que a conduta dos professores era motivo de insistente reprovação por parte das autoridades. A duração do curso era de dois anos e compreendia apenas duas cadeiras: a de métodos de ensino simultâneo e mútuo e a de leitura, caligrafia, aritmética, desenho linear, princípios de religião cristã, gramática filosófica da língua portuguesa. E assim era ser professor na Bahia no final do século XIX. ROCHA, Lúcia Maria da

Franca. “A escola normal na província da Bahia”. *Sociedade Brasileira da História da Educação*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/10.pdf>. Acessado em: 07 mar. 2019.

<sup>122</sup> COUTO, João José D’Almeida. *Relatório do Presidente da Província* (1873). p. 1-5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/144/000075.html>. Acessado em: 10 Maio 2017.

<sup>123</sup> O MONITOR. Bahia, 23 ago. 1876 ou 12 jan. 1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704008&PagFis=267&Pesq=nocturnas> Acessado em: 10 Maio 2017.

<sup>124</sup> ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial. 10ª Sessão Ordinária (15 mar. 1875). Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=238961&pesq=>, p23 Acessado em: 10 Maio 2017

<sup>125</sup> COUTO, João José D’Almeida. *Relatório do Presidente da Província* (1873). p. 1-5. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/144/000075.html>. Acessado em: 10 Maio 2017.

<sup>126</sup> GONÇALVES, Vera Teresa Valdemarin. *O liberalismo demiurgo. Estudo sobre a reforma educacional projetada nos Pareceres de Rui Barbosa*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000. p. 61.

<sup>127</sup> COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil (1878). *Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html> Acessado em: 10 Maio 2017

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> PERES, Eliane. op. cit, p. 97.

<sup>130</sup> CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. op. cit., p. 28.

<sup>131</sup> NUNES, Maria Antonieta D’Aguiar. “Uma avançada proposta de reforma educacional no ultimo quartel do século XIX brasileiro: Leôncio de Carvalho e os Pareceres de Rui Barbosa”. *Revista Entreideias*. n. 4, 2000. p. 9. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/viewFile/2936/2100> Acessado em: 10 Maio 2017.

<sup>132</sup> Cf: GRINBERG, Keila, *O fiador dos brasileiros- cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.; MATTOS, Hebe M. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., (Descobrimo o Brasil), 2000.

<sup>133</sup> Para Sidney Chalhoub, a expressão “classes perigosas” surgiu na primeira metade do século XIX, em um período em que a superpopulação relativa ou o exército industrial de reserva atingira grandes proporções na Inglaterra. Chalhoub detalhou os significados do termo no Brasil da segunda metade dos Oitocentos, tendo ressaltado a indefinição entre as classes pobres e as “classes perigosas” nos discursos de época: “os pobres carregavam vícios, os vícios produzem os malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos”. CHALHOUB, Sidney. *Cidade...* op. cit.,

<sup>134</sup> COLEÇÃO de Leis do Império do Brasil (1878). *Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html> Acessado em 18 Maio 2017.

<sup>135</sup> PAIVA, Vanilda. op. cit., p. 71.

<sup>136</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania...* op. cit., p. 33.

<sup>137</sup> LEÃO, Michele. *A participação de Rui Barbosa na reforma eleitoral que excluiu os analfabetos do direito de voto no Brasil*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós- graduação em educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. p. 38.

<sup>138</sup> MOACYR, Primitivo. op. cit., p. 187-188.

<sup>139</sup> IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> Acessado em 18 Maio 2017.

<sup>140</sup> BARROSO, Romualdo Maria de Seixas. *Relatório do Diretor da Instrução Pública* (1881). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u064/000136.html> Acessado em: 18 Maio 2017.

<sup>141</sup> NUNES, Maria Antonieta D’Aguiar. “A formação dos sistemas públicos de educação no século XIX e sua efetivação na Província da Bahia”. *Histedbr*, 2001. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Antonieta\\_Nunes2\\_artigo.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Antonieta_Nunes2_artigo.pdf) Acessado em: 18 Maio 2017.

\_\_\_\_\_. “A trajetória de um político dedicado à educação: Sátiro de Oliveira Dias”. *Gestão em Ação*, Salvador, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001. p. 33-47. Disponível em: <file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/NUNES%20-%20S%C3%A1tiro%20Dias.PDF>. Acessado em: 26 fev. 2019.

<sup>142</sup> BARROSO, Romualdo Maria de Seixas. *Relatório do Diretor da Instrução Pública* (1881). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u064/000136.html> Acessado em: 18 Maio 2017.

<sup>143</sup> BULCÃO, Antonio de Araujo de Aragão. *Relatório do Presidente da Província da Bahia* (1882). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u065/000302.html>, p. 27. Acessado em: 27 fev. 2019.

- <sup>144</sup> FALA do Conselheiro Pedro Luiz Pereira de Souza (2ª Sessão da 24ª legislatura da Assembléia Provincial da Bahia, 3 abr. 1883). Bahia, *Tipografia do Diário da Bahia*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/159/000042.html>. Acessado em: 27 fev. 2019.
- <sup>145</sup> BARROSO, Romualdo Maria de Seixas. *Relatório do Diretor da Instrução Pública* (1884). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/159/000284.html>. Acessado em: 27 fev. 2019.
- <sup>146</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania...* op. cit., p. 156.
- <sup>147</sup> LEÃO, Michele. op. cit., p. 78.
- <sup>148</sup> MACHADO, Maria Cristina Gomes. “O projeto de Rui Barbosa: O papel da educação na modernidade da sociedade”. *Fundação Casa de Rui Barbosa*. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB\\_MariaCristina\\_Projeto\\_RuiBarbosa.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/a-j/FCRB_MariaCristina_Projeto_RuiBarbosa.pdf) Acessado em: 18 Maio 2017
- <sup>149</sup> VENÂNCIO FILHO, A. “Rui Barbosa”. In: BRITTO, J. M.; FÁVERO, M. L. A. (Ed.). *Dicionário dos educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- <sup>150</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. op. cit., p. 188.
- <sup>151</sup> OS PARECERES de Rui Barbosa, 1947a, p. 8. apud LEÃO, Michele. op. cit., p. 67.
- <sup>152</sup> Idem.
- <sup>153</sup> OFÍCIO de solicitação de abertura de primeira escola noturna da freguesia do Curato Sé, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao Presidente de Província, Francisco Gonçalves Martins (15 jun. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 401, Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>154</sup> PINHEIRO, Eloisa Petti. op cit.,
- <sup>155</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia. *Dez freguesias da cidade de Salvador*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, Secretaria de Cultura e Turismo, 1986. p. 153.
- <sup>156</sup> PINHEIRO, Eloisa Petti. op cit.,
- <sup>157</sup> Essas profissões eram típicas dos alunos que frequentavam as escolas noturnas, como pode ser verificado no Censo de 1872. IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brasil em 1872*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/> Acessado em 18 Maio 2017.
- <sup>158</sup> Para ser professor era preciso passar pelo processo de formação docente da Escola normal, que era uma instituição de formação de professores de primeiras letras. Quando terminava essa fase, a seguinte era a docência na condição de aluno mestre, depois ele poderia ser substituto e a última fase poderia ser como vitalício.
- <sup>159</sup> OFÍCIO de solicitação de abertura de primeira escola noturna da freguesia do Curato Sé, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao Presidente de Província, Francisco Gonçalves Martins (15 jun. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 401, Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>160</sup> Idem.
- <sup>161</sup> RELATÓRIO do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (31 dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>162</sup> O DEMOCRATA. Bahia, 7 set. 1871. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=817546&pesq=r> Acessado em: 27 fev. 2019.
- <sup>163</sup> RELATÓRIO do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (31 dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>164</sup> RELATÓRIO da primeira cadeira da escola noturna da Sé professor, Argiro José dos Santos Machado, ao Diretor da Instrução Pública, Francisco José da Rocha (31 dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>165</sup> Idem.
- <sup>166</sup> RELATÓRIO anual do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (31 dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>167</sup> KRAAY, Hendrik. “O abrigo da farda: O Exército brasileiro e os escravos fugidos, 1800-1888”. *Afro-Ásia*, n. 17, 1996. p. 29-56.
- <sup>168</sup> RELATÓRIO anual do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (31 dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>169</sup> NOMEAÇÃO a professor interino de João José de Brito, do Diretor da Instrução Pública, Francisco José da Rocha, ao presidente da província, Francisco Gonçalves Martins (29 dez. 2016). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

- <sup>170</sup> RELATÓRIO do inspetor literário Aristides Justo Cajueiro, ao Diretor da Instrução Pública, João Vitor de Carvalho (16 mar.1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6542. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>171</sup> Idem.
- <sup>172</sup> SOLICITAÇÃO de livros do professor João José de Brito, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor de Carvalho (06 fev. 1873). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6542. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>173</sup> WILDBERGER, Arnold. op. cit., p. 585.
- <sup>174</sup> Idem.
- <sup>175</sup> ROCHA, Francisco José. *Relatório do Diretor da Instrução Pública à Assembléia Legislativa provincial (1872)*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000245.html>. Acessado em: 09 mai. 2016.
- <sup>176</sup> SILVA, Fabiana de Cássia Tavares. “Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa”. *Educar*, Curitiba: Editora UFPR, n. 28, 2006. p. 201-216. (Sobre essa questão ver também: MENDES, Luciano. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000).
- <sup>177</sup> INFORMAÇÃO de abertura da primeira escola noturna da Sé, do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (13 ago. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 654. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>178</sup> PERES, Eliane. op. cit., p. 139.
- <sup>179</sup> Idem.
- <sup>180</sup> RELATÓRIO anual do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (31 dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>181</sup> MACIEL, Francisca Izabel Pereira. “O aprendizado da leitura no Brasil do século XIX”. *Sociedade Brasileira de Historia da Educação*. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/87.pdf> Acessado em: 20 Junho 2017.
- <sup>182</sup> SENA, Fabiana. “Tesouro de meninas e tesouro de meninos: leitura de civilidade na América Portuguesa”. *Educação Unisinos*, 2014, 312-319. Disponível: [revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/download/edu.2014.183.10/4466file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/5348-27761-1-PB.pdf](http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/download/edu.2014.183.10/4466file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/5348-27761-1-PB.pdf). Acessado em: 20 Junho 2017.
- <sup>183</sup> SOUZA. Carlos Eduardo Dias. op. cit., p. 150.
- <sup>184</sup> OFÍCIO do diretor da Instrução Pública da Bahia informando a doação de exemplares de livros do Dr. Abílio César Borges para Instrução Pública (08 jan.1972). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador. .
- <sup>185</sup> VALDEZ, Diane. “Livros de leitura: A infância nas linhas e nas imagens (1890/1950)”. *II Congresso da História do Livro e da Leitura no Brasil: cultura letrada no Brasil – objetos e práticas*. Campinas, Unicamp, 22 a 25 de Julho de 2003. Disponível em: [http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais14/Hsemi.html](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais14/Hsemi.html). Acessado em: 20 Junho 2017.
- <sup>186</sup> FRANKLIN, Benjamin. *A ciência do bom homem Ricardo ou meios de fazer fortuna (1706-1790)*. - Lisboa :Typ. Soc. Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1825.
- <sup>187</sup> FONSECA, T. N. de L e. “Ver para compreender: arte, livro didático e história da nação”. In: KÖPKE, J. (coleção de) *Quarto livro de leituras: para uso das escolas primárias e secundárias*. 20ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.
- <sup>188</sup> JULIA, Dominique. “A Cultura Escolar como Objeto Histórico”. trad. Gizele de Souza. *Revista Brasileira de História da Educação*. n° 1, jan./jun. 2001. p. 9. Disponível em: <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/issue/view/26> Acessado em: 20 Junho 2017.
- <sup>189</sup> ANANIAS, Mauriceia. op. cit., p. 73.
- <sup>190</sup> RELATÓRIO anual do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (31 dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>191</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas...* op. cit., p. 224.
- <sup>192</sup> Idem.
- <sup>193</sup> PERES, Eliane. op. cit., p. 156.
- <sup>194</sup> Idem.
- <sup>195</sup> RELATÓRIO anual do professor Argiro José dos Santos Machado ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (31 dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>196</sup> MAC CORD, Marcelo. op. cit., p. 114.

---

<sup>197</sup> PERES, Eliane. op. cit., p. 143.

<sup>198</sup> CARVALHO, João Vitor de. *Relatório do Diretor Instrução Pública ao Presidente da Província da Bahia, João José de Almeida Couto (1872)*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000263.html> Acessado em: 20 Junho 2017.

<sup>199</sup> RELATÓRIO do professor Adelino da Silva e Oliveira ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>200</sup> FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

<sup>201</sup> RELATÓRIO do professor Adelino da Silva e Oliveira ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>202</sup> Idem.

<sup>203</sup> ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=238961&PagFis=0&>. Acessado em: 20 Junho 2017.

<sup>204</sup> INFORMAÇÃO de abertura da escola noturna da freguesia dos Mares, do Diretor da Instrução Pública, Francisco Jose da Rocha (13 jun. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 397, Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>205</sup> HAMILTON, David. op. cit.,

<sup>206</sup> LOPES, Kátia Geni Cordeiro. op. cit., p. 76.

<sup>207</sup> OFÍCIO de informação de abertura de escola noturna da freguesia de Nossa Senhora Penha, do professor, Valentin da Rocha Bitencourt, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (04 nov. 1871), Sessão Colonial e Provincial: Documento 18, Maço 3818. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>208</sup> OFÍCIO de informação de abertura de escola noturna na freguesia de Cachoeira, do professor, Antonio Bahia, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (19 jul. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 470, Maço 3816. / OFÍCIO de solicitação de abertura de escola noturna de da cidade de Cruz das Almas do professor, Eusébio Harris de Castro, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (12 out. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 639, Maço 3816 / OFÍCIO de Informação de fechamento de escola noturna de Santo Amaro, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao presidente da província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques (07 jan. 1873). Sessão Colonial e Provincial: Documento 03, Maço 3820. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>209</sup> OFÍCIO de informação de abertura de escola noturna do professor público substituto, André Avelino dos Santos Carnahiba, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (21 jan. 1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>210</sup> OFÍCIO de comunicação do advogado capitão, Luiz José de Amorin, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Antônio de Araújo Freitas Henriques (19 jan. 1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento 33, Maço 3818. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>211</sup> OFÍCIO de informação de abertura de escola noturna no arraial do Cipó, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao Presidente da Província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques (26 jan.1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>212</sup> OFÍCIO de informação de abertura de escola noturna do professor, Bernardino Antônio Ribeiro, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (22 jan. 1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço s/n. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>213</sup> OFÍCIO de informação de abertura de escola noturna de Alcobaça, do Diretor da Instrução Pública, ao Presidente da Província, João Antônio de Araújo Freitas Henriques (21 jan.1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6542. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>214</sup> Idem.

<sup>215</sup> OFÍCIO de aceitação de nomeação para professor substituto da escola noturna da freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Praia, do professor Aurélio Benigno Castilho ao vice Diretor da Instrução Pública da Bahia, Antônio Franco da Costa Meireles (30 out. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 728, Maço 3827. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>216</sup> OFÍCIO de informação do pedido de abertura de escola noturna na freguesia de Nossa Senhora da Conceição Itapuã, do Diretor da Instrução Pública da Bahia ao Presidente da Província, Francisco

---

Gonçalves Martins (29 nov. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 755, Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>217</sup> OFÍCIO de informação de encerramento de escola noturna da freguesia de Santo Além do Carmo pelo professor, Aristides Guedes Cabral, ao diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (10 dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6543. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>218</sup> RELATÓRIO do Inspetor geral dos estudos, Aristides Justo Cajueiro, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, José Francisco da Rocha (10 dez. 1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento 115, Maço s/n. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador..

<sup>219</sup> CORREIO da Bahia. Salvador, 29 dez. 1871. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=303488&pesq=>, p. 2 Acessado em: 20 Junho 2017.

<sup>220</sup> OFÍCIO informando o fechamento da escola noturna da freguesia de Umburanas, do professor Martiniano de Santana ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (06 jun. 1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento 693, Maço 3818. Arquivo Público do Estado da Bahia.

<sup>221</sup> ROCHA, Francisco José. *Relatório do Diretor da Instrução Pública à Assembléia Legislativa provincial* (1872). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000264.html>. Acessado em: 09 mai. 2016.

<sup>222</sup> OFÍCIO de informação de devolução de livro da escola noturna da freguesia de Riacho de Santana, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, José Eduardo da Silva Freire, ao Presidente da Província da Bahia, Luiz Antônio da Silva Nunes (1875). Sessão Colonial e Provincial: Documento 101, Maço 3830. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>223</sup> OFÍCIO sobre a reabertura da escola noturna da freguesia de São Pedro, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, José Eduardo da Silva Freire, ao Presidente da Província da Bahia, Luiz Antônio da Silva Nunes (1875). Sessão Colonial e Provincial: Documento 351, Maço 3831. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>224</sup> CORREIA, Marilza da Silva. op. cit., p. 98.

<sup>225</sup> ROCHA, Francisco José. *Relatório do Diretor da Instrução Pública à Assembléia Legislativa provincial* (1872). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000262.html>. Acessado em: 09 mai. 2016.

<sup>226</sup> Idem.

<sup>227</sup> Os professores dessas escolas não informaram a frequência dos seus alunos.

<sup>228</sup> PORTELA, Manuel Machado. *Relatório do Presidente da Província da Bahia* (1889). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u068/000074.html> Acessado em: 20 junho 2017.

<sup>229</sup> MEMORIAL do Liceu de Artes e Ofício da Bahia ao Presidente da Província, João Antônio de Araujo Freitas Henriques (18 jul.1878). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço s/n. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>230</sup> LEAL, Maria das Graças de Andrade. *A Arte de ter um ofício (1872-1996): Liceu de Artes e Ofício da Bahia*. Salvador: Liceu de Artes e Ofícios da Bahia, 1996. p. 40.

<sup>231</sup> ABAIXO assinado dos alunos das aulas noturnas no Lyceu de Artes e Ofícios da Bahia ao presidente da província, João Antônio de Araujo Freitas Henriques (15 mai. 1872). Sessão Legislativa: Documento s/n, Maço 986. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>232</sup> ANANIAS, Mauriceia. op. cit., p. 5.

<sup>233</sup> MAPA dos alunos matriculados nas aulas do Imperial Liceu de Artes e Ofícios no ano de 1875, da secretaria do Liceu à Diretoria da Instrução Pública da Bahia, Dr. Aprígio Amâncio Gonçalves, 1ª. Secretário da Instrução Pública (31 dez. 1875). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço s/n. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>234</sup> PERES, Eliane. op. cit., p. 137.

<sup>235</sup> INFORMAÇÃO sobre a frequência nas aulas noturnas do Inspetor geral das aulas, Aristides Justo Cajueiro, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor de Carvalho (22 set. 1873). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6547. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>236</sup> RELATÓRIO do professor Adelino da Silva e Oliveira ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (dez. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>237</sup> BARROS, Romualdo Maria de Seixas. *Relatório do Diretor da Instrução Pública da Bahia no Relatório do Presidente da Província da Bahia, Pedro Luiz Pereira de Sousa* (1883). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/159/000324.html> Acessado em: 20 Junho 2017.

<sup>238</sup> BARROSO, Romualdo Maria de Seixas. *Relatório do Diretor da Instrução Pública da Bahia no Relatório do Presidente da Província da Bahia, Pedro Luiz Pereira de Sousa* (1883). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/159/000324.html> Acessado em: 20 Junho 2017.

---

<sup>239</sup> Idem.

<sup>240</sup> OFÍCIO de informação do vice-diretor geral da Instrução Pública da Bahia, Antonio Franco da Costa Meireles ao Presidente da Província da Bahia, Francisco Gonçalves Martins (28 ago. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>241</sup> OFÍCIO de solicitação de progressão na carreira docente do professor Alcides Jorge Ferreira ao Presidente da Província da Bahia, O Barão Homem de Melo (04 ago. 1878). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6560. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>242</sup> OFÍCIO de requerimento de abertura de escola noturna em Ilhéus do professor público, João Dias Guimarães Caldas, ao Diretor da Instrução Pública, Francisco José da Rocha (16 out. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 662, Maço 3815. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>243</sup> Idem.

<sup>244</sup> Idem.

<sup>245</sup> MATTOS, Hebe M. op. cit., p. 136.

<sup>246</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas...* op. cit., p. 182.

<sup>247</sup> Já foi feita uma discussão sobre essa mesma escola e professor no capítulo 2, ao se abordar o andamento de algumas escolas noturnas. Além desta, a documentação dessa escola possibilita também para identificar algumas informações sobre seus alunos.

<sup>248</sup> OFÍCIO de solicitação de abertura de escola noturna na freguesia de Santana, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha, ao Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins (16 out. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 664, Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>249</sup> RELATÓRIO do professor Adelino da Silva e Oliveira ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (4 nov. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>250</sup> CASTILHO, Lisa Earl. "O terreiro do Alaketu e seus fundadores: História e genealogia familiar, 1807-1867". *Afro-Ásia*, n. 43, (2011). p. 227-8. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21225>. Acessado em: 17 jan. 2017.

<sup>251</sup> Mais dados sobre a Freguesia de Santana podem ser pesquisados no recenseamento de 1872, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/>

<sup>252</sup> LEAL, Maria das Graças de Andrade. op. cit., p. 9.

<sup>253</sup> REIS, João José. *A greve...* op. cit., p. 10.

<sup>254</sup> LEAL, Maria das Graças de Andrade. op. cit., p. 9.

<sup>255</sup> REIS, Lysie. *A liberdade que veio do ofício: práticas sociais e cultura dos artífices na Bahia do século XIX*. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 23.

<sup>256</sup> SACRAMENTO, Cleidivaldo de Almeida. *Mundos do Trabalho no Recôncavo Sul: Cotidiano, trabalhadores, costumes, conflitos e solidariedade (1879 – 1910)*. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História Social - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. p. 176.

<sup>257</sup> ROCHA, Francisco José. *Relatório do Diretor da Instrução Pública à Assembléia Legislativa provincial (1872)*. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/143/000245.html>. Acessado em: 09 mai. 2016. (Grifos nosso).

<sup>258</sup> OFÍCIO de pedido de abertura de escola noturna dos moradores da freguesia de Brotas, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Eduardo Freire de Carvalho, ao Presidente da Província da Bahia, Antônio Cândido da Cruz Machado (18 abr. 1874). Sessão Colonial e Provincial: Documento 283, Maço 3827. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>259</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia. op. cit., p. 151.

<sup>260</sup> ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão de obra escrava em Salvador (1811-1860)*. São Paulo: Corrupio, 1988. p. 62.

<sup>261</sup> OFÍCIO de pedido de abertura de escola noturna dos moradores da freguesia de Brotas, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Eduardo Freire de Carvalho, ao Presidente da Província da Bahia, Antônio Cândido da Cruz Machado (18 abr. 1874). Sessão Colonial e Provincial: Documento 283, Maço 3827. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

<sup>262</sup> IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brasil em 1872*. (Província da Bahia/ Freguesia de Brotas). Disponível em: <https://archive.org/stream/recenseamento1872ba/ProvinciaDaBahia#page/n27/mode/2up> Acessado em: 06 julho 2017.

<sup>263</sup> OFÍCIO de pedido de abertura de escola noturna por moradores da freguesia de Trindade do Massacará, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Eduardo Freire de Carvalho, ao Presidente da Província, Antônio Cândido da Cruz Machado (28 set. 1874). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 3827. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.

- <sup>264</sup> IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. (Província da Bahia/ Freguesia de Trindade do Massacará). Disponível em: <https://archive.org/stream/recenseamento1872ba/ProvínciaDaBahia#page/n373/mode/2up> Acessado em: 06 Julho 2017.
- <sup>265</sup> MAPA dos alunos matriculados nas aulas do Imperial Liceu de Artes e Ofícios no ano de 1875, da Secretaria do Liceu à Diretoria da Instrução Pública da Bahia, Dr. Aprígio Amâncio Gonçalves, 1ª. Secretário da Instrução Pública (31 dez. 1875). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço s/n. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>266</sup> CASTELLUCCI, Aldrin A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Historia Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- <sup>267</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas...* op. cit., p. 234.
- <sup>268</sup> COSTA, Ana Luiza. op. cit., p. 27.
- <sup>269</sup> THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 91.
- <sup>270</sup> OFÍCIO de informação de abertura de escola noturna do professor público, João Jonathas Martins Moscov, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (20 out. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 675, Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>271</sup> REIS, João José. “De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”. *Afro-Ásia*. n. 24, 2000. p. 213.
- <sup>272</sup> ANANIAS Mauriceia. op. cit., p. 73.
- <sup>273</sup> MAPA de aula anexo ao ofício de informação de abertura de escola noturna do professor público, João Jonathas Martins Moscov, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Francisco José da Rocha (20 out. 1871). Sessão Colonial e Provincial: Documento 675, Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>274</sup> IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. (Província da Bahia/ Freguesia de Santana d’Aldeia). Disponível em: <https://archive.org/stream/recenseamento1872ba/ProvínciaDaBahia#page/n207/mode/2up> Acessado em: 06 Julho 2017.
- <sup>275</sup> SILVA, Maciel Henrique Carneiro. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Historia Social – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011. p. 10.
- <sup>276</sup> SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, pratos e panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador (1900-1950)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1998. p. 22-23.
- <sup>277</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia. op. cit., p. 138.
- <sup>278</sup> OFÍCIO sobre o andamento da aula noturna do vigário da freguesia de Santana da Aldeia, João Nestor de Carvalho, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor de Carvalho (25 out. 1873). Sessão Colonial e Provincial: Documento 675, Maço 3816. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>279</sup> MAPA de aula da escola noturna da freguesia de Riacho de Santana, do professor Tiburtino Alves Mainardes ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, José Eduardo Freire de Carvalho (10 jul. 1874). Sessão Colonial e Provincial: Documento 541, Maço 3826. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>280</sup> SOLICITAÇÃO de livros do professor Tiburtino Alves Mainard ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, José Eduardo Freire de Carvalho (10 jul. 1874). Sessão Colonial e Provincial: Documento 541, Maço 3826. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>281</sup> SILVA, Mayara Pláscido. *Experiências de trabalhadores/as pobres em Feira de Santana (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana. Feira de Santana, 2012.
- <sup>282</sup> LEAL, Maria das Graças de Andrade. op. cit., p. 51.
- <sup>283</sup> CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. “O novo e o velho: mestres e aprendizes na pintura baiana. (1790-1850)”. *VII Colóquio Luso Brasileiro de História da Arte*. Porto, 2005. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6160.pdf> Acessado em: 01 abr. 2016.
- <sup>284</sup> FLEXOR, Maria Helena Ochi. “Os ofícios mecânicos e o negro no espaço urbano de Salvador”. *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero Americano*. Universidade Federal de Minas Gerais, nov. 2006. p. 812-833. Disponível em: <https://docplayer.com.br/7489657-Os-oficios-mecanicos-e-o-negro-no-espaco-urbano-de-salvador.html> Acessado em: 06 Julho 2017.
- <sup>285</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia do. op. cit., p. 234.

- <sup>286</sup> OFÍCIO de orientação para o andamento para a escola noturna de Capim Grosso, do professor João José de Andrade Dantas ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor Carvalho (08 fev. 1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador. (Grifo nosso).
- <sup>287</sup> Idem.
- <sup>288</sup> WILDBERGER, Arnold. op. cit., p. 573-577.
- <sup>289</sup> Idem.
- <sup>290</sup> RESPOSTA do Ministério Imperial ao Presidente da Província da Bahia, João José de Almeida Couto (21 jun. 1872). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço 6545. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>291</sup> IMPÉRIO DO BRAZIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Império (Ato Adicional de 1834). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm) Acessado em: 28 Julho 2017.
- <sup>292</sup> MOACYR, Primitivo. *A Instrução e o Império*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1936-1938. p. 103.
- <sup>293</sup> IMPÉRIO DO BRAZIL. *Recenseamento do Brazil em 1872*. (Província da Bahia/ Vila de Capim Grosso). Disponível em: <https://archive.org/stream/recenseamento1872ba/ProvinciaDaBahia#page/n417/mode/2up> Acessado em: 28 Julho 2017.
- <sup>294</sup> WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. “Cartas, procurações, escapulários e patuás: os múltiplos significados da escrita entre escravos e forros na sociedade oitocentista brasileira”. *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 4. jul./dez, 2002. p. 111.
- <sup>295</sup> Para o aprofundamento das discussões a respeito desta historiografia, sugere-se a leitura dos trabalhos de João José Reis e Sidney Chalhoub. Dentre os quais: *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*; *Machado de Assis: O historiador*; e *A força da escravidão*, de Sidney Chalhoub; e de João José Reis: *Rebelião Escrava no Brasil: a História do Levante dos Malês (1835)*; *Negociação e Conflito: A Resistência Negra no Brasil Escravista*; *Liberdade por um Fio: História dos Quilombos no Brasil*; e *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*.
- <sup>296</sup> REIS, Lysie. *A liberdade... que veio do ofício ...* op. cit., p. 122.
- <sup>297</sup> MATTOS, Hebe M. op. cit., p. 136. ?
- <sup>298</sup> ANANIAS, Mauriceia. op. cit., p. 73.
- <sup>299</sup> BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. op. cit., p. 125.
- <sup>300</sup> WISSENBACH, Maria Cristina. op. cit., p. 213.
- <sup>301</sup> SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. *Educar...* op. cit., p. 198-199.
- <sup>302</sup> LOPES, Kátia Geni. op. cit., p. 42.
- <sup>303</sup> CORREIA, Marilza da Silva. op. cit., p. 96.
- <sup>304</sup> CRUZ, Marileia dos Santos. op. cit., p. 81.
- <sup>305</sup> ANJOS, Juarez José Tuchinski dos. op. cit., p. 103.
- <sup>306</sup> SILVA, Noemi Santos da. op. cit., p. 130.
- <sup>307</sup> MACHADO, Maria Helena Machado e GOMES, Flávio dos Santos. “Eles ficam “embatucados”, seus escravos sabiam ler: abolicionista, senhores e cativos leitores no alvorecer da liberdade”. In: MAC CORD, Marcelo; ARAÚJO, Carlos Moreira de; GOMES, Flávio dos Santos (orgs). *Rascunhos Cativos: educação, escolas e ensino no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2017.
- <sup>308</sup> OFÍCIO de informação de abertura de escola noturna para escravos na freguesia de Brejo Grande, do Diretor da Instrução Pública da Bahia, João Vitor de Carvalho, ao Presidente da Província, João José de Almeida Couto (1873). Sessão Colonial e Provincial: Documento 82, Maço 3821. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>309</sup> SOUZA, Jacó Santos de. op. cit., p. 106.
- <sup>310</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas...* op. cit., p. 217.
- <sup>311</sup> Idem.
- <sup>312</sup> CONCEIÇÃO, Miguel Luiz da. op. cit., p. 130-134.
- <sup>313</sup> SOUZA, Jacó Santos de. op. cit., p. 106.
- <sup>314</sup> Idem.
- <sup>315</sup> MAPA de aula do professor Cincinato Ricardo Pereira da Franca ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Manoel Machado Portela (08 dez. 1889). Sessão Colonial e Provincial: Documento s/n, Maço s/n. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>316</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas...* op. cit., p. 202.
- <sup>317</sup> Idem.

- 
- <sup>318</sup> ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária (20 jun. 1888). p. 36. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador. Sessão colonial provincial.
- <sup>319</sup> ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária (23 jul. 1888). p. 68. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador. Sessão colonial provincial.
- <sup>320</sup> *Ibidem*, p. 137.
- <sup>321</sup> ANNAES da Assembleia Legislativa Provincial. Sessão Ordinária (15 mar. 1889). p. 46. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador. Sessão colonial/provincial.
- <sup>322</sup> *Idem*.
- <sup>323</sup> *Idem*.
- <sup>324</sup> Apud: BACELAR, Jeferson. A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 144. Nota 5.
- <sup>325</sup> PORTELA, Manuel Machado. *Relatório do Presidente da Província da Bahia* (1889). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u068/000074.html> Acessado em: 21 out. 2017.
- <sup>326</sup> *Idem*.
- <sup>327</sup> MATA, Iacy Maia. *Os treze de maio: ex senhores, polícia e libertos na Bahia (1888-1889)*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2002. p. 168.
- <sup>328</sup> PORTELA, Manuel Machado. *Relatório do Presidente da Província da Bahia* (1889). Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u068/000074.html> Acessado em: 21 out. 2017.
- <sup>329</sup> OFÍCIO do Professor Antônio José de Moraes ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Eduardo Freire de Carvalho (12 mai. 1888). Sessão Colonial e Provincial: Documento 39, Maço 3863. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>330</sup> NASCIMENTO, Anna Amélia. op. cit., p. 80.
- <sup>331</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas...* op. cit., p. 190.
- <sup>332</sup> *Idem*
- <sup>333</sup> OFÍCIO do Professor Antônio José de Moraes ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Eduardo Freire de Carvalho (12 mai. 1888). Sessão Colonial e Provincial: Documento 39, Maço 3863. Arquivo Público do Estado da Bahia. Salvador.
- <sup>334</sup> OFÍCIO de informação de abertura de escola noturna para ingênuos e libertos na freguesia de Maré do professor, Clarimundo Jerônimo dos Santos Lima, ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Eduardo Freire de Carvalho (19 jun. 1888). OFÍCIO do Professor Antônio José de Moraes ao Diretor da Instrução Pública da Bahia, Eduardo Freire de Carvalho (12 mai. 1888). Sessão Colonial e Provincial: Documento 392, Maço 3863.
- <sup>335</sup> SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas...* op. cit., p. 213-214.
- <sup>336</sup> ALBUQUERQUE, Wlamyra R. op. cit., p16.